

**PAPEL DE GÉNERO E PRÁTICAS  
FAMILIARES**

AURORA SILVA

1999

UNIVERSIDADE DO PORTO  
FACULDADE DE PSICOLOGIA E DE CIÊNCIAS DA  
EDUCAÇÃO

## Resumo

Neste trabalho procuramos contextualizar a estrutura familiar e o papel da mulher no seio da família, tendo como ponto de referência a Revolução Industrial, e verificar qual o efeito que diferentes organizações familiares têm sobre a representação dos cônjuges.

Iniciamos a contextualização da estrutura familiar na época Pré-industrial, onde a família era considerada como uma "unidade fundamental de produção e consumo" (Lebrun, 1983), o que apontava para uma "igualdade rudimentar" (Tilly & Scott, 1987) entre homens e mulheres. Fazemos uma referência à alteração do sistema de produção e valor do trabalho, que surge com a Revolução Industrial, e que faz surgir duas novas personagens: o operário e a doméstica (Saraceno, 1987). Nas classes mais abastadas a mulher é progressivamente afastada da vida activa ao passo que a mulher do povo se vê confrontada com uma dupla jornada: o trabalho remunerado e as tarefas domésticas. Apresentamos uma releitura dos trabalhos de Freud e Parsons uma vez que contribuem para legitimar uma prática desigual entre homens e mulheres (Rocheblave-Spenlé, 1969; Michel, 1978; Amâncio, 1994). Em seguida referimos alguns aspectos do Movimento Feminista, sobretudo nos E.U.A. e em França, pela sua importância na que consciencialização da mulher de modo a que esta assuma o seu lugar em pé de igualdade com os homens (Mesquitela, 1982).

Após uma abordagem de carácter mais geral, no capítulo dois, procuramos caracterizar alguns aspectos particulares da situação da mulher em Portugal, referir o Movimento Feminista Português e perspectivar a situação da mulher face à legislação civil portuguesa.

No último capítulo teórico apresentamos uma síntese da teoria do papel social de Eagly (1987) na qual o género é entendido como uma construção social e cuja asserção fundamental consiste em considerar que o guião dos comportamentos estereotipados de género são os papéis específicos que homens e mulheres desempenham em contextos naturais.

Na parte empírica apresentamos um estudo onde procuramos verificar o efeito de diferentes organizações familiares sobre a representação dos cônjuges. Este estudo foi realizado no norte de Portugal, com professores do segundo e terceiro ciclo do ensino básico, casados e com filhos.

Utilizamos como instrumento um questionário inspirado em Smoreda (1996) onde descrevemos um casal com a mesma profissão, com cinco formas de organização familiar. Os inquiridos eram convidados a descrever e avaliar um dos cônjuges através de escalas de opinião.

Os nossos resultados sugerem que as formas de organização mais típicas não são consideradas como as mais ideais; que os cônjuges são descritos de maneira diferente na situação de partilha; que em termos ideológicos os inquiridos demonstram um elevado acordo com o princípio de igualdade e que os princípios igualitários e as práticas desiguais parecem poder coexistir no sistema de pensamento dos sujeitos (Poeschl & Seródio, 1998).

## Résumé

Dans ce travail, nous essayons de contextualiser la structure familiale et le rôle de la femme au sein de la famille, ayant comme point de référence la Révolution Industrielle, aussi bien vérifier l'effet que différents organisations familiaux suscitent en ce qui concerne la représentation des conjoints.

Nous avons commencé la contextualisation de la structure familiale à l'époque Pré-industrielle, où la famille était considéré comme une "unité fondamental de production et de consommation" (Lebrun, 1993), ce qui signalait déjà une "égalité rudimentaire" (Tilly & Scott, 1987) entre les hommes et les femmes. Nous faisons référence au changement du système de production et de la valeur du travail, qui se déchaîne avec la Révolution Industrielle, et qui donne naissance à deux nouveaux personnages: l'ouvrier et la ménagère (Saraceno, 1987). Chez les classes sociales les plus enrichies, la femme est progressivement éloignée de la vie active tandis que la femme du peuple se présente avec une double journée: le travail rémunéré et les tâches ménagères. Nous présentons une relecture des travaux de Freud et Parsons vu qu'ils contribuent à la légitimation d'une pratique dissemblable entre les hommes et les femmes (Rocheblave-Spenté, 1969; Michel, 1978; Amâncio, 1994). Ensuite, nous faisons référence à quelques aspects du Mouvement Féministe, surtout aux États Unis et en France, à cause de son importance dans la prise de conscience de la femme a fin d'assumer sa place d'égal à égal avec l'homme (Mesquitela, 1982).

Après une approche plus générale, dans le deuxième chapitre nous essayons de caractériser quelques particularités de la situation de la femme au Portugal, de faire référence au Mouvement Féministe Portugais et de mettre cette situation en perspective vis à vis la législation civile portugaise.

Dans le dernier chapitre théorique, nous présentons une synthèse de la théorie du rôle social d'Eagly (1987), selon laquelle le genre est compris comme une construction sociale et dont l'assertion fondamentale consiste à considérer le guide des comportements stéréotypés de genre, les rôles spécifiques que les hommes et les femmes jouent dans des contextes naturels.

À la partie empirique, nous exposons une étude où nous avons essayé de vérifier l'effet de différents organisations familiaux sur la représentation des conjoints. Cet étude a été exécuté au nord du Portugal, avec des professeurs de l'enseignement du deuxième et du troisième degrés, mariés et déjà parents.

Nous avons utilisé, comme instrument, un questionnaire, inspiré en Smoreda (1996), où nous décrivons un couple avec le même métier, envisagé par cinq formes différentes d'organisation familiale. Les individus étaient invités à décrire et à évaluer le conjoint à travers des échelles d'opinion.

Nos résultats suggèrent que les formes d'organisation les plus typiques ne sont pas les plus idéales; que les conjoints sont décrits de différente manière en ce qui concerne la situation du partage; qu'en termes idéologiques, les individus démontraient un haut accord avec le principe de l'égalité et que les principes égalitaires et les pratiques inégales semblent pouvoir coexister dans le système de la pensée des individus (Poeschl & Serôdio, 1998).

## Abstract

In this work we try to bring into context the organisation of the family and the woman's role within the family. Looking at the Industrial Revolution for reference. We also try to verify the effect of different organisations of the family on the representation of a married couple.

The organisation of the family here presented begin just before industrialization. When the family was seen as a "fundamental cell of production and consumption" (Lebrun, 1983), suggesting a "rudimentary equality" (Tilly & Scott, 1987) between men and women. We refer to the changes in the production system and the value of work brought by the Industrial Revolution which caused two new characters to appear: the factory worker and the house wife (Saraceno, 1987). Amongst the upper classes, the woman is gradually set apart from those who work while the woman from the lower classes has to embrace and combine two different roles: the house wife and the (co) breadwinner. We refer to Freud and Parson's works since they attest men and women with different performances (Rocheblave-Spenlé, 1969; Michel, 1978; Amâncio, 1994). Some aspects of the Feminist Movement (particularly in the USA and in France) are then presented for their important role as far as women's consciousness is concerned so as to assume her place side by side with men (Mesquitela, 1982).

In chapter II we point out some of the specific features of women's situation in Portugal; we refer to the Portuguese Feminist Movement and we try to put in perspective the women's conditions according to the Portuguese laws.

The last theoretical chapter is a synthesis of Eagly's (1987) theory on social role in which gender is understood as a social structure and whose main assertion consists in considering that the banner of stereotypical gender behaviours are the specific roles taken by men and women within natural contexts.

In the second part of our work we present an empirical study where we intend to verify the effect of different organisations of the family on the representation of a married couple. We centred our work in the North of Portugal among teachers of 2<sup>o</sup> e 3<sup>o</sup> *ciclo do ensino básico* (comprehensive school), married and with children.

As instrument we used a questionnaire, based on Smoreda (1996), in which we describe a couple, both husband and wife with the same job, according to five different kinds of organisation of the family. Subjects were asked to describe and evaluate a member of the given couple using scales (type Lickert).

The results suggest that the most typical kinds of organisation are not considered the ideal ones; that both husband and wife are described in a different way as far the sharing situation is concerned; that, ideologically, they show high rates of agreement with the principle of equality and that equalitarian principles and different performances seem to be able to coexist in their system of thinking (Poeschl & Serôdio, 1998).



UNIVERSIDADE DO PORTO  
FACULDADE DE PSICOLOGIA E DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO

**PAPEL DE GÉNERO E PRÁTICAS FAMILIARES**

Aurora Maria Ribeiro da Silva

Dissertação de candidatura ao grau de mestre  
em Psicologia Social, elaborada sob a  
orientação da Prof.<sup>a</sup> Doutora Gabrielle Poeschl

Porto - 1999

Ao meu pai, entre muitas coisas, pelo exemplo na partilha das tarefas familiares.

## ÍNDICE GERAL

<b>ÍNDICE .....</b>	<b>ii</b>
<b>AGRADECIMENTOS .....</b>	<b>iv</b>
<b>ÍNDICE DE QUADROS .....</b>	<b>v</b>
 <b>INTRODUÇÃO .....</b>	 <b>1</b>
 <b>CAPÍTULO 1 – A MULHER E A FAMÍLIA .....</b>	 <b>5</b>
1.1 - A mulher e a família na época pré-industrial .....	7
1.2 - A mulher e a família depois da Revolução Industrial .....	11
1.3 - Credibilização de uma prática desigual: a mística feminina .....	17
1.4 - Movimento feminista .....	21
 <b>CAPÍTULO 2 – SITUAÇÃO DA MULHER EM PORTUGAL .....</b>	 <b>29</b>
2.1 - Revolução Industrial: particularidades da situação das mulheres portuguesas .....	29
2.2 - Movimento feminista português .....	31
2.3 - A mulher face à legislação civil portuguesa .....	41
 <b>CAPÍTULO 3 – PAPEL DE GÉNERO COMO PAPEL SOCIAL .....</b>	 <b>50</b>
3.1 - Definição de conceitos: Sexo, Género, Papel .....	50
3.2 - Teoria do Papel Social de Alice Eagly: uma síntese .....	54
3.3 - Estudos portugueses .....	63
 <b>CAPÍTULO 4 - MÉTODO .....</b>	 <b>70</b>
4.1 - Objectivos .....	70
4.2 - Respostas afectivas .....	71
4.3 - Plano experimental .....	75
4.4 - Hipóteses .....	77

4.5 - Amostra .....	78
4.6 - Questionário .....	80
4.7 - Procedimento .....	85
4.8 - Tratamentos efectuados .....	85
 <b>CAPÍTULO 5 – RESULTADOS E DISCUSSÃO .....</b>	 86
5.1 - Caracterização dos conjugues .....	86
5.2 - Decisões familiares .....	92
5.3 - Emoções despertadas .....	95
5.4 - Avaliações do conjugues como casal e avaliação do nível de igualitarismo dos sujeitos .....	99
5.5 - Conclusão.....	106
 <b>CAPÍTULO 6 - CONCLUSÕES .....</b>	 110
 <b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	 113
 <b>ANEXOS .....</b>	 121

## **Agradecimentos**

Aproveito este espaço para agradecer a todos aqueles que contribuíram para a realização deste trabalho.

Os meus sinceros agradecimentos:

À Professora Doutora Marianne Lacomblez pela compreensão e pelo estímulo.

Muito especialmente, à Professora Doutora Gabrielle Poeschl cuja orientação, pela dedicação, firmeza e perfeccionismo, constituiu uma lição que transcende o próprio trabalho.

Aos professores que amavelmente responderam aos questionários.

Aos membros do Centro de Formação de Professores Francisco de Holanda pela inestimável colaboração.

À Dr.<sup>a</sup> Gabriela Gouveia, do Arquivo Histórico da Assembleia da República e à Dr.<sup>a</sup> Ana Saraiva do centro de documentação da Comissão da Condição Feminina do Porto, pelo fornecimento de documentação imprescindível para a realização do presente trabalho.

Aos meus amigos e familiares sobretudo pela compreensão das minhas ausências.

Ao João.

## ÍNDICE de QUADROS

Quadro 1-	Intensidade média das emoções em função do Sexo do sujeito e do Alvo descrito. Análise de variância: efeitos principais de Sexo e Alvo .....	72
Quadro 2-	Dimensões emocionais extraídas por análise factorial em componentes principais. Saturação, média e desvio-padrão atribuídos aos itens pelo conjunto dos sujeitos.....	74
Quadro 3-	Plano experimental .....	76
Quadro 4-	Dimensões extraídas pela análise factorial em componentes principais. Saturação, média e desvio-padrão dos itens. Alpha Cronbach .....	87
Quadro 5-	Médias atribuídas por Condição Experimental e por Cônjuge nos traços de personalidade e na necessidade de poder, sucesso e competição. Análise da variância .....	88
Quadro 6-	Dimensão das decisões familiares extraída por análise factorial em componentes principais. Saturação, média e desvio-padrão dos itens. Alpha de Cronbach .....	93
Quadro 7-	Médias por Condição Experimental e por Cônjuge nas decisões familiares. Análise da variância.....	94
Quadro 8-	Dimensões emocionais extraídas pela análise factorial em componentes principais. Saturação, média e desvio-padrão dos itens. Alpha de Cronbach.....	96
Quadro 9-	Médias das emoções despertadas por Condição Experimental e por Cônjuge. Análise da variância .....	97
Quadro 10-	Dimensões da avaliação dos cônjuges como casal e dimensões do nível de igualitarismo, extraídas por análise factorial em componentes principais. Média e desvio-padrão dos itens. Alpha de Cronbach .....	100
Quadro 11-	Médias por Condição Experimental e por Cônjuge na tipicidade e idealidade do casal, igualdade de direitos e igualdade de competências dos sujeitos. Análise da variância .....	101
Quadro 12-	Médias relativas à igualdade de competências por Condição Experimental e por Sexo .....	104
Quadro 13	Médias das avaliações nas Escalas por Condição para o Filipe.....	104
Quadro 14	Médias das avaliações nas Escalas por Condição para a Cristina.....	106

## Introdução

A família ocupa hoje em dia um papel central no debate ideológico e na prática política das nações. As diferentes concepções de família, muitas vezes propositadamente difusas, são frequentemente apontadas como panaceia para os mais diversos males sociais, da droga à solidão, do individualismo à marginalidade. Projectos políticos e religiosos alicerçam-se em ideais de família ou fazem de uma qualquer ideia de família a razão de ser do seu combate. Publicitários inventam famílias adequadas aos produtos que pretendem vender. Em simultâneo, chegam até nós os ecos de vivências familiares repletas de violência e desigualdades.

No nosso conhecimento empírico coexistem sem contradição aparente, sucedendo-se num mesmo plano de realidade, a família ideal e a família disfuncional, a harmonia colorida e o abuso do poder, a cumplicidade no trabalho familiar e o sacrifício de um dos cônjuges em função do outro, o típico e o ideal.

O interesse pela família e pelo o papel de género surge tardiamente no nosso país e como parte de um questionar mais vasto da sociedade portuguesa sobre os seus valores e os seus comportamentos sociais.

A discussão pública que precedeu o referendo sobre o aborto, a questão da representatividade política, o questionar sobre a discriminação da mulher no trabalho e as campanhas alertando para a importância de novas organizações familiares que envolvam uma divisão do trabalho doméstico mais justa, são exemplo de uma nova forma de pensar o papel da mulher enquanto pessoa numa sociedade que se quer mais justa.

Mais uma vez a realidade parece trair as boas intenções e a prática iludir a teoria igualitária e a letra da lei. A nossa sociedade parece caminhar, pelo menos ao nível das suas classes mais progressistas e informadas, para o reconhecimento no campo dos princípios duma igualdade de direitos e deveres entre homens e mulheres. No entanto,

interrogamo-nos se essa quase obrigatoriedade cultural de reconhecimento igualitário se manifesta no quotidiano, nos comportamentos e expectativas dos indivíduos em situações concretas, no emprego e especialmente em casa, onde o imperativo cultural de classe perde importância por trás das portas fechadas. Até que ponto o reconhecimento intelectual e legal da igualdade se mantém perante a distribuição tradicional das tarefas domésticas e parentais.

Sabemos que o número de mulheres na faculdade excede largamente o número de homens. No entanto, os cargos de chefia e os lugares de maior responsabilidade continuam a ser ocupados pelos homens (CIDM, 1988; Vicente, 1998). Por outro lado, as mulheres continuam a ser responsabilizadas pelo trabalho familiar. Se ao nível do direito e do discurso prevalece a igualdade e o companheirismo entre homens e mulheres, a prática quotidiana demonstra que este discurso não passa de um embuste que encobre situações de desigualdade fortemente interiorizadas tanto pelos homens como pelas próprias mulheres.

É inegável que o trabalho doméstico constitui um grande contexto de pesquisa e desenvolvimento teórico (McKie, 1996) e continua preferencialmente associado às mulheres. Pensamos que este domínio de pesquisa ganha novo interesse quando constatámos que, em resultado da entrada da mulher no mercado de trabalho, o contributo financeiro das mulheres na economia familiar aumentou mas parece não ter aumentado o seu poder de decisão no ambiente familiar, nem diminuído a sua responsabilidade perante o trabalho familiar (Poeschl & Serôdio, 1998). Por outro lado, embora a prática discursiva saliente conceitos de igualdade, alguns estudos revelam que os traços dos estereótipos masculinos e femininos se mantêm e que o "imaginário social" vê o jovem do sexo masculino como o principal actor num cenário de mudança social (Amâncio, 1993).

Neste contexto, procurando sobretudo compreender a manutenção da desigualdade entre homens e mulheres no seio da família recorreremos à teoria de Eagly (1987) enquanto modelo que tem visto na relação entre o papel social e o comportamento social uma via para o estudo e o entendimento das diferenças de género. Na investigação procuramos



ver como diferentes organizações familiares interferem na percepção dos indivíduos e de que forma essa percepção varia em função do sexo dos sujeitos e do sexo dos cônjuges avaliados.

Para além desta parte introdutória inicial, o nosso trabalho pode ser dividido, grosso modo, em duas partes: enquadramento teórico e parte empírica.

O enquadramento teórico está organizado em três capítulos. No primeiro capítulo, procuramos apresentar em termos globais a situação da mulher na família. Consideramos a Revolução Industrial um marco de referência no estudo da família e apresentamos uma caracterização do papel da mulher na família antes (ponto um) e depois da Revolução Industrial (ponto dois). As repercussões da Revolução Industrial, entre outros aspectos, fazem-se sentir numa sobrecarga de trabalho para a mulher que acumula o trabalho doméstico com a sua actividades profissional. Esta prática desigual de certa forma é legitimada pela releitura dos trabalhos de Freud e Parsons. É esta perspectiva que procuramos apresentar no ponto três do primeiro capítulo. Finalizamos o primeiro capítulo referindo, no ponto quatro, alguns movimentos e teorias feministas.

No capítulo dois, apresentamos a situação da mulher em Portugal. Atendendo às dificuldades em generalizar os desenvolvimentos ocorridos na Europa ao caso português, realidade sujeita a uma diferente periodização e intensidade dos acontecimentos, procurámos referir algumas particularidades da situação das mulheres portuguesas: a sua vivência da Revolução Industrial (ponto um), os movimentos feministas portugueses (ponto dois). Reconhecendo a importância que a legislação civil tem para a condição feminina (Dias, Dias & Carmo, 1997), finalizamos o capítulo dois com uma análise da legislação civil portuguesa, relativa à condição da mulher, desde a primeira constituição portuguesa até à actualidade (ponto três).

No capítulo três, abordamos o papel de género como papel social. No sentido de aumentar a compreensão do papel de género como papel social iniciamos o capítulo com uma definição do conceito de sexo, género e papel. Em seguida, apresentamos uma síntese da Teoria do Papel Social de Eagly (1987). Finalizamos o capítulo referindo

alguns estudos portugueses que abordam a partilha das tarefas familiares e o papel de género.

Na Segunda parte do trabalho é apresentada a investigação empírica. No capítulo quatro, descrevemos o método utilizado na investigação, explicitamos os objectivos e apresentamos um pequeno estudo donde foram retiradas as emoções que utilizamos na investigação. Ainda neste capítulo, apresentámos o plano experimental, as hipóteses a testar, descrevemos a amostra, o instrumento e o procedimento utilizado, bem como os tratamentos estatísticos efectuados.

No capítulo cinco, apresentamos os resultados da investigação em função das quatro partes em que o questionário se encontra dividido: (1) Caracterização dos cônjuges, (2) Decisões familiares, (3) Emoções despertadas e (4) Avaliação dos cônjuges como casal e avaliação do nível de igualitarismo dos sujeitos. Apresentamos, ainda, a conclusão do estudo empírico.

Por fim, no capítulo seis, sistematizamos algumas conclusões gerais resultantes da investigação.

## Capítulo I – A mulher e a família

Os estudos sobre a mulher e a família são praticamente inexistentes até meados do século XIX. Esta falta de interesse revelada pelos investigadores tem sido frequentemente relacionada com o papel dominante do homem na construção da narrativa histórico-social, que terá relegado a mulher, e os temas que tradicionalmente lhe estavam associados, para a categoria de estereótipos nutridores da imaginação cúpida, temerosa ou moralista dos homens.

Ora parece-nos a nós que se a produção histórica até à pouco realizada é de facto uma história no masculino, não é sobretudo porque os seus objectos sejam manifestações exclusivamente masculinas, mas porque não foram abordados tendo em conta a participação feminina, cuja acção mais ou menos subterrânea é necessário iluminar. (Lopes, 1986: 73).

O relato da participação das mulheres começa por ser uma história de mulheres notáveis (rainhas e santas) a que falta frequentemente a dimensão humana que poderia fazer luz sobre a vivência das famílias e as relações entre os cônjuges. As poucas famílias referenciadas nos períodos anteriores aos estudos empíricos do século XIX representam na sua essência símbolos do mundo equilibrado, preconizado pela igreja católica e de certa forma traduzido nas obras de Santo Agostinho e São Tomás (Flandrin, 1976: 171-174) ou do mundo às "avessas" frequentemente ridicularizado pelo imaginário popular em anedotas ou provérbios castigadores do homem que permite que a mulher lhe usurpe as calças (passagem do poder só possível aí, no terreno da excepção e do delírio).

É certo que a História traz até nós impressionantes figuras de mulheres dominadoras e liderantes mas apresentadas como excepções ao seu sexo, detendo as características que tradicionalmente fazem o "homem": Joana d'Arc transfigurada em homem para salvar a França porque não havia um homem para o fazer é um exemplo paradigmático.

São as transformações do século XVIII e XIX que despertam o interesse pela família. Autores como Auguste Comte (1798 – 1857), Frédéric Le Play, Émile Durkheim (1858-1917) e Engels (1820 – 1895) formam um painel do interesse e do tipo de preocupações que o tema família despertava na intelectualidade de Oitocentos (Segalen, 1996).

O século XIX coloca a família no centro do debate político, religioso e económico. Os reformadores sociais, a Igreja, os filósofos e os políticos procuram por caminhos diferentes explicar as alterações na organização familiar e propor medidas para combater o que é considerado um flagelo para a sociedade – a desintegração familiar.

O despertar do interesse pela família surge desta forma a par com a vontade de intervir nesse domínio (Segalen, 1996). Isto pode explicar a crispação que passa a envolver o tema e o facto de muitos estudos nos revelarem mais sobre a ideologia política dos autores do que sobre a família. A célebre fórmula de Engels "*Dans la famille, l'homme est le bourgeois, la femme le prolétariat*" (Engels in Segalen, 1996: 26) revela-nos o quanto será difícil para o futuro separar o pensamento sobre a família das grandes questões sociais e a influência que o tema da família virá a ter nos grandes debates sobre o indivíduo em sociedade, até ao século XX. O pensamento de Engels resume de certa forma as questões que preocupam os pensadores sobre a família no século XIX: as responsabilidades das formas de exploração industrial na transformação da organização familiar e na desagregação da família tradicional; o papel dos indivíduos no seio da família, podendo ter interesses divergentes (o que terá fortes desenvolvimentos no século XX); e a família como um microcosmos que reproduz a ordem social (Segalen, 1996; Bourdieu & Passeron, s.d.). Claro que o pensamento marxista, tanto ao nível da leitura da situação como da solução preconizada, não colhia a unanimidade<sup>1</sup>. Contudo, emerge de todos os debates de Oitocentos a ideia de ser necessário estudar, proteger a família e, para o Estado, garantir o seu controle, para garantir o bem estar de toda a sociedade.

---

<sup>1</sup> Mesmo dentro dos marxistas existem divergências quanto à leitura da família (cf. por exemplo Nielsen, 1990; Jackson, 1998).

Esta primeira vaga de pensadores da família como Le Play ou Engels, legou aos seus seguidores uma visão da família construída a partir das suas convicções políticas (Segalen, 1996) e teóricas<sup>2</sup> que viriam a condicionar muito do pensamento que foi feito sobre a família a partir deles.

Se há assunto que mereça acordo de historiadores, sociólogos, psicólogos e outros cientistas sociais é o facto de a Revolução Industrial ser considerada um marco, uma referência no que diz respeito à família e ao seu estudo. Assim, e à imagem do que já foi feito por outros autores (Segalen, 1996; Tilly & Scott, 1987; Nielsen, 1990) apresentamos em seguida uma caracterização da família e do papel da mulher antes e depois da Revolução Industrial.

### 1.1 - A Mulher e a Família na Época Pré-industrial

A função principal da família na época pré-industrial é resumida exemplarmente por Tilly & Scott (1987: 62) "*«Le couple était la communauté de travail la plus simple, la communauté élémentaire» et la contribution de chaque conjoint à la création et à la survie de la famille était vitale. Dès le début, le mariage était une association économique*".

Na realidade a família é a base da economia da época designada por Antigo Regime. Lebrun (1983) apresenta-a como uma "Unidade fundamental de produção e de consumo". A família, em termos de organização e funcionamento, é muito semelhante<sup>3</sup> tanto na cidade como no campo. Podemos, mesmo assim, considerar que existem algumas diferenças mercê das características ambientais e sua influência no tipo de

---

<sup>2</sup> Talvez a mais marcante e condicionante de todas tenha sido a teoria da linha evolutiva da família, a partir do clã até à família nuclear típica da Revolução Industrial, teorizada por Émile Durkheim, que se manteve dominante até à década de 60 no século XX e aos trabalhos de Peter Laslett (Reher, s.d.).

<sup>3</sup> Para informação mais detalhada da estratificação do género nas sociedades pré-industriais, e sua variação em função da forma de subsistência e tecnologia da sociedade, ver Nielsen (1990).

trabalho predominante. Assim, tendo em atenção estas diferenças, apresentamos separadamente os dois meios: mundo rural e espaços urbanos.

## **O mundo rural**

No século XVIII grande parte da população europeia habitava no campo e praticava a agricultura. Na Inglaterra, país pioneiro da Revolução Industrial, 65% dos habitantes estavam nos campos, e em França o número de habitantes dedicados à agricultura atingia os 70% (Tilly & Scott, 1987).

Os trabalhos agrícolas baseavam-se quase exclusivamente na gestão da mão-de-obra familiar. A distribuição de tarefas (tanto nas famílias alargadas como nas famílias nucleares<sup>4</sup>) contemplava todos os membros, de acordo com a sua idade e capacidades físicas. As tarefas masculinas e femininas eram complementares (Segalen, 1996). Ainda que a extensão das propriedades pudesse tornar necessária a existência de criados, tal não alterava o carácter familiar da exploração.

Esta repartição de tarefas reserva ao homem o trabalho nos campos e à mulher os trabalhos na casa ou nas suas imediações. A repartição das tarefas pode ser inferida através da descrição que Rétif (in Lebrun, 1983: 74) faz da ceia em casa do seu pai, por volta de 1740:

Todas as noites à ceia, que era a única refeição em que toda a família podia estar reunida, ele via-se como um patriarca venerável, à cabeceira de uma mesa numerosa; pois éramos vulgarmente vinte e dois à mesa, compreendendo os moços da lavoura e os vinhateiros, que no inverno eram malhadores, o vaqueiro, o pastor e duas criadas das quais uma ajudava os vinhateiros e a outra

---

<sup>4</sup> Segundo a perspectiva da função produção e de consumo da família (Armengaud, 1975) podemos distinguir quatro tipos de família: (1) as casas solitárias, isto é, as que não contam mais que um indivíduo, por exemplo, um celibatário ou uma viúva que vive sozinha; (2) as casas nucleares constituídas por famílias conjugais - pai, mãe, filhos ou viúvos com filhos; (3) as casas alargadas que compreendem além do casal e dos seus filhos um ou vários parentes ascendentes ou colaterais ou mesmo criados ou aprendizes; (4) as casa múltiplas ou polinucleares formadas por vários núcleos, isto é, vários casais aparentados entre si e com filhos que vivem juntos.

tinha a seu cargo as vacas e a leitaria. Todos estavam sentados à mesma mesa: o pai de família na extremidade ao lado do lume; a mulher ao lado dele, ao alcance dos pratos a servir (pois era ela sozinha que se ocupava das cozinhas; as criadas que tinham trabalhado todo o dia estavam sentadas e comiam tranquilamente); em seguida as crianças da casa, segundo a idade que só ela determinava a posição; depois o mais antigo dos moços da lavoura e os seus camaradas; em seguida os vinhateiros depois dos quais vinha o pastor, finalmente as duas criadas fechavam a roda; elas estavam no extremo da mesa em frente da patroa à qual não podiam esconder nenhum dos seus movimentos.

Este esclarecedor quadro da organização familiar e social do tempo permite visualizar uma hierarquia, onde o patriarca está no topo (à cabeceira da mesa, junto ao lume), e ao mesmo tempo dá indicações precisas sobre as obrigações da mulher ocupando-se da casa, da mesa – do ritmo do lar.

Dependendo da sua capacidade económica a família pode ter, ou não, criados, mas a regra, e o que é desejado por todos, é que ela consiga ser auto-suficiente. Numa família de menores recursos do que a apresentada na transcrição, a mulher acumularia com as tarefas da casa, os trabalhos na proximidades dela: cuidar dos animais domésticos e vender nas ruas ou no mercado alguns excedentes agrícolas.

### **Espaços Urbanos**

Nas cidades a produção organizada em torno da família continua ainda a ser regra. A oficina ou a loja é gerida pelo patrão ajudado pela mulher e filhos, existe uma identificação completa da família com as actividades desenvolvidas "*Puisque tous les membres de la famille travaillaient ensemble et bénéficiaient conjointement de l'entreprise, certaines tâches étaient acquises par les deux sexes et pouvaient devenir interchangeables.*" (Tilly & Scott, 1987:67). A mulher do artesão trabalha com ele, lado a lado, e se o produto fabricado é vendido em casa é a mulher que se encarrega de o vender. A actividade económica conjugal é a prioridade absoluta da família na qual o

espaço de trabalho e o espaço da família, tal como no campo, estão profundamente ligados.

A indústria numa fase ainda incipiente apoia-se no trabalho no domicílio (*domestic system*) possibilitando aos que dela dependiam uma organização de trabalho conveniente à sua organização familiar e à gestão das tarefas domésticas. Até aos finais do século XVIII a concentração de grandes contingentes de operários num mesmo lugar permanecerá excepcional. O divórcio entre o lar e o local de trabalho, regra da produção industrial, é ainda raro e alvo de desconfiança.

Acima das diferenças ditadas pela condição, ricos ou pobres, da cidade ou do campo, a família da época surge aos olhos dos investigadores como uma unidade de produção e consumo perfeitamente funcional. Os membros trabalham em conjunto para o bem da empresa, identificam-se com ela, dispõem de uma divisão de tarefas essencialmente em função das necessidades (como comprova a participação excepcional das mulheres nos trabalhos sazonais das sementeiras e das colheitas). "*Mais dans les classes populaires ou attendait de tous les membres de la famille en bonne santé qu'ils travaillent d'une manière ou d'une autre.*" (Tilly & Scott, 1987: 37).

Surge, assim, bem clara a importância da subsistência da família e a participação dos dois cônjuges na economia familiar, como bem ilustra o comentário de um observador inglês sobre a França do século XVIII:

*Dans les rangs les plus bas (de la société), à la campagne et à la ville, les hommes et les femmes cultivaient la terre, élevaient des animaux et fabriquaient de l'étoffe et des vêtements ensemble. Ensemble, ils usaient de leurs forces et de leurs talents pour nourrir et servir les enfants, les personnes âgées, les infirmes, les paresseux et les faibles...*

*Entre eux, aucune distinction qui permette de reconnaître, qui est le patron; tous les deux le sont...* (in Tilly & Scott, 1987: 72).



A transcrição aponta ainda para uma "igualdade rudimentar" (Tilly & Scott, 1987: 72), onde a diferenciação de papéis entre homens e mulheres se baseia em tarefas complementares com cargas de trabalho mais ou menos bem repartidas. Esta ideia é corroborada por Ferreira (1981: 50) quando considera que "Homens e mulheres eram economicamente interdependentes e co-responsáveis quer pela manutenção da família quer pela produção mercantil."

A mulher tem tempos específicos para as tarefas domésticas e familiares, podendo desempenhar, depois delas, outras tarefas, enquanto o marido assume a tempo inteiro os restantes encargos. A mulher deve cumprir sobretudo o seu papel de "fornecedora de alimentos para a família" gerindo os seus recursos financeiros. Esta gestão dos recursos domésticos fornece à mulher um poder que de certa forma permite contrabalançar o facto de ela, por lei, ser submissa ao marido (Tilly & Scott, 1987: 73).

## **1.2 - A Mulher e a Família depois da Revolução Industrial**

"Entre 1780 e 1850, uma revolução sem precedentes e de grande alcance mudou a face da Inglaterra. Desde então o Mundo nunca mais foi o mesmo." (Cipolla, 1974: 329).

A Grã-Bretanha foi o país pioneiro nessa grande transformação, a Revolução Industrial. A passagem de uma sociedade alicerçada numa economia agrária de forte pendor tradicionalista para uma sociedade mais aberta e urbana que consagra o primado da máquina foi primeiramente, e muito intensamente, sentida neste país (Nielsen, 1990). Será portanto na Grã-Bretanha que as principais características e consequências deste movimento se vai fazer sentir, estendendo-se aos Estados Unidos, França, Alemanha, Bélgica, Holanda e posteriormente Japão, Canadá e Suécia. Estes países vão constituir na opinião de Rioux (1978) o grupo das primeiras nações industrializadas.

Uma das condições da Revolução Industrial que mais consenso colhe entre os investigadores é a da necessidade de utilização intensiva do equipamento produtivo, o

que implicava o "uso" do trabalho humano (Rioux, 1978). As indústrias necessitam imperiosamente de um fornecimento regular de trabalhadores e de promover nesses trabalhadores a conversão aos novos princípios que gerem a produção e o emprego: mobilidade para poder acompanhar o deslocamento do trabalho, adaptabilidade às transformações rápidas.

O fenómeno complexo – Revolução Industrial - comporta, entre outras alterações, transformações sociais, produtivas e tecnológicas importantes. Há um aumento significativo dos bens de consumo, surgem novos grupos ou classes sociais, alteram-se as relações de produção, avoluma-se a migração do campo para a cidade, a estabilidade da organização familiar tradicional é abalada *"At the same time that industrial work became physically and socially separate from domestic work, there were important changes in the division of labor by sex and accompanying redefinitions of the nature of women and men"* (Nielsen, 1990: 50).

A Revolução Industrial traz então associado ao desenvolvimento económico e tecnológico mudanças na sociedade. Há algumas evidências destas mudanças que pretendemos salientar: o crescimento urbano, o valor do trabalho e a vida da família.

O crescimento urbano está ligado à industrialização uma vez que para baixar os custos e aumentar a produtividade é importante passar do *domestic system* à aglomeração dos trabalhadores nas fábricas e outros estabelecimentos industriais. As cidades vão crescendo duma forma mais ou menos desorganizada. A vida quotidiana é melhorada com água canalizada, iluminação pública e doméstica, esgotos, desenvolvimento das redes viárias, construção de bairros populares, mas a cidade cresce hierarquizada e revela as novas relações da sociedade industrial. "O centro cuidadosamente planificado, expulsa os seus artífices, a multidão dos seus pequenos ofícios, deixando o lugar aos funcionários, aos capitalistas e aos burgueses." (Rioux, 1978: 178), ficando os trabalhadores confinados à "... cidade-miséria dos bairros pobres e dos arrabaldes." (Rioux, 1978: 179).

A preponderância da fábrica vem alterar o valor e o saber do trabalho e do trabalhador "A aprendizagem é inútil: não há qualquer técnica ancestral a transmitir, qualquer preocupação em acabar o objecto com paciência e habilidade." (Rioux, 1978: 190). O operário é intermutável, o trabalho não exige grandes qualificações, consiste sobretudo em tarefas simples, a ritmo controlado onde é necessário para além da repetição do gesto, força física. Este trabalho é executado em condições muito penosas, tanto no que diz respeito às condições físicas, ao salário (normalmente à peça) como ao horário de trabalho (até 1860, oscila entre 12 a 15 horas). O valor do trabalho alterou-se, melhor, desvalorizou-se "Os velhos valores, a independência, a criatividade e o orgulho no trabalho bem executado, foram destruídos pelo princípio regulador da nova civilização: o lucro." (Mónica, 1986: 205).

As famílias de mais baixos rendimentos são obrigadas a alterar as suas estratégias de sobrevivência em função das imposições do mercado de trabalho o que provoca, entre outras mudanças, o aparecimento de duas novas personagens: o operário e a doméstica (Saraceno, 1992). Esta última, na tentativa de contribuir para a subsistência da sua família, é envolta, no mercado de trabalho, em obrigações de trabalhadora irregular, precária ou de domicílio, que acumula com as tarefas familiares ou domésticas em sua casa.

A nossa referência às condições de vida familiar versa fundamentalmente a vida da grande massa da população que tinha absoluta necessidade de um emprego remunerado para sobreviver, as classes trabalhadoras. Quem fica de fora desta classificação? Questão de difícil senão de impossível resposta. Em tempos de profunda transformação ao nível económico e social, poucos serão aqueles que seguros da perenidade do seu estatuto - homens e mulheres - não temem o ano mau que os poderá levar à miséria do operariado.

A actividade industrial no século XIX ao realizar-se preferencialmente em locais determinados, fora da habitação, tornou-se uma actividade a tempo integral com consequência muitas vezes dramática para as mulheres casadas. A industrialização traz

consigo a incompatibilidade entre o permanecer em casa, desempenhando as tarefas domésticas, e a possibilidade de obter um emprego remunerado na indústria. A disciplina da fábrica torna-se, assim, um forte entrave às mulheres com obrigações nas tarefas familiares. Como referem Tilly e Scott (1987: 149) "...les femmes qui ne pouvaient quitter la maison douze heures par jour à cause de leurs obligations domestiques" encontram muitas dificuldades em beneficiar das oportunidades abertas pela industrialização. Embora o nosso imaginário registe do interior das fábricas (e mesmo das minas) do século XIX imagens de uma grande quantidade de mulheres estaremos sem dúvida a olhar para mulheres solteiras e com inteira disponibilidade de tempo para consignar à empresa. As mulheres casadas, pelos condicionalismos que referimos acima, tinham de procurar o salário em actividades subsidiárias da indústria, nas lojas ou no comércio de rua, no que Saraceno (1992: 35) chama de "economia informal".

Apesar destas dificuldades que a mulher sente no acesso ao mundo do trabalho assalariado, a pressão para que contribua para o rendimento familiar com um salário é imensa, principalmente em alturas de crise económica (extremamente frequentes), ou quando o marido não encontra trabalho. O apelo do salário é muito forte, qualquer que seja a situação da mulher, e representa de 10 a 50 % do total do rendimento familiar (Tilly & Scott, 1987).

*(Pour les femmes) la tentation (de travailler) est grande; on a tellement besoin d'ouvrières que cinquante femmes peuvent trouver un emploi là où l'homme échoue...Ainsi, il est tout à fait vrai que beaucoup de femmes entretiennent leur mari et leur famille, les hommes se contentant des tâches à la journée qu'ils peuvent décrocher... (Barler, 1863 in Tilly & Scott, 1987: 155).*

A mulher casada faz a sua entrada no mercado do trabalho industrial em condições extremamente gravosas. As preocupações da mulher casada não se esgotam na procura do salário, os seus deveres para com a casa, herança da organização familiar do Antigo Regime, são intransmissíveis. Acima de todos, o dever de alimentar a família, em que se

consome parte dos rendimentos (Tilly & Scott, 1987), depois as compras, os arranjos das roupas e os cuidados com os filhos (Saraceno, 1992: 35).

Andersson (1971 in Tilly & Scott, 1987: 163) condensa a importância das tarefas de gestão doméstica da mulher:

*J'ai parfois pensé qu'une famille qui subit une telle épreuve est comme un équipage en mer, à court de provisions, ne disposant que d'une ration limitée distribuée jour après jour. Ici, c'est la femme qui est le capitaine, le pourvoyeur et le distributeur. Dans ces cas-là le mari lui abandonne généralement tout et elle comme il faut, noblement, s'acquitte de ses fonctions.*

Acrescente-se a isto que os trabalhos que lhe permitem continuar a atender às necessidades da família e da casa são os mais mal pagos. *"Le type de travail que les femmes mariées pouvaient trouver (...) payait très peu (...). En allant ainsi gagner de l'argent à l'extérieur, l'épouse portait atteinte à ses activités domestiques dont dépendait le mari, et qui favorisaient ses possibilités à lui de gagner un bon salaire."* (Tilly & Scott, 1987: 54).

A necessidade de encontrar trabalho remunerado compatível com o desempenho das tarefas domésticas constitui importante desvantagem para a mulher casada nesta sociedade competitiva.

Em suma, podemos dizer que as transformações ao nível da organização das actividades produtivas que caracteriza a passagem das sociedades pré-industriais para as sociedades industriais teve um efeito muito forte sobre as actividades das mulheres. As mulheres pela necessidade de conciliar uma actividade profissional remunerada com o desempenho das tarefas domésticas que tradicionalmente lhe estavam atribuídas ficam sobrecarregadas e desfavorecidas. Por um lado, afastadas dos melhores empregos e necessitando absolutamente de um salário, têm que desempenhar tarefas não especializadas, temporárias e mal pagas, por outro lado, continuam a assumir a tradicional repartição de tarefas no interior da empresa familiar, consagrando tempos

específicos para as diferentes actividades: os filhos, os cuidados com a roupa, a alimentação. Ao mesmo tempo, o aparecimento do salário como escala do valor do trabalho conduz à subalternização da posição da mulher na família devido a um progressivo desvalorizar das tarefas domésticas e familiares *"Ainsi la dévalorisation du travail domestique est un fait historique lié au développement d'une société dont les valeurs sont orientées vers la productivité, l'efficacité, le machinisme et la robotisation."* (Segalen, 1996: 211).

Na conclusão que Tilly & Scott tiram do seu trabalho sobre a família na época industrial estão patentes as ideias de transformação e de degradação das condições de vida das mulheres casadas: *"...elles doivent concilier leur activités reproductrices et domestiques avec leur emploi rémunéré. (...) la demande économique de travailleuses et les besoins financiers des familles amenèrent alors de très nombreuses femmes à travailler au détriment de leur santé..."* (Tilly & Scott, 1987: 264). Ao mesmo tempo há uma clarificação da divisão do trabalho e uma mudança na forma como homem e mulher valorizam o seu trabalho e a sua contribuição para a família *"Une productivité accrue et une augmentation des salaires masculins, produisirent une division du travail plus marquée et une différenciation des activités au sein de la famille"* (Tilly & Scott: 1987: 264). O que corresponde, como explica Saraceno (1987: 35), a uma formulação mais nítida do que serão os deveres e os espaços do homem e da mulher no interior da família.

Se por um lado a revolução industrial destrói a família como unidade produtiva, agrava a situação da mulher casada (e não só) do povo "Milhares de mulheres e crianças fazem a sua entrada em fábricas e minas, onde trabalham em condições desumanas muitas horas do dia e da noite, 12 a 15 horas" (Palla, s.d.: 31) também origina uma classe média próspera. Esta nova classe média vai atribuir à mulher um papel de ornamento onde planejar o casamento constitui a principal actividade das mulheres solteiras que, para isso, são educadas em casa junto de amas ou preceptoras. As casadas deverão supervisionar o trabalho da casa, pois apenas foram educadas para tornar mais agradável a vida dos seus maridos.

Desta forma, ficam as mulheres das classes mais abastadas afastadas da vida activa. A sua acção fora do lar resume-se sobretudo a obras de caridade ou beneficência que de certa forma constituem um símbolo do estatuto social do marido e da família (Palla, opus cit.). Ilustrativa desta situação é a descrição que Cecília Barreira apresenta sobre a burguesia feminina de Lisboa entre 1890 a 1930 e que de certa forma pode ser generalizada a todas as mulheres de então:

"O trabalho doméstico era ensinado em doses medianas consoante a classe social a que se pertencia. Na classe média e alta burguesia, era mais importante saber-se francês, tocar piano, tomar-se conhecimento com as normas de civilidade, uns rudimentos de aritmética e português do que propriamente a lida da casa. (...). A menina tinha que aprender a dirigir uma casa não a cozinhar particularmente bem ou a proceder a uma limpeza esmerada da habitação."  
(Barreira, 1994: 35)

### **1.3 - Credibilização de uma prática desigual: a mística feminina<sup>5</sup>**

As características da sociedade pós Revolução Industrial, tiveram repercussão ao nível da família, entre outros aspectos, a mulher assume um novo papel no mundo exterior ao seu território tradicional – o lar. Este novo papel resulta numa sobrecarga de trabalho para a mulher uma vez que para além das suas actividades profissionais continua a ter a seu cargo as actividades domésticas.

A sobrecarga de trabalho da mulher e consequente prática desigual entre homens e mulheres no seio da família teve origem na Revolução Industrial mas continua a existir na actualidade (Baudelot & Establet, 1992; Poeschl & Serôdio, 1998; Vicente, 1998) e é de certa forma legitimada pela releitura dos trabalhos de Freud e Parsons (Rocheblave-Spenlé, 1969; Michel, 1978; Amâncio, 1994).

---

<sup>5</sup> O termo «mística feminina» foi utilizado em 1963 por Betty Friedan, para título do seu livro. Iremos abordar a sua repercussão quando mais à frente referirmos o Movimento Feminista.

Numa teoria onde inveja/desejo (envie) de pénis, complexo de Édipo, símbolo fálico, castração, são conceitos centrais e, como diz Lígia Amâncio (1994: 20), a respeito da psicanálise, "...a normalidade é elaborada a partir do patológico..." e o crescimento é considerado "...uma evolução no caso do sexo masculino e uma regressão no caso do sexo feminino", pensamos poder dizer que é um legado freudiano considerar que o homem é a norma e que a mulher é a versão "castrada" dessa norma e por isso considerada inferior (cf., por exemplo, Nielsen, 1990; Rocheblave-Spenlé, 1969).

Não pretendemos refutar esta posição, não é o propósito deste trabalho, e outros antes de nós já o fizeram nomeadamente psicanalistas feministas (Chodorov, 1978 in Nielsen, 1990; Vice, 1998).

Pode notar-se que Freud quando fala sobre as características da feminilidade madura afirma "Reconhecemos apenas uma validade média nestas afirmações; e nem sempre é fácil distinguir o que deveria ser atribuído à influência da função sexual e o que é fruto da educação social." (Freud, 1989a: 174). Gostaríamos isso sim de reflectir sobre dois aspectos associados à psicanálise e que nos parecem centrais ao nível dos afectos e na responsabilização da mulher pelo outro (filho), a saber: importância da primeira infância no desenvolvimento da personalidade do sujeito e instinto maternal.

É inegável a importância atribuída por Freud à infância no desenvolvimento da personalidade, nomeadamente na explicação/compreensão das neuroses "A única impressão com que ficamos é que esses acontecimentos da infância são de um ou outro modo exigidos como uma necessidade, que fazem parte dos elementos essenciais de uma neurose." (Freud, 1989b: 141). Sabemos que a figura materna surge como relevante no quadro da psicanálise, e particularmente na primeira infância, uma vez que é a mãe o primeiro objecto libidinoso tanto para o rapaz como para a rapariga. Por outro lado, as crianças para sobreviverem necessitam que alguém se encarregue delas, as alimente, lhes dê calor e afecto. Esta função de cuidar está normalmente associada às



mulheres e ao instinto maternal, uma espécie de energia interior própria da natureza ou essência da mulher.

Todas estas questões foram largamente divulgadas nas obras sobre desenvolvimento infantil, pediatria e puericultura e foram internalizadas pelas mulheres que se responsabilizaram pelos filhos e pelo seu desenvolvimento harmonioso. Esta responsabilização teve como consequência o assumir a maior parte do trabalho parental e doméstico por parte da mulher a favor da saúde mental e física das crianças.

Podemos considerar que a teoria de Parsons surge na senda dos trabalhos desenvolvidos por Durkheim uma vez que partilha com ele a ideia da existência de funções distintas entre homens e mulheres. Para Durkheim (1967), as diferenças entre os sexos e a divisão sexual do trabalho resultam de certa forma da inferioridade intelectual da mulher que advém dum menor volume cerebral e que tem como implicação um desenvolvimento das funções afectivas, ficando destinado o homem, mercê dum maior volume cerebral, às funções intelectuais.

Na teoria de Parsons (1955) a família é encarada como uma unidade vital da sociedade perspectivada em dois planos: macrosociológico e microsociológico. Enquanto Parsons considera que existiu uma contracção no primeiro ficando este resumido à função de procriação e identificação social para as crianças, no segundo a família continua a exercer duas funções importantes: a socialização primária da criança e a estabilização da personalidade dos adultos. Pensamos que tanto a socialização primária da criança como a estabilização da personalidade no adulto têm subjacentes a concepção dos papéis familiares proposta por Parsons, uma vez que estes suportam as duas funções e contribui para a manutenção da família.

A concepção de papéis parsoniana assenta na especialização e diferenciação dos papéis femininos e masculinos e decorre da aplicação à família dos conceitos de líder expressivo e líder instrumental que Robert Bales identificou quando estudou a interacção em pequenos grupos. Nesta analogia feita por Parsons, à figura paterna, ao

homem, compete o papel instrumental - conseguido através do exercício de uma profissão que permite prover a família de bens materiais e que lhe confere um estatuto social. À mulher fica reservado o papel expressivo cuja grande responsabilidade consiste em manter o bem estar e equilíbrio afectivo da família. Esta diferenciação tem como consequência um afastamento do homem das tarefas domésticas e uma responsabilização cada vez maior da mulher por estas tarefas e sobretudo pelos filhos. Assim a posição da mulher fica definida sobretudo pelas suas funções familiares de esposa e mãe enquanto o homem se define através da sua actividade profissional e ligação com o exterior. A socialização feita com base nestes modelos de referência vai necessariamente condicionar a sua reprodução (Bourdieu & Passeron, s.d.).

Enquanto a teoria de Parsons constitui de certo modo um apelo cognitivo ao nível da aceitação da desigualdade entre homens e mulheres no seio da família, a influência de Freud faz-se sentir, na nossa opinião, ao nível dos afectos e da responsabilização pelo outro (*to care*).

Pensamos que as reflexões apresentadas sobre a credibilização duma prática desigual podem ser resumidas através do que Betty Friedan (in Mesquitela, 1982) designou como «mística feminina» na qual a maternidade e a vida doméstica são as ocupações compensadoras para a mulher. A «mística feminina», ao assentar na convicção de que a mulher nada mais faz do que desempenhar o seu papel e responder ao seu instinto maternal está sem dúvida associada aos trabalhos de Freud e Parsons. Esta «mística» (conveniente, aliás) pode permitir ajudar a resolver alguns resquícios de possíveis dissonâncias cognitivas que possam existir nos homens perante a desigualdade e pode também contribuir para a existência de um "sexismo" aceitável porque concebido em prole do bem estar familiar. Por outro lado condiciona a mulher a desempenhar o papel associado a essa mesma «mística».

#### 1.4 - Movimento Feminista

Reflexões de carácter pontual e nominal foram surgindo ao longo da História (Mesquitela, 1982; Spender, 1983; Rabaut, 1978) e chamaram a atenção para a situação da mulher, no sentido de uma valorização do seu papel.

Não é nosso propósito fazer uma resenha de todas as manifestações feministas, interessa-nos o feminismo enquanto movimento, ou seja como um conjunto mais ou menos organizado (sobretudo) de mulheres, cujo propósito é eliminar a subalternização da mulher e instaurar a igualdade de direitos e deveres entre homens e mulheres. Movimento esse que se mantém actualmente e cujas porta-vozes, na opinião de Teresa Mesquitela "...visam um objectivo principal: consciencializar a mulher comum da sua condição de inferioridade numa sociedade predominantemente machista e preconceituosa e – o que é mais importante – levá-la a assumir o seu lugar em pé de igualdade com o homem na política, no trabalho e na liberdade sexual." (Mesquitela, 1982: 46).

Contrariamente ao que comumente é aceite e veiculado por alguns autores (Jackson & Jones, 1998) o movimento feminista não teve início em 1960, mas mais de cem anos antes (The National Women's History Project, 1998).

Após uma discussão sobre o problema da mulher, alicerçada de certa forma nos ideais da Revolução Francesa, as questões feministas ressurgem na década de 1840 um pouco por todo o mundo: França, Alemanha, Inglaterra, América, etc.

Em plena Revolução Francesa Olympe de Gouges, em 1790, redige a "Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã" onde defendeu que "que se a mulher tem direito a subir ao cadafalso, deve ter igualmente o direito de subir à tribuna". Morreu na guilhotina em 1793 (in Mesquitela, 1982: 46).

A partir de 1840 em França surgem os primeiros clubes feministas que criam em 1848 o jornal "A Voz Feminina" (Mesquitela, 1982). Flora Tristan, a quem se atribui a célebre frase "Até o mais oprimido dos homens pode oprimir outro ser: a mulher", é considerada líder das feministas francesas e associa o problema feminino à luta de classes (in Mesquitela, 1982: 49).

O início do século XX em França foi caracterizado pelo activismo feminino exigindo sobretudo o direito de voto, internacionalmente conhecido como as «*suffragettes*». Em 1909 funda-se a *Union Française pour le Suffrage des Femmes*, que considerava o voto um meio para acabar com a exploração do trabalho das mulheres. Outras associações como o *Groupe des Femmes Socialistes* e o *Conseil National des Femmes Françaises* (que desde a sua fundação em 1901, atingiu 28 000 membros) também eram apoiantes da reivindicação pelo direito de voto das mulheres.

Neste contexto onde as mulheres não eram nem eleitoras nem elegíveis, em 4 de Junho de 1936, foram nomeadas pela primeira vez na história da França (Cova, 1998) três mulheres para subsecretárias de Estado: (1) Cécile Brunschvicg (60 anos directora do jornal *La Française*), Subsecretária de Estado da Educação; (2) Suzanne Lacore (60 anos professora primária na província da Dordogne), Subsecretária de Estado da Protecção à Infância e (3) Irène Joliot-Curie (prémio Nobel da Química), Subsecretária de Estado da Investigação Científica, cargo que abandona passado quatro meses pela cátedra de Radioactividade na Sorbone. As duas primeiras mulheres ficam no poder cerca de um ano, tempo de duração do governo e apenas a imprensa feminista deu atenção ao seu desaparecimento. Estas nomeações fazem surgir um entusiasmo nos meios feministas que rapidamente degenera em impaciência, uma vez que a situação da mulher não se altera. As francesas vão ter de esperar até 1944 para obterem o direito de voto.

A década de 1950 é profundamente marcada por Simone de Beauvoir e pelo seu livro "*O Segundo Sexo*", onde faz uma análise profunda e apaixonada da mulher em diversos

planos e separa o feminismo da luta de classes. Faz esta separação porque considera as relações mulher/homem diferentes das relações operário/patrão quanto à sua natureza e tipo (Mesquitela, 1982). Este livro influenciou muitas feministas nos anos 60 e na actualidade continua a ser uma obra de referência, entre outros aspectos, pela ideia de construção da identidade sexual que veicula. Em 1968 organiza-se o *Mouvement de Liberation des Femmes*, no qual sobressaem entre outras, as Vermelhas Radicais, defensoras da guerra entre os sexos e a Liga dos Direitos da Mulher, presidida por Simone de Beauvoir, que tendo uma postura mais conciliadora não deixa de denunciar as «injúrias sexuais» para as quais exigem penalização legal.

O movimento feminista norte-americano, considerado um dos mais fortes do mundo (Mesquitela, 1982) parece ter sido desencadeado a partir de um incidente ocorrido em Inglaterra em 1840. Um grupo de mulheres norte-americanas abolicionistas, entre as quais se encontravam Lucrécia Mott, Elisabeth Cady Staton e Susan B. Anthony, vai a Londres com o propósito de participar numa convenção a favor da libertação dos escravos e é-lhes negada a entrada pelo facto de serem mulheres. Tomando consciência da discriminação de que foram alvo, de regresso a casa decidem lutar também pela causa da mulher (Mesquitela, 1982; Carden, 1984).

Em Março de 1848, em Seneca Falls - Nova Iorque, um grupo de donas de casa e mães lideradas por Elizabeth Cady Staton, começa a reflectir sobre as limitações da situação da mulher e no dias 19 e 20 de Julho do mesmo ano organizam uma *convenção "A convention to discuss the social, civil, and religious condition and rights of woman"* (The National Women's History Project, 1998) que viria a estar na origem dos movimentos feministas.

Elizabeth Staton numa forma muito inteligente fez a ligação da campanha para os direitos das mulheres ao poderoso símbolo da América – a liberdade – e apresentou na convenção uma Declaração de Sentimentos, redigida segundo o modelo da declaração de Independência dos Estados Unidos, onde enumerou áreas da vida quotidiana onde as mulheres eram tratadas injustamente. A Declaração de Sentimentos que apresentou na

Convenção foi discutida, aprovada assinada pelos congressistas – 68 mulheres e 38 homens. A igualdade pedida, nomeadamente o direito ao voto, era de tal forma inusitada para a época que alguns jornais se escandalizaram com a audácia da Declaração de Sentimentos e procuraram ridicularizar não só a Declaração mas também os que a assinaram. Esta reacção era de certo modo esperada como podemos verificar através de um excerto do texto da Convenção:

*In entering upon the great work before us, we anticipate no small amount of misconception, misrepresentation, and ridicule; but we shall use every instrumentality within our power to effect our object. We shall employ agents, circulate tracts, petition the State and the National Legislatures, and endeavor to enlist the pulpit and the press in our behalf. We hope this Convention will be followed by series of Conventions, embracing every part of the country* (The National Women's History Project, 1998).

Tal como desejavam as mulheres de Seneca Falls - Nova Iorque, a Convenção para os Direitos das Mulheres realizou-se regularmente até ao início da Guerra Civil Americana (1861-1865).

Durante o século dezanove e princípios do século vinte o Movimento para os Direitos das Mulheres desenvolveu-se tentando fazer aprovar as petições formuladas em 1848. Recordemos que o direito de voto é reconhecido às mulheres sucessivamente: na Noruega (1913), Islândia (1914), Dinamarca (1915), URSS e Finlândia (1917), Áustria, Checoslováquia, Polónia, Hungria e Suécia (1918), Alemanha, Luxemburgo, Jamaica e Nova Zelândia (1919), Bélgica e Estados Unidos (1920), Holanda e Cuba (1922), Inglaterra (1928), Espanha (1931), Brasil e Tailândia (1932), Ceilão, Turquia e Uruguai (1934), Burma e Roménia (1935), Filipinas (1937), França (1944) e Suíça (1971).

Em Portugal a conquista do direito de voto das mulheres passa por várias vicissitudes, onde destacamos quatro fases distintas. Na primeira fase, o direito de voto das mulheres não era negado explicitamente, uma vez que a lei referia que apenas podiam votar os chefes de família. Em 28 de Maio de 1911, Carolina Beatriz Ângelo (primeira cirurgiã

portuguesa, 1877-1911) vota para a primeira Assembleia Constituinte. Isto sucede porque Carolina Beatriz Ângelo é viúva e invocando a sua qualidade de chefe de família, pede ao tribunal autorização para votar. Só o seu terceiro pedido mereceu parecer favorável do Juiz Dr. João Baptista de Castro, pai da também feminista Ana de Castro Osório. Após este episódio a Lei n.º 3 de Julho de 1913, passou a proibir explicitamente as mulheres de votar, o que corresponde ao que designamos segunda fase da conquista do direito de voto das mulheres portuguesas. Numa terceira fase, foi reconhecido o direito de voto às mulheres com cursos superiores ou secundários - Lei 19 694 de 5 de Maio de 1931 (aos homens bastava saber ler e escrever). A última fase corresponde à abolição das restrições relativas à capacidade eleitoral das mulheres, surge após a Revolução de Abril de 1974 (Dec-Lei 621 – A/74 de 15 de Novembro) posteriormente confirmada na Constituição de 1976.

Se o movimento feminista do início de século se centrava sobretudo no direito ao voto, a partir dos anos sessenta assistimos há um claro alargamento do âmbito das suas reivindicações.

Nos anos sessenta ocorre nova vaga de activismo feminista na América, de certa forma alimentada por vários acontecimentos dessa época *turbulenta* "*It was a period of incredible energy and excitement generated by an optimistic belief in the possibility of radical social changes*" (Jackson & Jones, 1998: 3). Esta (re)tomada de consciência para a problemática das mulheres é favorecida pela ideologia de democracia vigente e torna mais fácil "*...to extend the notion of equality for all people to womam in particular.*" (Nielsen, 1990:245).

Em 1963 Betty Friedan, uma das mais activas líderes do feminismo internacional, escreveu o livro "A Mística Feminina". Neste livro descreve a situação de «escrava» da mulher norte-americana e o descontentamento de milhares de mulheres cultas impedidas de participar na vida activa devido a uma construção masculina - a mística feminina - que apenas favorece os homens, na qual a maternidade e a vida doméstica são as ocupações mais compensadoras para a mulher. Betty Friedan lutou

veementemente contra este conceito e defendeu que "A única maneira de uma mulher, ou de um homem, se encontrar, se descobrir como ser humano, é o trabalho criador." (in Mesquitela, 1982: 52). Paralelamente, consegue a aprovação pelo Congresso dos Estados Unidos da Emenda sobre a Igualdade de Direitos e a supressão das referências sobre o sexo nos anúncios de emprego publicados na imprensa.

A independência económica da mulher, relativamente ao homem, que adveio da industrialização associada à depressão pós Segunda Guerra, que permitiu a sua entrada massiva e permanência no mundo do trabalho,<sup>6</sup> veio dar mais força ao movimento das mulheres e à sua luta pela igualdade de direitos.

O movimento feminista surge a partir da insatisfação da mulher por constatação das desigualdades existente entre elas, os seus maridos e os outros homens em geral "*...was premised on the need to understand the causes of women's oppression in order to overturn the male dominated social order.*" (Jackson & Jones, 1998: 3). O movimento feminista não é homogéneo porque as mulheres também não são um grupo homogéneo. Esta diversidade deu origem ao aparecimento de várias teorias feministas, tanto para explicar as diferenças (ou melhor, as não diferenças) (Nielson, 1990) como para salientar diferentes pontos de vistas das mulheres sobre as mulheres (Jackson & Jones, 1998). O que nos parece mais importante deste desenvolvimento é a capacidade que as mulheres foram adquirindo para analisarem as suas condições de vida, explorarem o significado de ser mulher e ao mesmo tempo fazerem uma rotura com teorizações centradas nos interesses masculinos.

No que concerne às diferenças ideológicas entre as feministas dos anos sessenta podemos considerar que existem dois tipos de postura (Nielsen, 1990). Uma mais conciliadora, *consistente "...with a reformist, rather than a revolutionary, approach to social change.*" (pág. 248) que pretende trabalhar com a estrutura política existente no sentido de garantir a implantação de políticas não sexistas. Outra mais radical que

---

<sup>6</sup> Roberts (1995) salienta este aspecto chamando a atenção para o facto de a mulher não ter apoio da política do governo e ao mesmo tempo ter uma remuneração inferior à do homem.



pretende "...a radical restructuring of the political system itself and resists working with it altogether." (pág. 249). Esta última, perfilha uma visão negativa do homem - opressor - está dividida em duas posições distintas: o Feminismo Socialista e o Feminismo Radical. O Feminismo Socialista resulta da aplicação do Marxismo à análise social em geral e à estratificação do género em particular. O Feminismo Radical salienta o diferente papel do homem e da mulher em termos reprodutivos como causa de estratificação, estando mais interessado no regime patriarcal e na responsabilização do homem pela opressão da mulher (Nielsen, 1990).

As duas posturas, a conciliadora e a mais radical, diferem sobretudo na concepção do homem. Para a perspectiva radical, como já referimos, o homem é encarado numa forma negativa ao passo que para a primeira existe uma atitude positiva e/ou de aceitação para com o homem *"Men are not perceived as the originators and perpetrators of the sexism. Rather, sexism is structurally caused, and most men will welcome and benefit from a nonsexist society"* (Deckard, 1975 in Nielson, 1990: 248). A ideologia feminista que ambas perfilham pode ser caracterizada em termos globais como o desejo de igualdade em todas as esferas da vida. Em termos mais específicos pretendem instituições de apoio para as crianças, igualdade de oportunidade na educação e emprego para mulheres e homens, planeamento familiar, abolição de publicidade sexista, entre outros.

Nos anos oitenta assistiu-se a um aumento do número de perspectivas na teoria feminista tendo em comum as seguintes bases: (1) crença de que a mulher é um grupo socialmente desfavorecido ou discriminado; (2) reconhecimento da estratificação sexual e (3) comprometimento no sentido de alterar a situação. Este crescimento continua a orientar-se segundo as posturas definidas nos anos sessenta (Nielson, 1990). Temos então o Feminismo Liberal que surge na continuidade da postura conciliadora; o Feminismo Marxista que, na senda do Feminismo Socialista dos anos sessenta, valoriza a distribuição dos recursos e se preocupa com a produção e reprodução e se subdivide em várias teorias; o Feminismo Radical mantém a linha delineada na sua origem e o Feminismo Socialista que tenta integrar as anteriores teorias.

Partindo do livro *Contemporary Feminist Theories* editado por Stevi Jackson e Jackie Jones (1998) podemos verificar que nos anos noventa continuamos a assistir a um acréscimo do número de Teorias Feministas. Este acréscimo é de certa forma compatível com a necessidade de não cometer o mesmo erro que as feministas criticaram nos pensadores masculinos *"...much of what has passed as objective knowledge of the world has been produced by men – and usually white, middle-class and heterosexual men."* (Jackson & Jones, 1998:1).

O importante é então possuir um entendimento do que é ser mulher, reflectir sobre o esse papel na sociedade, ser interventiva e recusar-se a aceitar que as desigualdades entre homens e mulheres são naturais e inevitáveis e insistir que isso deva ser questionado. Ao mesmo tempo, o pensamento das mulheres sobre as mulheres deve ser desenvolvido em diversas áreas e contextos de vida (social, política, linguística, economia, jurisprudência, etc.) acompanhando um mundo em constante mudança e com diferentes solicitações. Este era já o pensamento de Alice Paul (1923 in The National Women's History Project, 1998) quando se referia ao Movimento Feminista "I always feel the movement is sort of a mosaic. Each of us puts in one little stone, and then you get a great mosaic at the end."

## Capítulo II – A situação da mulher em Portugal

### 2.1 –Revolução Industrial: particularidades da situação das mulheres portuguesas

Em Portugal a Revolução Industrial, à imagem do que aconteceu por todo o mundo, também se fez sentir, mas mais tardiamente:

A forma como a industrialização afectou a população trabalhadora foi, grosso modo, semelhante ao que sabemos ter acontecido no resto da Europa. Há no entanto, nuances nacionais: a estas procurarei estar atenta. Em Portugal, tudo se passou com mais lentidão e menos autonomia. (...). A economia portuguesa não assegurava sequer emprego à mão de obra qualificada. Isolados, analfabetos e miseráveis, os operários fabris não conseguiam melhorar a sua triste vida (Mónica, 1986: 207).

Partilhando o ponto de vista expresso por Mónica (1986) tentaremos referir algumas particularidades da situação vivida (sobretudo pelas mulheres) em Portugal.

A imprensa operária e sindicalista oferece-nos, para o período antes e pós instauração da República, relatos reveladores da prática de discriminação do trabalho feminino nas indústrias, tanto por parte dos empregadores como dos operários homens. Discriminações ilustradas no lamento de um corticeiro "Devíamos trabalhar para que o trabalho feito pela mulher fosse igualmente remunerado ao do homem e assim se evitaria a concorrência de tanta infeliz mulher nas fábricas em desgraça concorrência ao trabalho do homem." (*O Corticeiro*, Lisboa, 14.12.1912, in Mónica & Matos, 1981) e na forma como em *O Operário do Mobiliário*, de 15.1 24 se descrevia a forma dupla como os patrões olham as operárias "...além de máquinas humanas, carne de prazer, assim os patrões revezam amiudadamente o pessoal feminino, umas vezes porque já conseguiram os seus intentos de bestas feras, outras porque elas dignamente recusaram as suas infames propostas" (in Mónica & Matos, 1981).

É a má situação económica da sociedade que leva a mulher da classe operária a procurar emprego na indústria. Mas a entrada das mulheres no mercado de trabalho é mal vista pelo homem que as responsabilizam, em conjunto com a máquina, pela crise laboral:

Duas iniciais de duas palavras que mais directamente contribuem para a crise de trabalho que a classe corticeira vem atravessando, M e M, quer dizer: Máquinas e Mulheres. (...) Que devemos então fazer? Evitar a entrada das mulheres nas fábricas. (...) Acabemos, pois!... Mulher consciente: abandona a oficina e terás contribuído para o teu próprio bem estar. (Rozendo José Viana, *Labor Proletário*, Lisboa, Setembro de 1923 in Mónica & Matos, 1981).

A crise no mercado de trabalho ajuda a fomentar o antifeminismo operário, ainda mais porque a mulher é uma mão de obra concorrencial uma vez que o seu ordenado é inferior, muitas vezes apenas metade do homem: "Em muitos casos se tem dado de ficarem em casa os homens por falta de trabalho e a mulher ir trabalhar, porque o burguês deseja é a mão-de-obra mais barata" (José Luís Simões, *O Eco Metalúrgico*, Lisboa, 4.7.1897 in Mónica & Matos, 1981).

As más condições de trabalho existentes nas fábricas e o acumular das tarefas domésticas torna muito penosa a vida da mulher no início do século e vem reforçar o antifeminismo:

Economicamente também é um desastre, a mulher que vai para a fábrica não tem tempo para os arranjos domésticos, ou se esfalga – como infelizmente acontece a muitas – e arranja uma tuberculose ou então tem de pagar tudo o que não pode fazer (...) Compare-se agora a harmonia existente entre um casal que tem de ir para a fábrica e outro em que a mulher fica em casa cuidando do seu arranjo doméstico... O casal que vai para a fábrica depois de um dia de trabalho inteiro, quando chega a casa é que pode tratar da ceia e depois cuidar do jantar para o outro dia, o homem, geralmente, foge a este trabalho, indo para a taberna enquanto a mulher faz a refeição, beber ou jogar e depois, se quando chega a casa, a refeição ainda não está pronta, logo há uma disputa que os indispõe, nestas condições a vida doméstica é um fardo terrível para ambos,

não há carinho, não há amor! E se há filhos? Então a situação é mais terrível!...  
(Rozendo José Viana, opus cit.).

A ideologia do Estado Novo corresponde ao reafirmar da estabilidade de papéis e de funções tradicionais no interior da família: à mulher a casa e ao homem a rua, o homem é reinvestido da qualidade de chefe de família, mais, se a mulher exercer essas funções são-lhe retirados por lei alguns direitos.

O aparelho ideológico do Estado veicula modelos de homens fortes e trabalhadores e de mulheres sensíveis e contemplativas, uns e outros envolvidos em tarefas "próprias" – o trabalho duro e produtivo para ele, as actividades domésticas e a caridade para ela.

As mulheres portuguesas habituadas "... a séculos de silêncio, obediência e reclusão no ambiente familiar ou no claustro" nas palavras de Maria Ivone Leal (1992: 91) aceitaram ordeiramente o ideal de mulher que o Estado lhe determinara e que está magnificamente descrito na transcrição que a autora faz de uma revista feminina «A política supõe a existência de ódios que não têm guarida no coração da mulher portuguesa, cujo ideal consiste em ser boa filha, boa esposa, mãe exemplar.»

## **2.2 - Movimento Feminista Português**

À imagem do que aconteceu nos outros países, Portugal não ficou alheio ao interesse pela situação da mulher embora esse interesse se manifestasse esporadicamente em diversas épocas (Silva, 1992:10). Como exemplo podemos referir o livro *Privilégios e Prerrogativas do Sexo Feminino* que o Dr. Ruy Gonçalves publicou em 1557 e onde se podia ler "...as mulheres têm tão perfeito engenho, tanta suficiência e habilidade para as letras e ciências como os homens." (in Guimarães, 1989: 9).

Durante o século XIX em Portugal, o questionar dos papéis tradicionais atribuídos à mulher esteve limitado aos círculos ilustrados da sociedade. Na primeira metade do século a defesa da mulher faz-se principalmente através de algumas vozes masculinas (Couto-Potache, 1982).

A partir de meados de oitocentos surgem as primeiras vozes de mulheres assumidamente e mesmo radicalmente feministas que ecoam no jornal *A Voz Feminina* (Silva, 1992: 11). Este jornal inicia a sua publicação em 1866, com cadência semanal, tendo como redactora principal Francisca d'Assis Martins Wood e contando com a rubrica "A mulher livre ao lado do homem livre". Posteriormente muda o título para *O Progresso*, passando a ser seu redactor principal Guilherme Wood e a contar com a rubrica "Que la justice soit fait, coute qui coute." Curiosamente Maria Amália Vaz de Carvalho recusa colaborar neste jornal com o seguinte argumento de carga machista, publicado no seu n.º 25, ano 1, 1868 "...as folhas diárias, as publicações efémeras, o jornal enfim, deve ser masculino porque só os homens têm o espírito positivo que este género demanda."

Com o aproximar do final do século aumenta o número de mulheres dispostas a intervir activamente na discussão e na denúncia da situação de subalternidade feminina (Silva, 1992; Barreira, 1994). Contudo, as poucas mulheres que ousaram trazer o problema a público foram "objecto de zombaria quando não alvo de autênticas grosserias masculinas, e da condenação ou distanciamento por parte de muitas das suas iguais." (Leal, 1992: 87). É sintomático da disposição da generalidade do povo português quanto à questão dos direitos das mulheres, a explicação dada na última edição do jornal *O Progresso* pela sua redactora Francisca d'Assis Martins Wood "Um antagonismo cruel e quase incrível, mas à surdina da parte das senhoras, um silêncio hostil da parte dos literatos; uma oposição acérrima da parte das cabeças tonsuradas, são os elementos gélidos e desalentadores que me fazem recuar." (in Leal, 1992: 86).

Já no século XX, o movimento feminista ou da emancipação da mulher "...entendido exactamente como tomada de consciência do valor da pessoa, como definição do seu papel na sociedade, e como contestação e revisão de preconceitos e limitações até aí impostos à mulher..." (Silva, 1992: 11) inicia-se em Portugal através da acção de algumas mulheres notáveis<sup>7</sup>. Salientamos Ana de Castro Osório (1872-1935) pelo seu empenho e activismo na causa feminista, nomeadamente: (1) pela publicação em 1905 do livro *As Mulheres Portuguesas*; (2) por ter liderado o primeiro e "...efémero Grupo Português de Estudos Feministas ... que se propunha essencialmente divulgar os ideais feministas e explicar o seu significado..." (Silva, 1992: 11); (3) por ser fundadora e dinamizadora de Liga Republicana das Mulheres Portuguesas e da Associação de Propaganda Feminista. De referir que ainda hoje, o seu livro é considerado pela Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres (1998) um manifesto feminista.

São as mulheres escritoras e jornalistas que chamam a atenção para a situação de inferioridade da mulher a vários níveis e para a necessidade de a alterar sobretudo através de educação, daí que como afirma Maria Regina Tavares da Silva (1992) a educação das mulheres, para além da sua independência económica, seja um elemento fundamental do feminismo português<sup>8</sup>.

No estertor da monarquia portuguesa intensificou-se a propaganda republicana que favoreceu o envolvimento das mulheres e tornou o país permeável a algumas notícias do estrangeiro. A *Ilustração Popular*, "Revista moderna, ilustrada para satisfazer o público já dotado de uma certa cultura e gosto artístico..." (*Ilustração Popular*, Novembro 1908:2) já refere a realização do «Congresso Internacional das Mulheres» (idem, Natal de 1908:16) não tecendo, no entanto, qualquer comentário sobre o congresso, nem sobre qualquer participação portuguesa. A mesma revista em Janeiro do ano seguinte (1909:

---

<sup>7</sup> Para uma informação mais detalhada consultar por exemplo Guimarães (1989, 1991); Silva (1992) e Barreira (1994) onde estão referidas algumas mulheres portuguesas com papel activo neste domínio.

<sup>8</sup> Excepção feita para Maria Amália Vaz de Carvalho que sendo defensora da educação tinha uma posição muito conservadora "...exigia uma preparação intelectual da parte da mulher a fim de se encontrar mais próxima do cônjuge." (Barreira, 1994:159).

10) apresenta a notícia da radicalização do movimento a favor do voto das mulheres em Inglaterra, não fazendo qualquer comentário sobre a situação em Portugal.

O discurso sobre os direitos das mulheres ganha expressividade a partir sobretudo dos movimentos de combate à monarquia e de certa forma surge associado aos movimentos sindicais (Mónica & Matos, 1981). Sem dúvida que o movimento feminista português está vinculado às reivindicações do republicanismo e à acção da Liga Republicana das Mulheres Portuguesa (Vaquinhas, 1993; Silva, 1992; Esteves, 1991; Guimarães, 1989).

Em Agosto de 1908 iniciam-se os preparativos para a constituição da Liga Republicana de Mulheres Portuguesas que vem a ser fundada em 1909, pela organização feminina do partido Republicano, devido à militância de feministas empenhadas como Adelaide Cabete, Ana de Castro Osório e Carolina Beatriz Ângelo, entre outras. Por desentendimentos internos a Liga acaba por ser extinta em 1918.

A Liga, para além de defender o ideal republicano, (art. 1 dos primeiros estatutos - 1909 e dos segundos - 1910) explicita a sua intenção de orientar, educar e instruir a mulher; de promover a revisão das leis no respeitante à mulher e ao mesmo tempo promover a independência económica da mulher casada e a igualdade de direitos (Esteves, 1991: 177-179). Funda o jornal *Madrugada* que assume o feminismo como uma componente do republicanismo e que se propõe lutar ao lado dos oprimidos especialmente mulheres e crianças. Este jornal, onde se vislumbra a componente anticlerical do republicanismo português, reivindica direitos civis e políticos ainda negados às mulheres como a educação e o direito de voto (Leal, 1992: 89). Para além da acção a nível nacional *A Madrugada* tornou-se "um dos mais valiosos agentes da propaganda feminista internacional em Portugal, e que tem levado o nome da Liga ao estrangeiro, onde graças a ele estamos muito conhecidas, do que temos recebido evidentes provas, pelas diferentes comunicações que nos têm sido feitas, e envio de jornais de diferentes países" (*A Madrugada*, 31/1/1914 in Esteves, 1991: 167).



Após ter visto satisfeitas algumas das suas reivindicações, materializadas nas Leis da Família, a Liga vai empenhar-se sobretudo: (1) na obtenção de direitos políticos para as mulheres, (2) na promoção da independência económica e educacional da mulher.

A luta pelo direito ao voto das mulheres, apesar de não colher a unanimidade dentro da própria Liga, foi travada (Esteves, 1991). Foram efectuadas várias conferências e foi apresentada, em 1911, a Teófilo Braga, então presidente do Governo Provisório, uma petição pelo direito de voto das mulheres. Esta pretensão, que deixou de contar com o apoio masculino, acabaria por ser negada. A atitude tomada foi justificada como uma medida de defesa da República, uma vez que se temia que o voto das mulheres favorecesse maioritariamente as facções conservadoras (Esteves, 1991).

A Liga actuou ao nível da educação e da criação de condições que permitissem a independência económica das mulheres. Nesse sentido nas suas publicações, onde eram divulgadas informações culturais e cuidados de saúde, denunciou o fraco envolvimento do governo na educação das mulheres. Prestou auxílio às estudantes mais pobres e tentou promover cursos de formação (Esteves: 1991). Nas iniciativas destinadas à melhoria das condições de vida da mulher, salientamos o Curso Elementar do Comércio, destinado às sócias da Liga, e a criação de uma escola denominada «Solidariedade Feminina» onde estavam previstas aulas diurnas e nocturnas para todas as mulheres interessadas. Estas iniciativas embora louváveis não foram frutuosas. No Curso Elementar do Comércio, das vinte alunas inscritas apenas oito o concluíram e a escola «Solidariedade Feminina» não chegou a abrir por falta de alunas. Esta dificuldade em levar avante estas ideias pode dever-se ao facto de, como refere João Esteves, a Liga ter actuado num plano demasiado teórico e intelectualizado longe do operariado feminino (Esteves, 1991).

Posteriormente à instauração da República começam a surgir algumas desilusões devido ao comportamento dos governantes. Ao mesmo tempo aumentavam as divergências no interior da Liga. Na origem destas divergências está sem dúvida o facto de a Liga não ser uma organização exclusivamente feminista e no seio das feministas serem

perfilhadas posições mais radicais ou mais conservadoras (Silva, 1992; Guimarães, 1989).

Neste contexto assiste-se a uma proliferação de associações feministas, a um aumento da actividade das mulheres, e a uma maior ligação de Portugal aos movimentos feministas estrangeiros.

Em 1911 é fundada a Associação de Propaganda Feminina, liderada por Ana de Castro Osório e que teve como presidente Carolina Beatriz Ângelo. Esta Associação que tinha como objectivo "elevar a mulher pela educação e pela instrução" (in Silva, 1992; 12), estabelece contactos com a *International Women Suffrage Alliance* e assume uma postura radical, mais condicente com os ideais da sua fundadora que é considerada por Maria Regina Tavares da Silva feminista radical e militante (Silva opus cit.).

Em 1914, Adelaide Cabete (1867-1935) fundou o Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas. O Conselho filiou-se no *International Council of Women* e posteriormente aceitou representar a Aliança Internacional para o Sufrágio Feminino em Portugal. Elina Guimarães considerou o Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas "a primeira associação de característica nitidamente feminista, que apesar de todas as contingências iria ter, durante as décadas seguintes, profunda influência sobre as mulheres portuguesas mais progressistas e pô-las em contacto com o mundo" (Guimarães, 1989: 19).

O Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas assume uma posição idealista defendendo valores como a verdade, a justiça, a luz, o progresso e a esperança. Valores estes que de certo modo caracterizam a sua fundadora, como podemos inferir das suas palavras:

"O feminismo é mais alguma coisa de grande e sublime, é a dignificação da mulher, é a consequência de uma evolução e por isso mesmo precisamos de vencer alguns prejuízos que entolham o nosso caminho. (...) Não se assustem, repito, porque nós caminhamos para a Justiça, a Verdade, para a luz, para o

Direito Humano" (Adelaide Cabete, Discurso de Abertura do I Congresso Feminista e de Educação, in Silva, 1992: 21).

O Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas viria a realizar em 1924 o I Congresso Feminista e de Educação e em 1928 o II Congresso Feminista. O II Congresso feminista realizado em Abril de 1928 constitui de alguma maneira a demonstração do fracasso da legislação republicana de defesa dos direitos da mulher, patente no reafirmar das reivindicações das mulheres e prefigura o longo silêncio que o regime fascista conseguirá impor à luta das mulheres (PCP, 1986). O Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas será extinto, pelo Estado Novo, de forma compulsiva em 1948 "...na sequência de uma grande exposição de livros escritos por mulheres, com colóquios e sessões de discussão" (CIDM, 1998). Esta extinção coincide com a publicação do livro de Maria Lamas *As mulheres do meu país*.

Podemos referir ainda a existência de outra associação de mulheres, resultante de divisões no seio da Liga Republicana das Mulheres Portuguesas, a Associação Feminina de Propaganda Democrática, mais efémera uma vez que se fundou em Janeiro de 1915 e se extinguiu em Julho de 1916 (Esteves, 1991: 54) e da qual desconhecemos a actividade.

A 1ª República chega ao seu termo sem que as mulheres vejam realizados os seus anseios de sempre: o voto, o direito ao trabalho e à independência económica e, acima de tudo, o direito à educação.

Tais anseios serão silenciado durante os 40 anos do Estado Novo que produziu uma ideologia conservadora e um discurso retrógrado sobre a mulher.

Como ilustração deste discurso retrógrado, é criada em 1936 pelo Ministro da Educação Carneiro Pacheco a Obra das Mães para a Educação Nacional. A acção desta Obra desenvolvia-se, segundo a então directora Condensa de Rilvas, "...no campo moral, pela

reeducação da mulher, fazendo-a regressar ao lar e ensinando-a a amar os seus filhos." (in Pimentel, 1996: 6).

Durante o Estado Novo as mulheres formam organizações próprias entre a ilegalidade e uma legalidade precária, de objecto e com cariz muito diverso: A Associação Feminina Portuguesa para a Paz, fundada em 1935 e encerrada pela PIDE em 1952; Núcleos Femininos do Movimento de Unidade Nacional Antifascista (1943-1949); o Movimento de Unidade Democrática (1945-1949); Núcleos Femininos do Movimento Nacional Democrático (1949-1950); reactivação do Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas, que viria a ser encerrado pela PIDE em 1948 e o Movimento Democrático das Mulheres (MDM).

O MDM, fundado em 1969 e que ainda se mantém em actividade, surge no decurso da agitação provocada pelas eleições legislativas "consentida" pelo «novo estilo de governação» prometido por Marcelo Caetano (Neves, s.d.). O Movimento Democrático das Mulheres ao mesmo tempo que se consolida a nível nacional, começa a ter prestígio significativo a nível internacional, dando conta da dureza das condições das mulheres no nosso país e fazendo chegar o eco da revolta à ONU (Neves, s.d.). Em 21 de Outubro de 1973 com a presença de 250 mulheres, promove, na Cova da Piedade, o 1º Encontro Nacional do MDM onde

"Abordam a dupla exploração da mulher no trabalho e fora dele. Analisa-se, concretamente, a situação das mulheres na agricultura, sector têxtil, das montadoras de material eléctrico, das telefonistas, das empregadas de instituições de crédito, das empregadas dos hospitais civis de Lisboa. Fala-se de discriminação salarial e das outras." (Neves, s.d.: 24)

Com a progressiva diminuição da capacidade do Estado Novo em impor a sua visão do mundo, assiste-se na parte final do regime a algumas manifestações que, sem alterarem a fisionomia altamente desigualitária da sociedade portuguesa, indiciam uma maior permeabilidade ao que se passa no resto da Europa.

Os anos que antecedem o 25 de Abril, marcados politicamente por um governo esgotado, a braços com a guerra ultramarina, possibilitam uma visibilidade pública das questões da mulher que não se via desde a 1ª República.

Em 1970, sob a presidência da Eng. Maria de Lurdes Pintassilgo cria-se o Grupo de Trabalho Para a Participação da Mulher na Vida Económica e Social, que efectuou o primeiro levantamento das discriminações no direito público e privado, propôs alterações ao direito da família e à legislação sobre o trabalho das mulheres. A este grupo sucedeu, em 1973, a Comissão para a Política Social Relativa à Mulher.

No plano da intervenção literária dá-se início a um novo tempo, mais afirmativo na identidade feminina, na recusa do papel tradicional da mulher e assumindo uma ruptura com a moral sexual, através da publicação de *Novas cartas Portuguesas* (1972) de Maria Velho da Costa, Maria Isabel Barreno e Maria Teresa Horta, as «Três Marias». Neste livro, denunciam a opressão contra as mulheres e combatem o que designam por «machismo lusitano». Nas palavras de Sónia Morais Santos "O livro das «Três Marias», como havia de ficar conhecido, é simultaneamente violento e sensual e erótico, irónico e analítico e triste. Mas é sobretudo um retrato feroz e corajoso de uma realidade que não cheguei a conhecer, talvez graças a atitudes de ruptura como esta, levado a cabo por três mulheres que decidiram dizer basta a uma sociedade que as cria caladas, passivas, de preferência ocupadas apenas com os seus bordados ou os temperos na cozinha". (*Diário de Notícias*, 7 de Nov. 1998, pág. 7).

Após a Revolução de Abril de 1974, por iniciativa da Eng. Maria de Lurdes Pintassilgo, entrou em fase de instalação a Comissão da Condição Feminina (CCF), tendo sido institucionalizada em 1997 pelo Decreto-Lei n.º 485 de 17 de Novembro, na dependência da Presidência do Conselho de Ministros (Vicente, 1997). A CCF a partir de 1991 passa a ser designada Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres (CIDM), nome que actualmente detém. Numa tentativa de sintetizar a sua acção e filosofia transcrevemos as palavras da então presidente Ana Vicente

A história da CIDM é toda ela uma história de acções positivas, no sentido em que a sua intervenção se traduz em actividades destinadas a transformar/corrigir/alterar/modificar determinadas situações. A avaliação de 20 anos de actividade permite assim afirmar que a CCF/CIDM tem realizado um trabalho notável tendo em vista a qualidade de vida das mulheres e dos homens deste país (Vicente, 1997: 28).

O 25 de Abril de 1974 iniciou uma nova era para os cidadãos, em especial para as mulheres, o que permitiu como refere Neves (s.d.) "Ousar a igualdade".

Constatamos progressos significativos em termos sociais e no sentido de uma cada vez maior igualdade principalmente a nível legislativo. Sabemos que as mulheres e os movimentos feministas tiveram um papel crucial neste desenvolvimento. Mudanças estratégicas surgiram na vida das mulheres no campo da família, no emprego, na educação, na vida política, etc, (Amâncio, 1994; Vicente, 1998). Constatamos que as mulheres têm vindo a afirmar a sua posição em domínios tradicionalmente masculinos (Baudelot & Establet, 1992).

Curiosamente, apesar destas mudanças e da mulher começar a ter um papel mais activo e consentâneo com as suas capacidades reais (ser mulher já não significa hoje em dia a exclusividade de um papel expressivo ou ser menos dotada) continua a existir, como refere Amâncio (1994) "um tecto de vidro" que se interpõe entre as mulheres e os cargos de maior prestígio e responsabilidade.

Por outro lado, ao nível da família não se estabeleceram muitas alterações no que diz respeito à organização e divisão do trabalho familiar (Poeschl & Serôdio, 1998; Comissão Para o Ano Internacional da Família, 1993). A mulher continua a ser a grande responsável pelas lidas familiares. A esta situação pensamos poder aplicar as mesmas causas que Carden (1984: 16) aponta para o facto de o movimento feminista não ter conseguido mudanças significativas nos padrões familiares:

*(1) the theoretically complex nature of the relationship between the family, social structure, and women's status; (2) the practical problems of establishing equalitarian relationships in the home, even if wives achieve equality in the world of work; (3) the high value placed on motherhood by society and, to greater extent, by individual women whether feminist or not.*

Neste contexto, fazem para nós muito sentido as palavras de Neves (s.d.: 39): "Mas demoram ainda os vestígios do passado, ensombram os possíveis, tornam mais longínqua a libertação, mais urgentes os gestos de novas revoltas e lutas. Sobram os «quase» e a liberdade é ainda um limiar para..."

### **2.3 - A Mulher face à legislação civil portuguesa**

Iniciamos esta referência legislativa a partir da primeira constituição portuguesa que data de 23 de Setembro de 1822 e que surge em consequência da difusão das ideias liberais francesas. A constituição de 1822, no seu articulado legal pode ser considerada progressista no que diz respeito às mulheres<sup>9</sup> uma vez que no seu texto não se encontra qualquer discriminação sexista explícita. Mas as coisas não se passavam efectivamente como o articulado legal parece demonstrar e isto pode ser perfeitamente compreendido "...na medida em que estava tão enraizado na estrutura mental do homem dessa época a natural subalternidade da mulher que nem lhes passava pela cabeça procederem à subsequente distinção formal." (Pires, 1997: 45).

A Constituição de 1838, não comporta nenhuma alteração neste domínio e continua a parecer consagrar uma plena igualdade entre homens e mulheres, uma vez que no seu art.º 10 declara a lei é igual para todos, mas "...todos os portugueses quer dizer normalmente metade da população." (Pires, 1997: 48), mantendo um não dito tácito e aceitável para a mentalidade da época.

---

<sup>9</sup> Veja-se por exemplo o seu art.º 1 (Todos os portugueses têm direito à liberdade, à segurança e à propriedade) e o art.º 21 (Todos os portugueses são cidadãos).

O Código Civil de 1867, embora no art.º 138 associe a mãe ao poder paternal e no art.º 7 diga que "A lei civil é igual para todos, e não faça distinção de pessoas, nem de sexo, salvo nos casos que forem especialmente declarados" infantiliza, discrimina e subalterniza, principalmente, a mulher casada<sup>10</sup>. Se não vejamos a título de exemplo: a mulher não pode contrair dívidas sem a autorização do marido (art.º 1116); o marido deve proteger a pessoa e os bens da mulher e a mulher deve obediência ao marido (art.º 1185); não pode publicar trabalhos sem a autorização do marido (art.º 1187); a administração de todos os bens do casal pertence ao marido, só podendo a mulher fazer a sua administração na falta ou impedimento do marido; etc. Neste contexto parece-nos fazer sentido dizer que o Código Civil de 1 de Julho de 1867 apenas formaliza e legitima a "inferioridade da mulher", enraizada na estrutura mental do homem da época<sup>11</sup>, ao afirmar a subalternidade jurídica da mulher.

A agitação social que precedeu a revolução de 5 de Outubro de 1910 e os seus ideais liberais envolveu as mulheres, dando alento ao seu desejo de conseguir direitos civis e políticos que ainda lhe eram negados. A 1ª República eivada do ideal republicano de «Igualdade, Liberdade e Fraternidade» "...fomenta o direito à educação, bem como os direitos da mulher e a protecção legal dos filhos." (Dias, Dias & Carmo, 1997: 35). Será contudo breve a esperança republicana, rapidamente transformada em desilusão com o jogo político (Leal, 1992: 91) e com a pouca eficácia real da legislação. No entanto, a instauração da República correspondeu a um período extremamente rico em mudanças legislativas :

- o divórcio é instituído pela primeira vez em Portugal, Decreto de 3 de Novembro de 1910 – Lei do Divórcio, concedendo à mulher e ao marido o mesmo tratamento no que diz respeito aos motivos de divórcio e direitos sobre os filhos;

---

<sup>10</sup> A este propósito ver Pires (1997) que apresenta um interessante comentário ao quadro geral do Código Civil de 1867 organizado em três áreas: Liberdades individuais, Relações familiares e Liberdade negocial.



- as Leis da Família, promulgadas em 25 de Dezembro de 1910, que no Decreto n.º 1 consideram o casamento um contrato civil e no Decreto n.º 2 especificam a protecção aos filhos. Apesar destas leis serem progressistas em muitos aspectos, baseiam o casamento na igualdade, a mulher deixa de dever obediência ao marido, continuam a perpetuar uma divisão de papeis tradicionais: " A sociedade conjugal baseia-se na liberdade e na igualdade, incumbindo ao marido, especialmente, a obrigação de defender a pessoa e os bens da mulher e dos filhos e à mulher, principalmente, o governo doméstico e uma assistência moral tendentes a fortalecer a unidade da família." (art.º 39 do Decreto n.º 1, de 25 de Dezembro de 1910).

A Constituição da Republica de 1911, preconiza a igualdade perante a lei, nada especificando sobre a situação da mulher.

A Lei n.º 3 de Julho de 1913 atribui o direito de voto apenas aos cidadãos do sexo masculino que saibam ler e escrever. Até então a lei atribuía o direito a voto aos chefes de família.

O Decreto-Lei n.º 3 997, de 30 de Março de 1918, clarifica que os eleitores são do sexo masculino (Art. 3º) assim como os elegíveis (Art. 6º). O Decreto n.º 19 694, de 5 de Maio de 1931, reconhece o direito de voto às mulheres mas apenas às diplomadas com curso superior ou secundário. Aos homens é apenas exigido saber ler e escrever. Assinalamos que as primeiras deputadas à Assembleia Nacional surgem em 1935 e foram Domitília de Carvalho, Maria Guardiola e Maria Cândida Parreira (Anais da Assembleia Nacional e da Câmara Corporativa, 1936).

Em 1933, no dia 11 de Abril, foi aprovada a nova Constituição da República que consagra claramente a família como uma corporação fundamental da sociedade, delimita o âmbito das suas atribuições e define rigorosamente a posição desigualitária

---

<sup>11</sup> Interrogamo-nos se esta "formalização da inferioridade da mulher" não pode, de certa forma, relacionar-se com o questionar da supremacia masculina. Recordemos que o Movimento Feminista inicia-se nos EUA em 1848.

dos cônjuges. Assim, no seu Art. 12º determina a igualdade de direitos e deveres dos dois cônjuges no respeitante ao sustento e educação dos filhos. Esta Constituição, no parágrafo único do Art. 5º, estabelece a igualdade dos cidadãos perante a lei "...salvas quanto à mulher, as diferenças resultantes da sua natureza e do bem da família...". Este aspecto é de certa forma corroborado pelo Art. 31º do Decreto-Lei n.º 23 048 de 23 de Setembro de 1933, designado Estatuto do Trabalho Nacional, no qual o trabalho das mulheres "...será regulamentado por disposições especiais conforme as exigências da moral, da defesa física, da maternidade, da vida doméstica, da educação e do bem social." Estes articulados legais prestam-se a uma legitimação de discriminação de cariz negativo que tem subjacente "...um chorrilho de preconceitos que bem espelham a limitada visão de um homem que vê na mulher a rainha da casa e a mãe-galinha dos filhos – imagem esta que seria abundantemente difundida em textos de doutrinação política e ...religiosa." (Pires, 1997: 82)

Durante o período de vigência do Estado Novo (1930-1974) em termos internacionais foram tomadas várias diligências respeitantes à protecção dos direitos dos homens e das mulheres que não foram transpostas para Portugal mesmo quando o Estado Português integrava a organização que as promulgava. É o caso por exemplo da Declaração Universal dos Direitos do Homem, cujos princípios de liberdade, igualdade e não discriminação entravam em contradição com o lei vigente e que, aprovada pela ONU em 10.12.48, foi publicada em Portugal somente no Diário da República de 09.03.78.

Dentre os vários exemplos destacamos alguns que foram aprovados pela ONU e que de certa forma nos parecem que exerceram alguma influência/pressão, em Portugal: 1945 – Carta das Nações Unidas; 1952 – Convenção sobre os Direitos Políticos das Mulheres; 1957 - Convenção sobre a Nacionalidade da Mulher Casada; 1967 – Declaração sobre a Eliminação da Discriminação contra as Mulheres; 1969 – Declaração sobre o Progresso e o Desenvolvimento no Domínio Social.

Como repercussões em Portugal podemos referir: - 1959 a mulher que casa com um estrangeiro poderá conservar a sua nacionalidade se o desejar (Lei n.º 2 098); - 1963

estabelecida a idade da reforma, 62 anos para as mulheres e 65 para os homens (Decreto-Lei n.º 45 266); - 1967 entrada em vigor do novo Código Civil; - 1968 igualdade de direitos políticos do homem e da mulher independentemente do seu estado civil (Lei n.º 2 137).

Concomitantemente às alterações referidas, a sociedade portuguesa da década de 60 sofre profundas alterações, resultantes das migrações (internas e para outros países) e da Guerra Colonial, levando a uma diminuição do número de homens activos e por consequência à entrada massiva de mulheres e crianças no mundo do trabalho. Prefigurado num novo contexto laboral onde a mulher tem um papel mais activo, surge o Código Civil de 1966. Este, estabelece igualdade de remunerações para trabalho igual<sup>12</sup> e dá à mulher o direito de receber os proventos do seu trabalho (art. 115.º); estabelece ainda a gestão comum do património (art. 1678.º e 1682.º); consagra à mulher o direito de exigir ao homem os rendimentos para a gestão doméstica a seu cargo (art. 1677.º) e consagra o dever da mulher contribuir para as despesas domésticas (art. 1673.º).

Estes progressos - a que (na nossa opinião) não é alheia a implantação da mulher no mercado de trabalho - tal como nos propõem Dias, Dias & Carmo (1997) devem ser olhados à luz de dois artigos que conferem ao homem clara preponderância, enquanto marido, dando-lhe o poder paternal (art. 1881.º), o poder marital e a qualidade de chefe da família (art. 1674.º), esvaziando na prática a autoridade da mulher e promovendo a sua subalternização ao marido. Opinião idêntica tem também Elina Guimarães que considera este Código Civil "...retrógrado na estrutura geral, substituindo a base do matrimónio, que era a igualdade, pelo poder marital e continuando a ignorar os direitos da mulher casada." (Guimarães, 1989: 27).

Com a Revolução de Abril de 1974 deu-se início a um processo de igualitarismo face à lei entre mulheres e homens no sentido de se criarem condições de igualdade nas

---

<sup>12</sup> Correspondendo a uma reivindicação antiga das mulheres, já em 1912 no Jornal «Madrugada» a Liga Portuguesa das Mulheres Republicanas dizia «a trabalho igual, igual paga» (in Esteves, 1991: 84).

diferentes dimensões da vida humana: familiar, social, política e profissional. No âmbito deste processo, não podemos deixar de referir que Maria de Lourdes Pintasilgo é a primeira mulher a ocupar o lugar de Ministra na pasta dos Assuntos Sociais (1974) e o lugar de Primeira Ministra (1979, último Governo Provisório).

A Constituição de 1976, que consagra a liberdade e a igualdade entre homens e mulheres em todos os domínios, no respeitante à família não sofreu alterações durante vinte anos. As sucessivas revisões (1982 – I Revisão Constitucional e 1987 - II Revisão Constitucional e 1992 - III Revisão Constitucional) não promoveram qualquer alteração no âmbito do espírito nem da letra da lei constitucional naquilo que se referia ao:

- Princípio da Universalidade (art. 12.º), 1. Todos os cidadãos gozam dos direitos e estão sujeitos aos deveres consignados na Constituição.
- Princípio da Igualdade (art. 13.º), 1. Todos os cidadãos têm a mesma dignidade social e são iguais perante a lei; 2. Ninguém pode ser privilegiado, beneficiado, prejudicado (...) em razão da ascendência, sexo, raça, língua, território de origem, religião, convicções políticas ou ideológicas, situação económica ou condição social.
- Família, Casamento e Filiação (art. 36.º): 1. Todos têm direito a constituir família e a contrair casamento em condições de plena igualdade. (...) 3. Os cônjuges têm iguais direitos e deveres quanto à capacidade civil e política e à manutenção e educação dos filhos; (art. 67.º): 1. A família, como elemento fundamental da sociedade, tem direito à protecção da sociedade e do estado e à efectivação de todas as condições que permitam a realização pessoal dos seus membros.
- Direito ao trabalho, (art. 47.º): 1. Todos têm o direito de escolher livremente a profissão ou o género de trabalho, salvas as restrições legais impostas pelo interesse colectivo ou inerentes à sua própria capacidade; (art. 58.º): 3. Incumbe ao Estado (...) garantir o direito ao trabalho, assegurando: (...) b) A igualdade de oportunidades

na escolha da profissão ou género de trabalho e condições para que não seja vedado ou limitado, em função do sexo, o acesso a quaisquer cargos, trabalho ou categorias profissionais; (art. 59.º): 1. Todos os trabalhadores, sem, restrição de idade, sexo, raça, cidadania, território de origem, religião, convicções políticas ou ideológicas, tem direito: a) À retribuição do trabalho, segundo a quantidade, natureza e qualidade, observando-se o princípio de que para trabalho igual salário igual, de forma a garantir uma existência condigna.

- Participação dos cidadãos (art. 48.º): 1. Todos os cidadãos têm o direito de tomar parte na vida política e na direcção dos assuntos públicos do País, directamente ou por intermédio de representantes livremente eleitos; (art. 49.º): 1. Têm direito de sufrágio todos os cidadãos maiores de dezoito anos, ressalvadas as incapacidade previstas na lei geral.
- Paternidade e Maternidade (art. 68.º): 1. Os pais e as mães têm direito à protecção da sociedade e do Estado na realização da sua insubstituível acção em relação aos filhos, nomeadamente quanto à sua educação, com garantia de realização profissional e de participação na vida cívica do País; 3. As mulheres trabalhadoras têm direito a especial protecção durante a gravidez e após o parto, incluindo a dispensa do trabalho por período adequado, sem perda da retribuição ou de quaisquer regalias.

Perante o espírito igualitarista da Constituição Portuguesa de 1976 impunha-se o ajustamento do Código Civil de 1966 (ainda em vigor) em matéria de direitos liberdades e garantias, de forma a que este código reflecta a equiparação jurídica entre homem e mulher. Para dar satisfação aos princípios constitucionais que impõem a plena igualdade de direitos e deveres, foi no domínio da Família que estes princípios impuseram alterações mais vastas e profundas. Grande parte do actual articulado legal do Livro IV - Direito da Família, resulta do Decreto-Lei n.º 496/77 de 25 de Novembro. Das alterações que o Decreto-Lei consagra referimos apenas as que nos parecem contribuir

mais para a alteração da situação da mulher casada e que retiraram a preponderância ao homem, enquanto marido. Assim:

1. é consagrada a igualdade de direitos e deveres entre os cônjuges e a direcção da família passa a pertencer a ambos (art. 1 671.º);
2. os cônjuges passam a estar reciprocamente vinculados pelos deveres de respeito, fidelidade, coabitação, cooperação e assistência (art. 1 672.º) e ambos podem requerer o divórcio (art. 1 779.º),
3. a residência deve ser escolhida de comum acordo (art. 1 873.º);
4. ambos devem contribuir para os encargos familiares (art. 1 676.º);
5. é instituída a liberdade para cada cônjuge exercer qualquer actividade profissional (art. 1 677.º);
6. cada um dos cônjuges tem a administração dos seus próprios bens, dos proventos do seu trabalho e dos seus direitos de autor (art. 1 678.º) e pode fazer depósitos bancários e movimentar livremente o dinheiro (art. 1 680.º)
7. e por último referimos que o exercício do poder paternal é também alterado passando a pertencer a ambos os pais (art. 1 901.º).

A Revisão Constitucional de 1997 ( IV revisão Constitucional) pretendeu-se mais abrangente do que as anteriores e promoveu algumas alterações no articulado constitucional favorecendo a igualdade entre os sexos.

No que respeita à promoção da igualdade entre homem e mulher a revisão constitucional introduziu uma nova alínea no art. 9.º (...) da Constituição, tornando tarefa fundamental do Estado a promoção da igualdade entre homens e mulheres (alínea h); acrescentou ao ponto 1 do art. 26.º (Outros direitos pessoais) a "protecção legal contra quaisquer formas de discriminação<sup>13</sup>"; acrescentou à alínea b) do ponto 1 do art. 59.º (Direitos dos trabalhadores) que a organização do trabalho deve "permitir a conciliação da actividade profissional com a vida familiar"; acrescentou ao art. 68.º (Paternidade e maternidade) o ponto 4 que regula "...a atribuição às mães e aos pais de

---

<sup>13</sup> A redacção deste ponto, bem como a do art. 109.º, poderá ser utilizada para fundamentar a inconstitucionalidade da chamada "lei da paridade".

direitos de dispensa de trabalho por período adequado, de acordo com os interesses da criança e as necessidades do agregado familiar."; por último, referimos a introdução do art. 109.º (Participação política dos cidadãos) no qual "A participação directa e activa de homens e mulheres na vida política constitui condição e instrumento fundamental de consolidação do sistema democrático, devendo a lei promover a igualdade no exercício dos direitos cívicos e políticos e a não discriminação em função do sexo no acesso a cargos políticos".

Especialmente esclarecedor sobre a dimensão das alterações que viriam a ser consagradas na Constituição em relação ao consenso político que parece existir sobre alguns dos assuntos são as actas das audições realizadas pela comissão eventual para a IV Revisão Constitucional. Do conjunto das audições realizadas sobre a família e a igualdade entre os sexos é visível um grande consenso partidário em sede de comissão eventual que fica aquém da repercussão da lei que seria aprovada. Além do estudo das alterações que a revisão de 1997 introduziu no texto Constitucional pensámos ser importante o confronto entre o que é pedido pelas mulheres (neste caso através da Associação Portuguesa de Mulheres Juristas) e o que realmente é cristalizado nas alterações constitucionais.

## Capítulo III – Papel de Género como Papel Social

### 3.1 - Definição de conceitos: Sexo, Género, Papel

Na literatura psicológica, os termos sexo e género são muitas vezes usados como sinónimos (Eagly, 1987; Nielsen, 1990), embora envolvam aspectos diferentes. Por isso podemos considera-los "... significantes que não se excluem nos seus significados mas que se distinguem" (Vicente, 1998:11).

Sexo feminino ou sexo masculino pode definir exclusivamente as características biológicas e, neste caso, está marcado geneticamente e o conceito de género pode ser aplicado para designar os componentes não fisiológicos do sexo que são percebidos em termos culturais como femininos ou masculinos. O género corresponde aos componentes não fisiológicos do sexo (Unger, 1979, in Costa & Santos, 1997) e resulta de uma construção social onde sobressaem as categorias: feminino ou masculino (Vicente, 1998).

Tal como Simone de Beauvoir refere no I Capítulo do seu livro o *Segundo Sexo*, a determinante biológica sexo, não determina a forma como a mulher " se torna mulher". Inicialmente raparigas e rapazes têm comportamentos muito semelhantes que se começam a diferenciar por mediação de outrem (Beauvoir, 1987)

Neste contexto, sexo surge como algo definido mais ou menos inalterável e género como uma construção, "... marcada pela cultura envolvente e pela circunstância familiar em que nascemos, com tudo o que isso implica de tradição, de normativo,..." (Vicente, 1998:11).

No entanto para alguns autores o termo sexo é empregue muitas vezes como "...a categorical label for all the psychological characteristics and behaviors that stereotypically distinguish males from females in a given society" (Spence, Deaux &



Helmreich, 1985:150), implicando nesta acepção a construção atrás referida para o género. E as diferenças sexuais são entendidas como diferenças de comportamentos entre homens e mulheres, não implicando isso que a fonte das diferenças seja biológica (Eagly, 1987: 5). No entanto alguns psicólogos sugerem que se utilize a expressão diferenças sexuais quando a causa dessas diferenças é biológica e se utilize a expressão diferenças de género quando é o ambiente a causa das diferenças (Macaulay, 1985; Sherman, 1978 in Eagly, 1987).

Parece-nos importante ressaltar estes aspectos porque ao longo do trabalho iremos utilizar indiscriminadamente sexo e género na mesma acepção e como produto de uma dada sociedade e construção.

Outro conceito muito utilizado associado a esta temática é o conceito de papel pelo que nos parece importante apresentá-lo ainda que numa forma resumida. Nesta apresentação utilizaremos como referência os trabalhos de Rocheblave-Spenlé (1969) que associa o estudo da noção de papel ao desenvolvimento da psicologia social.

Rocheblave-Spenlé (1969), após apresentar diferentes definições propostas por diversos autores, propõe uma definição geral e consensual na qual a noção de papel social se desenvolve como um modelo que se refere a comportamentos de indivíduos em interacção "*...comme un modèle organisé de conduites , relatif à une certaine position de l'individu dans un ensemble interactionnel*" (Rocheblave-Spenlé, 1969:172).

A definição apresentada desenvolve-se a partir das significações correntes de papel e de certa forma engloba todas essas significações. Assim papel pode ser entendido como:

1. personagem representado por um actor;
2. máscara, atitude, caracteriza um aspecto que não é autêntico sob o qual um indivíduo se apresenta;
3. função num todo, também no sentido interpessoal (no teatro um papel está ligado a outros papéis);
4. papel social, onde se valoriza um aspecto particular de um indivíduo.

Temos então que o papel social se define em relação a um grupo por consenso, exprime as suas normas e valores culturais e constitui um modelo de condutas prescrito para todas as pessoas que têm um mesmo *status* ou posição no grupo. Ao nível inter-subjectivo, e mantendo a linha de Rocheblave-Spenlé (opus cit.), o papel diz respeito às condutas recíprocas nos processos de interacção e responde às expectativas do outro em situações determinadas.

O papel pode ter um sentido estritamente sociológico ligado ao *status* e às normas sociais (*role-playing*) e outro psicológico representado pela tomada de consciência ou interiorização do papel (*role taking*) que se manifesta através das acções concretas das pessoas (Rocheblave-Spenlé, 1969). No âmbito do nosso trabalho o papel é entendido com as duas dimensões "como um *status* actualizado, como conduta própria de um indivíduo que ocupa uma certa posição no grupo..." (Rocheblave-Spenlé, 1969: 147) e como "uma interacção na qual a situação total e atitude do parceiro determina a conduta do sujeito" (Rocheblave-Spenlé, 1969: 148).

A noção de papel sexual é muitas vezes utilizada em psicologia como englobando expectativas diferentes no que diz respeito a actividades, comportamentos, características e competências femininas e masculinas "*Gender roles are defined as those shared expectations (about appropriate qualities and behaviors) that apply to individuals on the basis of their socially identified gender.*" (Eagly, 1987).

Parece-nos, neste momento, fazer sentido reflectir sobre três dos conceitos (díades) referidos por Rocheblave-Spenlé (1969) no seu trabalho sobre *La Notion De Rôle En Psychologie Sociale* pelo que nos parece ser uma pertinente ligação ao papel sexual.

A autora aponta uma diferença entre o papel prescrito e o papel real "*...la manière dont un individu se comporte réellement dans une situation donnée, ce qui diffère de la manière dont il est supposé se comporter*" (Davis, 1948 in Rocheblave-Spenlé, 1969). O papel prescrito corresponderá ao modelo de condutas de uma determinada sociedade

relativas a uma certa posição, por exemplo, masculina ou feminina e o papel real corresponderá à forma como um determinado homem ou mulher executa esse modelo.

A noção de papel pessoal e papel social vem de certa forma reforçar a ideia anterior uma vez que (1) o papel social aparece como um papel prescrito que se opõe ao desempenhado ou real e (2) o papel pessoal designa um modelo específico de interacção referente a um indivíduo que age numa determinada posição social e constitui de certa maneira a atitude específica de um indivíduo no exercício do seu papel particular. O papel pessoal pode constituir ainda um papel imaginário um "ideal de si" que a pessoa adopta como se fosse realmente o seu e pode substituir totalmente o modelo social ou seja o papel que a sociedade lhe prescreveu. Pensamos que grande parte das reivindicações feministas podem ser lidas à luz deste papel pessoal que a mulher, por direito, resolveu escrever para si.

Por ultimo referimos as noções de papel assumido e papel inferido. O papel assumido pode ser associado ao papel real e ao papel pessoal, significando que não há uma única maneira de assumir um papel particular. Tal como não existe um único líder ou soberano também não existe uma única mulher ou homem, cada ser vai-se revelar na sua interpretação influenciado pelo seu contexto pessoal e desenvolvimental. O papel inferido aparece deduzido/inferido a partir das atitudes e do comportamento do sujeito por uma observação e surge como um instrumento de interpretação para o observador que poderá fazer prever as reacções futuras do indivíduo:

*Il ne s'agit pas à ce moment d'un modèle prescrit par la société, mais d'un modèle induit, glissé derrière la conduite du sujet par celui qui essaie de l'interpréter. La notion de rôle est ici le produit d'une opération intellectuelle de l'observateur et constitue en quelque sorte un «modèle idéal de compréhension» (Rocheblave-Spenlé, 1969: 170).*

Esta noção ao fazer referência a um assumir de um modelo de compreensão do real que é construído pelo observador leva-nos a questionar, tal como a autora o fez, que "*Il paraît même légitime de se demander si certains rôles étudiés en tant que rôles sociaux*

*ne représentent pas plutôt des modèles nés de cette activité interprétative de l'observateur".*

Avançando um pouco mais, questionamos se uma dada teoria ou modelo não pode ser tão somente uma inferência do observador, generalizando e tornando como regra algo que não passa de uma interpretação pessoal ou um papel assumido. Curiosamente e fazendo para nós muito sentido, a autora questiona se não poderá ser enquadrada nesta leitura a teoria de Parson *"Ils offrent également des analogies avec les «modèles de comportement» décrits par Parsons, qui en fait une des manières alternatives d'assumer un certain rôle social"* (Rocheblave-Spenlé, 1969: 170).

### **3.2 – Teoria do Papel Social de Alice Eagly: Uma Síntese**

O trabalho de Alice Eagly filia-se numa tradição da psicologia social que tem visto na relação entre papel social e comportamento social uma via para o estudo e o entendimento das diferenças de género. *"This approach emphasises the numerous ways in which the social behaviours that differ between the sexes are embedded in social roles – in gender roles as well as in many other roles pertaining to work and family life"*. Como a própria autora reconhece o seu pensamento deriva não só das suas investigações mas também das investigações de outros autores (Eagly, 1987: 8, 9).

#### **Orientação teórica**

Para Eagly as diferenças sexuais podem ser descritas em dois domínios, o do comportamento social e o das habilidades cognitivas. A teoria de Eagly aqui referida versa o primeiro destes domínios. Não é estranho ao facto de tratarmos no nosso estudo essencialmente um comportamento social - as tarefas domésticas - a opção por apresentar esta teoria específica.

Esta teoria tem como pressuposto considerar as diferenças sexuais como produto do papel social que regulamenta a vida dos adultos. O papel social regulamenta a vida adulta não só em termos de normas de conduta a seguir mas também em termos de comportamentos esperados - expectativas criadas. O ênfase é considerar a pessoa como um recipiente de pressões sociais, embora colabore activamente na criação destas pressões. A pressão social que os elementos do grupo experienciam é evidente e surge como a maior fonte do seu comportamento.

Alice Eagly enfatiza a importância do papel social quando comparado com outros factores como a socialização ou as predisposições biológicas na explicação das diferenças sexuais *"Social roles are regarded as the proximal predictors of adult sex differences, although these roles may in turn be linked to other more distal factors such as childhood socialization pressures and biological predispositions"* (idem, pág. 9).

Para Eagly o papel social ilustra o tipo de explicações sobre as diferenças de grupo a que House (1981 in Eagly 1987: 9)<sup>14</sup> chamou de estruturais. Estas explicações enfatizam as situações de constrangimento comuns que os membros dos grupos sociais experienciam pelo facto de terem o mesmo estatuto nas organizações a que pertencem.

A abordagem de Eagly (1987, 1995) ajuda a compreender porque é que alguns resultados de estudos experimentais parecem contradizer as observações do comportamento em contextos naturais. O desencontro entre o que diz o senso comum e o que sustentam algumas investigações é produto, como diz Eagly, duma abordagem metodológica que procura desenhar o contexto de pesquisa de forma a que ele esteja livre dos contextos naturais. Segundo Eagly os diferentes papéis que homens e mulheres assumem são responsáveis pelos seus diferentes comportamentos, através de dois tipos de mecanismos. O primeiro está relacionado com a conformidade ao papel do género, o segundo envolve a aquisição de competências resultantes do desempenho do papel.

---

<sup>14</sup> Para explicar as diferenças de grupo House distinguia uma abordagem estrutural e uma abordagem cultural. Na primeira abordagem valoriza as pressões e constrangimentos a que o grupo está sujeito, na segunda abordagem valoriza os efeitos da socialização na aquisição de crenças e de valores comuns.

## **O papel social como determinante do papel de género**

Ao contrário do comumente aceite, Eagly considera o papel de género resultado do papel social detido pelo indivíduo. Tradicionalmente os psicólogos têm entendido o papel social relacionado com o papel de género mas tendo este último uma função condicionante sobre o primeiro.

A autora parte do princípio que:

- a) o papel de género engloba diferentes expectativas acerca de mulheres e de homens ao nível das características e traços de personalidade; as pessoas têm expectativas diferentes acerca das mulheres e dos homens;
- b) muitas dessas expectativas para além de descreverem os atributos dos homens e das mulheres são normativas no sentido de descreverem o que se acredita ser desejável para cada sexo.

Na medida em que as normas sociais são expectativas partilhadas acerca das qualidades ou comportamentos, pode-se concluir que muitos aspectos dos estereótipos de género são normas sociais.

Como as normas sociais inerentes às pessoas de uma categoria ou de uma posição social particular constituem o papel social, as expectativas partilhadas em relação à mulher constituem o papel de género feminino e as expectativas partilhadas em relação ao homem constituem o papel de género masculino (Eagly, 1987).

## **O conteúdo de papel do género**

Uma vez que o papel de género é considerado a causa das diferenças sexuais no comportamento social, é importante percebermos o seu conteúdo. Tal como outros investigadores referidos por Eagly (1987: 15), a autora sumaria o conteúdo do papel de género em duas dimensões, comunalidade e agentividade, apesar da evidência do

estereótipo de género conter outras informações para além dos atributos pessoais. Esta decisão em considerar apenas os atributos pessoais surge, segundo a autora, dos estudos que mostram serem as qualidades ou traços pessoais os que prevalecem mais nas crenças do estereótipo de género. Para além disso o comportamento pode ser predito a partir destes estereótipos, visto que os traços que contêm são abstracções do comportamento social.

Podemos descrever a dimensão comunalidade como reflectindo uma preocupação primária com o bem estar dos outros. Nesta dimensão predominam qualidades como a afectividade, a capacidade para se dedicar aos outros, o ser útil, a simpatia, o amor pelas crianças, e alguns traços relativos à sensibilidade interpessoal como o conhecer/aceitar os sentimentos dos outros, expressar sentimentos positivos, bem como aspectos do estilo pessoal tais como falar bem e ser gentil.

A dimensão agenticidade do estereótipo de género refere-se à assertividade e à tendência para o controle. Nesta dimensão predomina o ser agressivo, ambicioso, dominante, poderoso, liderante, independente, auto-suficiente e individualista. São considerados ainda alguns atributos adicionais respeitantes à eficácia pessoal como a autoconfiança, o sentir-se superior, tomar decisões facilmente e aspectos do estilo pessoal tais como ser directo, aventureiro e persistente.

Em cada uma das dimensões (comunalidade ou agenticidade) podemos encontrar ainda um conteúdo adicional armazenado em:

- a) subtipos ou subcategorias de género, como por exemplo *Dom Juan*, marialva, coquete ou sedutora;
- b) guiões que descrevem sequências concretas e específicas de comportamentos;
- c) regras sobre quando o homem e a mulher devem desempenhar comportamentos específicos de acordo com a situação.

Cada uma das dimensões comporta também aspectos negativos. Relativamente a comunalidade podemos referir o ser servil, fraco, metediço, e na agenticidade o ser arrogante, ditatorial e egoísta, por exemplo.

No entanto, Eagly, na sua teoria refere apenas os aspectos positivos das dimensões visto que as normas especificam apenas comportamentos considerados como desejáveis para ambos os sexos (Eagly, 1987).

Embora as pessoas acreditem que os homens manifestam mais a dimensão agenticidade do que as mulheres, e que as mulheres têm mais comunalidade do que os homens, todos aceitam representar os sexos como algo heterogéneo, possuindo diferentes níveis ou vários atributos (Eagly, 1987). Homens e mulheres são vistos como diferentes mas não extremamente diferentes, é como se existisse um contínuo entre as duas dimensões. Os papéis são internalizados por cada sexo e de uma forma consensual de modo a que os homens sejam mais agênticos e as mulheres mais comunais.

No entanto, tal como demonstrou Smoreda (1995, in Smoreda, 1996) a atribuição de traços sexuais, tanto no homem como na mulher, é afectada pelo facto do papel que desempenham ser esperado ou não, isto é, ser ou não conforme ao papel de género. Neste contexto a *expectancy-violation* (Jussim, Coloman & Lerch, 1987, in Smoreda, 1995) parece desempenhar um papel central relativamente às dimensões do papel de género atribuídas a homens e mulheres. Assim, os sujeitos que desempenham um papel inabitual (mulher dominante, ou homem submisso ou ainda uma situação de igualdade entre homem e mulher) violam as expectativas sociais do estereotipo de género e originam o que Smoreda (1996) designou por *effect rebond*. Este efeito diz que quando os sujeitos desempenham um papel que não é conforme ao esperado para o seu sexo, são avaliados como possuindo as características do sexo oposto mas numa intensidade superior. Podemos dizer que uma mulher que assume um lugar de chefia é considerada mais ambiciosa, dominante e com mais necessidade de poder e sucesso do que um homem na mesma posição, o que equivale a dizer que a mulher é considerada mais



agêntica do que o homem. Da mesma forma, se o homem assume uma posição de submissão é considerado mais comunal do que uma mulher na mesma situação.

### **Origem do papel de género**

A origem do papel de género para Eagly (1987) entronca nos diferentes e específicos papéis que a mulher e o homem ocupam na família e na sociedade. O aspecto comunal do estereótipo feminino deriva primeiramente do papel familiar e o aspecto agêntico do estereótipo masculino deriva do papel típico do homem na sociedade e na economia.

O estereótipo de género emerge assim das características da actividade desempenhada por cada um dos sexos. As qualidades comunais valorizadas na mulher são importantes para uma boa performance nas actividades domésticas e parentais. As qualidades agênticas valorizadas no homem são as importantes para uma boa performance ao nível do emprego pago. Assim, as actividades maioritariamente desempenhadas por mulheres e homens podem ser importantes para a determinação das qualidades valorizadas respectivamente nas mulheres e nos homens. Um exemplo desta afirmação é o da ligação do homem à actividade militar que pode estar relacionada com uma maior expectativa de agressividade no homem. Em reforço desta posição Eagly refere o trabalho de Yount (1986 in Eagly, 1987: 21) que vê o estereótipo de género como *Work-emergent traits*, isto é, o estereótipo de género como resultante da actividade produtiva desempenhada por homens e mulheres, reflectindo as condições sociais e físicas dessa actividade.

Entenda-se que a actividade doméstica é considerada como uma actividade produtiva uma vez que permite a subsistência material da família. Dado que as condições de trabalho de mulheres e de homens são historicamente diferentes os estereótipos de género que delas emergem são também eles necessariamente diferentes.

O desempenho por parte dos homens de papéis onde é exigida maior responsabilidade, autonomia ou capacidade de liderança contribui para a ligação entre a dimensão agenticidade e a figura masculina. No polo oposto, uma posição tradicionalmente feminina de desempenho de tarefas domésticas e parentais, associada ao facto de em termos de trabalho remunerado as mulheres assumirem normalmente papéis de menor relevância, conduz a um predomínio das características comunais.

Este processo de construção de género é manifestamente circular: o papel de género deriva do papel desempenhado na actividade produtiva mas os traços daí resultantes contribuem para um melhor desempenho da actividade dos trabalhadores e condicionam a acessibilidade a esses mesmos papéis produtivos. O impacto do papel de género é conservador "*As a consequence, gender roles tend to maintain the existing division of labour between the sexes.*" (Eagly, 1987: 21).

Se efectivamente o papel de género deriva do trabalho desempenhado, então tem particular importância para a alteração da situação a entrada da mulher no mercado de trabalho desempenhando actividades profissionais tradicionalmente masculinas. O que pode contribuir para a redefinição do papel de género, no que diz respeito, por exemplo, às tarefas familiares. No entanto para alguns autores (Poeschl & Serôdio, 1998) o contributo financeiro das mulheres para a economia familiar, resultante da sua entrada no mercado de trabalho, não parece ter tradução num aumento do poder de decisão no ambiente familiar.

Embora nas sociedades contemporâneas se assista a uma progressiva entrada das mulheres em áreas tradicionalmente reservadas ao homem, a alteração do papel de género não parece acompanhar este movimento. Algumas tentativas de explicação podem ser avançadas para além do número de mulheres em lugares de destaque ser nitidamente inferior ao dos homens; algumas pessoas interiorizam o papel de género que a sociedade lhes atribui, outras frequentemente conformam-se às normas do papel de género que não interiorizam mas que desempenham, devido à pressão e ao poder que

os indivíduos que suportam essas normas têm na atribuição de recompensas e punições subtis ou mais óbvias (Eagly, 1987).

Neste contexto podemos ainda referir a importância da confirmação das expectativas dos outros devido aos resultados positivos que tal confirmação comporta para o próprio sujeito (Eagly, 1987). O confirmar as expectativas é tão mais importante quanto mais partilhadas pela generalidade da comunidade essas expectativas forem, como é o caso das expectativas sobre homens e mulheres.

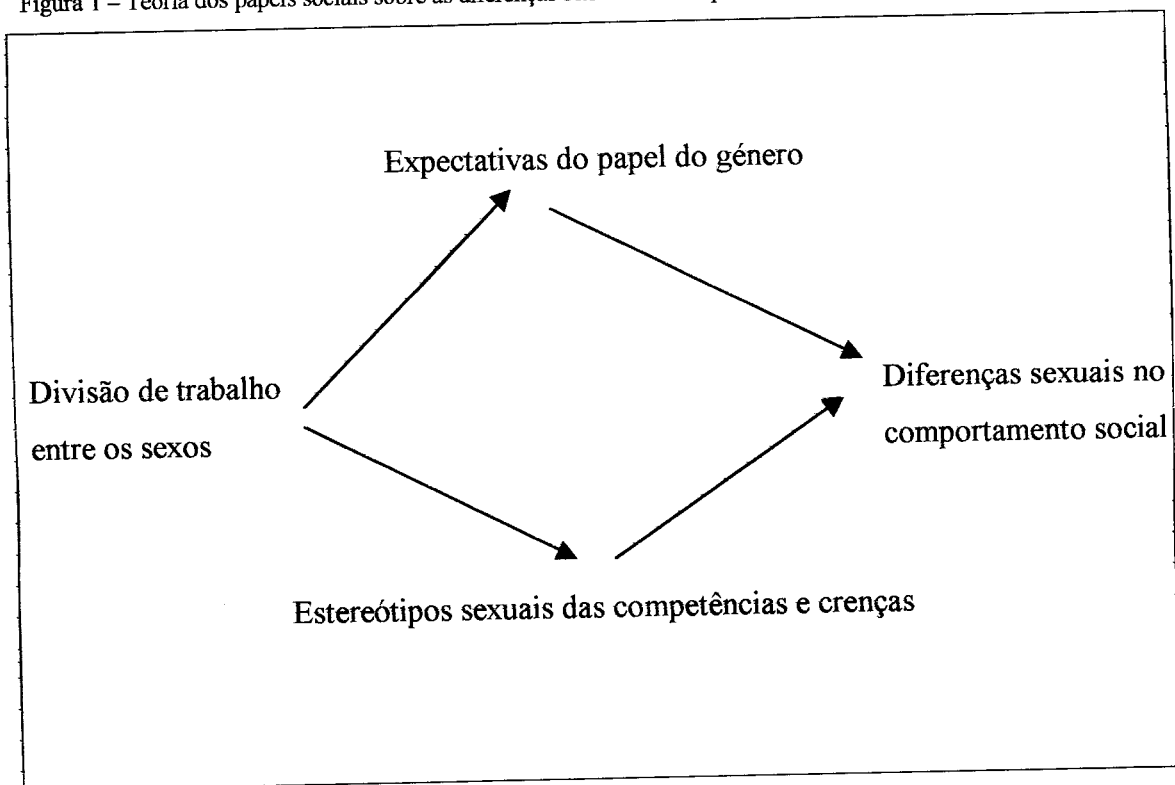
### **Síntese**

É muitas vezes assumido que os papéis sociais desempenhados por homens e mulheres são determinantes para a construção de género e explicam as diferenças que se verificam ao nível do comportamento social.

A experiência resultante dos papéis sociais fornece aos indivíduos competências e crenças que são relevantes para diferentes contextos sociais. Uma vez que existe uma distribuição desigual de homens e mulheres por papéis específicos, tal constitui uma fonte importante na criação das expectativas acerca do homem e da mulher. As expectativas funcionam como uma pressão no sentido de cada sexo se comportar de acordo com o que a sociedade espera dele.

Eagly (1987) refere como principal causa das diferenças sexuais no comportamento social a divisão de trabalho entre os sexos que vai definir o papel de género no sentido de que é esperado que a mulher tenha comportamentos relativamente comunais e que o homem tenha comportamentos relativamente agênticos, como esquematicamente está representado na Figura 1. Mais ainda, a ocupação pessoal como trabalhador e o desempenho do papel familiar relacionado com o próprio sexo é relativamente tipificado com competências e crenças associadas aos sexos o que vai contribuir para comportamentos estereotipados de género.

Figura 1 – Teoria dos papéis sociais sobre as diferenças sexuais no comportamento social (in Eagly, 1987: 32).



A asserção fundamental desta teoria das diferenças sexuais é que os diferentes desempenhos de papéis específicos de mulheres e de homens em contextos naturais são o guião dos comportamentos estereotipados de género. Através da mediação dos papéis de género e do estereótipo das competências e crenças, resultam diferentes estereótipos do comportamento social. Surge especialmente para a mulher maior comprometimento com o papel doméstico e menor com o de trabalhadora, bem como um menor acesso a papeis com um alto estatuto.

Só quando estes aspectos sociais mudarem é que será possível existirem alterações substanciais no conteúdo do papel de género, nas diferenças sexuais relativamente às competências e crenças e ainda na ocorrência de diferenças sexuais do comportamento social.

Apesar de um maior número de mulheres terem entrado no mercado de trabalho, em geral, muitos aspectos da divisão do trabalho mantêm-se. As mulheres continuam a deter nas organizações estatutos mais baixos do que os homens e são consideradas especialistas em ocupações que são percebidas como exigindo qualidades comunais ao passo que os homens são considerados especialistas em ocupações que exigem qualidades agênticas.

### 3.3 – Estudos Portugueses

Escolhemos referir, dentro dos estudos portugueses que abordam a partilha das tarefas familiares e, por inerência o papel de género, O *Inquérito Nacional Partilha das responsabilidades Familiares* (Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses, 1991), o *Relatório-Situação Actual da Família Portuguesa* (Comissão Para o Ano Internacional da Família, 1993) e o estudo *Rôles de Genre, Travail Familial et Pouvoir Familial: Représentation et Relations* (Poeschl & Serôdio, 1998). O primeiro incide sobre a partilha das tarefas familiares e a posição da mulher no mercado de trabalho, o segundo sobre vários aspectos relacionados com a Família (valores, imagens e representações do casal e caracterização do casal e família) e o terceiro procura conhecer as explicações correntemente utilizadas para justificar as diferenças de participação de homens e mulheres no trabalho e no poder familiar. Destes estudos referiremos apenas alguns dos aspectos que se relacionam com a nossa temática de estudo.

A CGTP considera que a questão da partilha das responsabilidades familiares tem de deixar de se confinar ao lar e passar a ser encarada por quem detém os meios para procurar igualizar a partilha das tarefas domésticas. Neste contexto encomendou um inquérito junto de: (1) empresários/directores, a fim de conhecer a sua receptividade relativamente à actividade profissional das mulheres e (2) trabalhadores por conta de outrem a fim de conhecer a sua opinião relativamente à responsabilidade de homens e mulheres nas tarefas familiares.

Neste estudo os sujeitos, 800 empregados e 50 empresários ou directores de pessoal, foram entrevistados para responder ao inquérito, entre os dias 25 de Março e 22 de Abril de 1991. A amostra é representativa da população portuguesa, os sujeitos pertencem a 50 empresas seleccionadas de forma aleatória, dentro de uma zona geográfica e sector de actividade. Os dados dos inquéritos foram apresentados em termos percentuais.

Os resultados dos empresários ou directores de pessoal mostram globalmente que a receptividade destes à actividade profissional das mulheres é favorável (85.7%), porque consideram que: as mulheres têm lugar na sociedade, são empenhadas e dinâmicas e são melhores que os homens (Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses, 1991: 16).

Os resultados dos trabalhadores por conta de outrem mostram globalmente que os mesmos consideram que a lida da casa compete igualmente à mulher e ao homem em 71.6%, (destes 64.6% são homens e 80.9% são mulheres), em 26,5% a lida da casa compete principalmente à mulher, 2.8% dos inquiridos diz existirem tarefas específicas para cada um dos sexos e nenhum dos inquiridos refere que a lida da casa compete principalmente ao homem.

Quando se analisa a competência em tarefas familiares específicas, os resultados indicam que tanto as tarefas parentais como as domésticas são globalmente consideradas pelos trabalhadores como da competência de ambos. Relativamente às tarefas parentais os trabalhadores consideram ser maioritariamente da competência de ambos; Ajudar nos trabalhos da escola (90.1%); Cuidar dos filhos (89.6%); Levar os filhos à escola (88.5%) e Levar os filhos ao médico (86%). No que respeita às tarefas domésticas os trabalhadores consideram ser maioritariamente da competência de ambos: Ir às compras (79.7%); Tratar dos impostos no banco (72.9%), Limpar e aspirar a casa (70.9%); Lavar/limpar a loiça (70.5%); Cozinhar (66.6%); Fazer pequenos arranjos domésticos (62.1%). Verificamos que os trabalhadores consideram maioritariamente

que as tarefas domésticas que implicam cuidar da roupa são mais da competência da Mulher: Estender a roupa (56%), Passar a ferro (60.8%) e Lavar a roupa (62.1%).

No entanto, os sujeitos quando confrontados com questões específicas apresentam respostas que apontam para representações do papel de género de tipo tradicional. Assim, para 92.1% dos inquiridos a licença para assistência aos filhos deve ser utilizada pela mãe; 88.6% considera que é a mãe quem deve abdicar em termos profissionais para dar assistência aos filhos e 91.7% considera que as mulheres pela própria natureza reúnem mais condições para cuidarem da família do que os homens. Por outro lado as mulheres continuam a ser vistas maioritariamente como donas de casa (66.4%) e em relação ao número de horas gastas por dia nas tarefas domésticas, os resultados do inquérito globalmente indicam que as mulheres despendem uma percentagem de tempo superior à dos homens.

Estes resultados de certa forma são contraditórios e parecem realçar que os resultados relativos à atribuição da competência nas tarefas familiares revelam uma forte desejabilidade social. Aspecto reconhecido no próprio Relatório da CGTP que faz a ligação entre os resultados obtidos e o facto de os dados terem sido recolhidos por entrevista directa e pessoal.

O *Relatório-Situação Actual da Família* (Comissão para o Ano Internacional da Família, 1993) relata o resultado de um inquérito nacional sobre a família portuguesa. Neste estudo a amostra foi estratificada segundo a região (14) e o habitat (10 níveis) e a dimensão populacional das localidades, segundo as estimativas da população residente em 31 de Dezembro de 1989. A distribuição das entrevistas por estrato foi proporcional e a selecção das localidades foi aleatória num total de 176. Em cada localidade os indivíduos foram seleccionados por cotas, a partir duma matriz formada pelas variáveis: idade (3 níveis), sexo (2), grau de instrução (2). A amostra foi constituída por 2190 sujeitos, com idades compreendidas entre os 15 e 74 anos, residentes em Portugal Continental e Ilhas.

Em termos globais os resultados revelam que os sujeitos consideram como factores mais importantes para o entendimento no casal a Cooperação no trabalho doméstico (78%) e a Cooperação na educação dos filhos (92%). Quando nascem os filhos, as tarefas respeitantes ao seu cuidado devem ser, na opinião de 65% dos inquiridos, divididas entre o pai e a mãe, 24% considera que devem ser exclusivamente da mãe e uma minoria (0.4%) considera que devem ser apenas da responsabilidade do pai. Quando inquiridos sobre quem deve mandar mais no casal, 89% dos sujeitos dizem que devem mandar os dois.

No respeitante à repartição das tarefas do casal os resultados revelam uma divisão tradicional das tarefas em função do sexo. Nas tarefas domésticas as actividades como: Passar a ferro (93.7%); Lavar a loiça (82.3%); Arrumar a casa (82.2%); Limpar e aspirar a casa (81.3%); Cozinhar (78.8%); Fazer a cama (78.8%) e Limpar a loiça (77.1%) foram consideradas da responsabilidade da mulher. Aos homens foi atribuída a responsabilidade de Consertar coisas estragadas (62.4%); Tratar de questões administrativas (54.2%) e Engraxar sapatos (41.4%).

Relativamente às tarefas parentais a responsabilidade por Ficar com os filhos quando estão doentes (73.9%), Levar os Filhos ao médico (53.9%) e Tratar dos Filhos foi atribuídas à mulher. Nas restantes tarefas sujeitas à avaliação dos inquiridos verificou-se maioritariamente uma atribuição conjunta das responsabilidades: Decisão sobre a Educação dos filhos (87.8%), Castigar os filhos (64.7%) e Tratar as questões escolares dos filhos (51.0%). As percentagens de responsabilização atribuídas aos homens nas tarefas parentais nunca ultrapassam 6%.

No que respeita à colaboração dos filhos nas tarefas domésticas continua a verificar-se uma divisão em função do sexo: as raparigas têm uma prestação idêntica à das mulheres e os rapazes à dos homens.



Poeschl & Serôdio (1998) realizaram um estudo com o objectivo de determinar a relação entre política familiar e papéis de género. Deste iremos referir de forma sucinta, alguns aspectos teóricos e resultados encontrados.

Do ponto de vista teórico podemos considerar diferentes aspectos no estudo de Poeschl & Serôdio (1998), entre os quais:

- (1) Em consonância com os trabalhos de Alice Eagly (1987), parte do pressuposto de que a manutenção das diferenças entre homens e mulheres na organização familiar está intrincada no papel de género, enquanto "normes socio-culturelles qui définissent les qualités et les comportements appropriés et attendus des membres des deux catégories sexuelles, et qui fixent leurs droits et leurs devoirs" (Poeschl & Serôdio, 1998:2)
- (2) Refere trabalhos que salientam a relação entre a participação dos homens no trabalho familiar e a sua representação do papel de género. Assim, quanto menos tradicional é a representação que os homens têm do papel de género maior é a sua responsabilização nas tarefas domésticas e parentais. Refere ainda os trabalhos de Mintz & Mahalik (1996) que sugerem que os homens que têm papéis mais tradicionais na família são os que mais aderem aos papéis tradicionalmente masculinos e demonstram uma maior necessidade de poder e competição.

O estudo foi realizado com uma amostra de 164 adultos portugueses, 80 homens e 84 mulheres, residentes da região Norte, casados, com filhos e tendo em média 43 anos de idade.

O instrumento utilizado foi o questionário, onde os autores procuraram, entre outros aspectos: (1) recolher a opinião dos sujeitos sobre os casais actuais relativamente às tomadas de decisão de âmbito familiar e repartição habitual das tarefas domésticas e parentais; (2) medir a atitude dos homens e mulheres face a diferentes dimensões do

papel de género (papeis conjugais tradicionais; traços típicos de homens e mulheres; necessidade de poder no homem e igualdade no casal).

Na primeira parte do questionário os sujeitos expressaram, em termos percentuais, a sua opinião sobre tomadas de decisão de âmbito familiar e repartição habitual das tarefas domésticas e parentais nos casais actuais. Alguns destes dados foram por nós utilizados na indução das condições do estudo experimental que apresentamos na parte empírica deste trabalho.

Inspirando-se na metodologia de Mintz & Mahalik (1996) os autores constituíram dois grupos de sujeitos com base nas avaliações da participação masculina no trabalho doméstico e familiar: (1) os sujeitos que apresentam uma representação de casal tipo cooperativo (a que correspondem 44.5% da amostra) e (2) os sujeitos que apresentam uma representação de casal tipo tradicional (a que correspondem 55.5% da amostra). Tendo em conta esta diferença, os autores procuram examinar as relações entre as representações das práticas familiares e as representações dos papeis de género.

Os resultados obtidos, entre outros aspectos sugerem:

- (1) que existem três esferas de competência na família: o poder relativo ao lazer e orçamento, considerado como uma zona mais masculina; o trabalho doméstico e o cuidado com as crianças mais pequenas, considerado domínio das mulheres; o trabalho parental e as decisões relacionadas com o lar e com os filhos, considerado uma zona mais partilhada pelos cônjuges cooperativos;
- (2) a participação do homem nos diferentes sectores do trabalho familiar varia segundo a natureza das actividades. Os sujeitos com uma representação de casal de tipo cooperativo estimam que os homens têm uma maior participação em todas as actividades familiares;
- (3) os sujeitos masculinos apresentam um maior grau de acordo com o papel tradicional da mulher – que inclui a ideia do sacrifício dos interesses da mulher em proveito da família e com a existência de traços de personalidade tipicamente femininos;

- (4) os sujeitos masculinos que apresentam uma representação de casal tipo cooperativo revelam um maior grau de acordo com a existência de características tipicamente masculinas e uma maior necessidade de poder dos homens, sendo o seu *score* significativamente superior ao de todos os outros sujeitos<sup>15</sup>.

Os autores (Poeschl & Serôdio, 1998) consideram o último resultado apresentado inesperado uma vez que é contrário ao que deixam prever as conclusões das investigações levadas a cabo por outros autores, e que mostram que uma atitude menos tradicional se acompanha, no homem, duma diminuição da necessidade de poder. No estudo de Poeschl & Serôdio (1998), contrariamente, os homens com uma representação do casal de tipo cooperativo revelam um maior grau de acordo com a existência de características tipicamente masculinas e necessidade de poder dos homens. Esta ligação podia surgir da relação entre trabalho familiar e poder de decisão uma vez que uma maior participação do homem no primeiro acompanha-se de uma maior participação no segundo.

Os resultados deste estudo estão na origem do trabalho que vamos apresentar em seguida. Duma maneira geral, podemos dizer que este trabalho tinha como objectivo examinar as reacções que provocam em adultos casados a apresentação de diversos modelos de organização familiar, em que fizemos variar a participação dos cônjuges em diferentes actividades familiares.

---

<sup>15</sup> Na tentativa de explicar estes resultados, os autores avançam duas possibilidades: (1) necessidade de os homens protegerem a sua posição dominante na família e (2) necessidade de controlar o medo da feminilidade.

## Parte Empírica

## Capítulo 4 - Método

### 4.1. Objectivos

O nosso estudo tem como objectivo principal compreender como é que diferentes organizações familiares afectam a percepção dos indivíduos relativamente: aos traços de personalidade, à necessidade de poder, ao exercício efectivo do poder e às emoções despertadas por homens e mulheres. Procuramos, além disso, avaliar como é que as diferentes organizações familiares são percebidas em termos de tipicidade, idealidade e satisfação no casamento.

Pretendemos ainda verificar de que forma o sexo dos sujeitos interfere nas dimensões atrás referidas. Por último, esperamos ainda que este estudo contribua para uma melhor compreensão da manutenção da desigualdade entre homens e mulheres no seio da família.

De forma mais específica, e segundo a revisão da literatura efectuada, diversas organizações familiares, em que varia a participação dos cônjuges nas actividades familiares, podem:

1. afectar a percepção dos cônjuges. Com efeito, segundo Smoreda (1996), é mais a posição do cônjuge no casal do que o seu grupo sexual que induz as características que lhe são atribuídas;
2. induzir o grau de poder do cônjuge em decisões relativas à vida familiar, se se confirmar a observação de Poeschl & Serôdio (1998) segundo a qual a participação nas decisões relativas ao lar e aos filhos aumenta com a participação no trabalho parental;

3. levar a diferentes avaliações dos cônjuges e da organização familiar, nomeadamente relativamente à sua tipicidade, idealidade e satisfação no casamento. A satisfação no casamento pode estar associada à partilha do poder (Gray-Little & Burks, 1983, in Felmlee, 1994) e não necessariamente à partilha igualitária das tarefas domésticas (Herla, 1987);
4. provocar diversas respostas afectivas. Com efeito, segundo Zajonc (1980, in Magalhães, 1997), todos os fenómenos envolvem de alguma forma o afecto. Assim, as reacções afectivas surgem como inevitáveis e reveladoras do estado do sujeito em relação ao objecto que desperta essa emoção.

Neste contexto onde não se pode não reagir<sup>1</sup> em termos de afecto e na medida em que não encontramos na literatura estudos que analisaram as respostas afectivas suscitadas pela organização familiar, estas foram objecto dum pré-teste que apresentamos em seguida.

#### **4.2. Respostas afectivas**

Para seleccionar uma amostra de emoções susceptíveis de serem introduzidas no nosso estudo, pedimos a 40 estudantes do ensino superior, 20 do sexo feminino e 20 do sexo masculino, para avaliarem as emoções despertadas ou por um Homem ideal ou por uma Mulher ideal, utilizando as 32 emoções da escala de Izard (in Isen, 1987): Interesse, Curiosidade, Atenção, Alegria, Felicidade, Contentamento, Surpresa, Espanto, Pasma, Angústia, Aflicção, Agonia, Cólera, Raiva, Ira, Nojo, Repugnância, Repulsa, Desprezo, Desdém, Menosprezo, Medo, Temor, Receio, Vergonha, Timidez, Acanhamento, Tristeza, Desânimo, Desmoralização, Culpa e Censura.

---

<sup>1</sup> A exemplo da Teoria da Comunicação em que "não se pode não comunicar" (Watzlawick, Beavin & Jackson, 1993: 44-47) também não se pode "não reagir afectivamente", podemos controlar a expressão da emoção mas não a sua experiência.

O Quadro 1 apresenta a intensidade média das emoções em função do sexo do sujeito e do sexo do alvo descrito, assim como os resultados da análise da variância efectuada sobre essas médias.

Quadro 1 - Intensidade média das emoções em função do Sexo do sujeito e do Alvo descrito (escala utilizada: 0=nada a 5=muito forte. Análise da variância: Efeitos principais de Sexo e de Alvo.

Emoções	Homem Ideal		Mulher Ideal		Alvo	Sexo
	Média Suj. Masculinos	Média Suj. Femininos	Média Suj. Masculinos	Média Suj. Femininos	F(1,36)	F(1,36)
Interesse	4.00	3.90	3.30	4.80	.09	4.35 *a)
Curiosidade	3.00	2.80	3.10	2.33	2.33	.37
Atenção	3.80	4.10	3.10	2.54	2.54	.74
Alegria	4.20	4.20	3.60	4.30	.40	.79
Felicidade	4.00	4.50	3.80	4.40	.13	1.74
Contentamento	3.80	3.90	3.30	4.40	.00	3.70
Surpresa	3.60	3.60	2.70	3.70	1.48	2.31
Espanto	3.20	2.70	2.30	2.50	2.17	.16
Pasmo	2.30	.80	1.50	1.10	.28	4.11*
Angustia	1.10	.20	1.20	.30	.11	8.53**
Aflição	1.10	.30	1.10	.30	.00	6.40*
Agonia	.70	.10	.60	.20	.00	6.92*
Cólera	.60	.10	.60	.10	.00	6.16*
Raiva	.50	.00	.30	.10	.12	5.88*
Ira	.70	.00	.80	.20	.42	7.88**
Nojo	.20	.10	.20	.10	.00	.72
Repugnância	.60	.50	.30	.20	1.57	.18
Repulsa	.80	.20	.50	.10	.87	5.42*
Desprezo	.40	.60	.70	.10	.17	.66
Desdém	.90	.30	.80	.10	.35	6.47*
Menosprezo	.30	.30	.70	.00	.06	3.08
Medo	1.40	1.50	1.40	1.50	.00	.05
Temor	1.40	.80	1.20	1.40	.24	.24
Receio	2.20	1.30	1.70	1.20	.63	3.43
Vergonha	.90	1.10	.40	1.00	.85	1.51
Timidez	1.70	1.30	1.40	1.60	.00	.06
Acanhamento	1.40	1.00	.80	1.00	.62	.07
Tristeza	1.20	.30	.80	.90	.08	1.25
Desânimo	.60	.40	.30	.80	.05	.44
Desmoralização	.70	.50	.60	.30	.43	1.18
Culpa	.90	.80	1.00	.70	.00	.36
Censura	.90	.30	1.00	.40	.11	3.88

\*:  $p < .05$ ; \*\*:  $p < .01$

a) A interacção Sexo X Alvo:  $F(1,36) = 5.68$ ,  $p = .02$

No que diz respeito às emoções despertadas pelo Homem ideal ou pela Mulher ideal, como podemos verificar no Quadro 1, a Alegria, o Interesse, a Felicidade e a Atenção

são as emoções sentidas com maior intensidade. Por outro lado as emoções menos sentidas são o Nojo, a Ira, a Raiva e o Menosprezo.

Os resultados da análise da variância indicam que não existem diferenças estatisticamente significativas relativamente ao alvo: Os sujeitos fizeram uma avaliação das emoções despertadas por um ser ideal, independentemente de ser Homem ou Mulher. No entanto revelam diferenças estatisticamente significativas relativamente ao sexo em dez das emoções: Interesse, Pasma, Angústia, Aflição, Agonia, Cólera, Raiva, Ira, Repulsa e Desdém.

Para identificar as grandes dimensões emocionais efectuamos uma análise factorial em componentes principais, com rotação varimax, sendo retidos os factores com um valor próprio superior a 1.

Como se pode observar no Quadro 2 a análise factorial extraiu quatro factores principais que explicam 38.7% da variância total. O primeiro factor que denominamos de emoções negativas, agrupa as emoções de tonalidade negativa que reflectem uma reacção de rejeição e desinteresse. O factor 2 que denominamos de emoções depressivas, inclui emoções de carácter depressivo como tristeza, timidez, medo e desânimo. O factor 3 que denominamos de admiração, organiza-se com base em emoções que reflectem admiração como pasmo, espanto, angústia, aflição e surpresa. O factor 4 que denominamos de emoções positivas, organiza-se com base em emoções que remetem para uma resposta emocional de investimento.

As emoções mais sentidas pelos sujeitos são as positivas (Média=3.94). Constatamos que em termos gerais são relatados níveis relativamente reduzidos de emoções de tipo negativo (Média=.54), depressivo (Média=1.05) e de admiração (Média=1.78). Estes resultados não nos surpreendem uma vez que os sujeitos avaliaram homens e mulheres ideais, e esperávamos que as emoções despertadas fossem maioritariamente positivas.



Quadro 2 - Dimensões Emocionais extraídas por análise factorial em componentes principais. Saturação, média e desvio-padrão atribuídos aos itens pelo conjunto dos sujeitos. (valores da escala 0 = nada forte e 5 = muito forte)

<b>Factor 1- Emoções Negativas (28.9%)</b>	<b>Saturação</b>	<b>Média</b>	<b>Desvio Padrão</b>
Desdém	.89	.53	.85
Nojo	.84	.15	.36
Agonia	.83	.40	.63
Repulsa	.77	.40	.71
Cólera	.73	.35	.66
Menosprezo	.73	.33	.66
Ira	.69	.43	.78
Desmoralização	.62	.53	.72
Repugnância	.56	.40	.74
Desprezo	.52	.45	.78
Raiva	.48	.23	.48
Curiosidade	-.37	3.15	1.05
Interesse	-.50	4.00	1.16
	Média*	.54	
<b>Factor 2 – Emoções Depressivas (4%)</b>	<b>Saturação</b>	<b>Média</b>	<b>Desvio Padrão</b>
Tristeza	.80	.80	1.14
Timidez	.76	1.50	1.26
Medo	.72	1.45	1.41
Culpa	.71	.85	1.03
Desânimo	.70	.53	.72
Temor	.70	1.20	1.27
Censura	.66	.65	.98
Receio	.64	1.60	1.22
Acanhamento	.63	1.05	1.18
Vergonha	.33	.85	1.03
	Média	1.05	
<b>Factor 3 – Admiração (3%)</b>	<b>Saturação</b>	<b>Média</b>	<b>Desvio Padrão</b>
Pasmo	.81	1.43	1.53
Espanto	.78	2.68	1.19
Angustia	.73	.70	1.53
Aflição	.57	.70	1.04
Surpresa	.52	3.40	1.08
	Média	1.78	
<b>Factor 4 – Emoções Positivas (2,8%)</b>	<b>Saturação</b>	<b>Média</b>	<b>Desvio Padrão</b>
Alegria	.83	4.08	1.23
Felicidade	.80	4.18	1.30
Atenção	.74	3.63	.98
Contentamento	.57	3.85	1.03
	Média	3.94	

\*) Média após recodificação dos itens com saturação negativa.

Em suma, os resultados da análise da variância revelam: (1) diferenças estatisticamente significativas relativamente ao sexo dos sujeitos, em apenas dez das emoções apresentadas; (2) que os sujeitos fizeram uma avaliação das emoções despertadas por um ser ideal, independentemente do seu sexo. Verificamos ainda que as 32 emoções apresentadas foram organizadas em 4 grandes dimensões emocionais: emoções negativas, depressivas, positivas e admiração. Os diversos tipos de emoções poderão constituir uma base para a selecção das emoções despertadas pelos diferentes tipos de cônjuges a avaliar no nosso estudo, que passamos a apresentar agora.

#### **4.3. Plano Experimental**

Para determinar se diferentes tipos de organização familiar provocam diferentes reacções nos indivíduos, foram imaginados os cinco seguintes modelos de organização familiar:

1. Condição Activa: apresentamos um Homem (Filipe) ou uma Mulher (Cristina) que se encarregava da maior parte do trabalho doméstico e tomava a maioria das decisões;
2. Condição Executa: apresentamos um Homem (Filipe) ou uma Mulher (Cristina) que se encarregava da maior parte do trabalho doméstico e não tinha muito poder de decisão;
3. Condição Dirige: apresentamos um Homem (Filipe) ou uma Mulher (Cristina) que não se encarregava da maior parte do trabalho doméstico e tomava a maioria das decisões;
4. Condição Passiva: apresentamos um Homem (Filipe) ou uma Mulher (Cristina) que não se encarregava da maior parte do trabalho doméstico e não tinha muito poder de decisão;

5. Condição Partilha: apresentamos um Homem (Filipe) ou uma Mulher (Cristina) que dividiam igualitariamente o trabalho doméstico e o poder de decisão.

Cada sujeito foi confrontado com apenas um tipo de organização familiar e descreveu apenas um dos cônjuges, o nosso plano experimental, tal como podemos confirmar no Quadro 3, tem os três factores inter-sujeitos seguintes: Condição (Activa vs Executa vs Dirige vs Passivo vs Partilha) X Cônjuge descrito (Filipe vs Cristina) X Sexo do sujeito (masculino vs feminino).

Quadro 3 – Plano Experimental

	Condição 1 Activo		Condição 2 Executa		Condição 3 Dirige		Condição 4 Passivo		Condição 5 Partilha	
	Filipe	Cristina	Filipe	Cristina	Filipe	Cristina	Filipe	Cristina	Filipe	Cristina
Sujeitos Mas	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20
Sujeitos Fem	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20

As variáveis dependentes avaliadas foram as seguintes:

1. traços de personalidade,
2. necessidade de poder, sucesso e competição,
3. participação nas decisões,
4. emoções despertadas,
5. grau de satisfação do casal,
6. idealidade do casal,
7. tipicidade do casal,
8. igualitarismo dos sujeitos.

#### 4.4. Hipóteses

O plano experimental adoptado devia permitir-nos testar quatro hipóteses principais:

Para alguns autores, nomeadamente Eagly (1987) e Smoreda (1996), os homens e as mulheres parecem utilizar os mesmos estereótipos sexuais para descrever os homens e mulheres. Embora as pessoas aceitem representar os sexos como algo heterogéneo, homens e mulheres acreditam que os homens manifestam mais a dimensão agêntica e as mulheres mais a dimensão comunal (Eagly, 1987). Daí que esperemos:

H1a: Não encontrar diferenças estatisticamente significativas nas avaliações dos cônjuges, feitas por homens e mulheres.

H1b: De forma geral a Cristina terá mais traços comunais e o Filipe mais traços agênticos.

H1c: A Cristina despertará mais surpresa quando é apresentada com uma baixa participação nas tarefas familiares. Enquanto o Filipe despertará mais surpresa quando é apresentado com uma elevada participação nas mesmas tarefas.

De acordo com efeito de ricochete (*l'effet rebond*) (Smoreda, 1996) e a violação da expectativa "*expectancy-violation*" (Jussim, Coloman & Lerch, 1987 in Smoreda, 1996), as expectativas sociais associadas aos estereótipos de sexo produzem uma radicalização da percepção das pessoas em posição incompatível com o estereótipo. Assim:

H2a: Na condição Executa esperamos que o Filipe seja avaliado como tendo mais características comunais e menor necessidade de poder, sucesso e competição e menos poder de decisão do que a Cristina. Esperamos este mesmo efeito na condição Activa, uma vez que a participação do Filipe nas tarefas domésticas, porque inesperada, poderá ser mais saliente do que a sua percentagem de participação nas decisões.

H2b: Na condição Dirige esperamos que a Cristina seja avaliada como tendo mais características agênticas, mais necessidade de poder, sucesso e competição e mais poder de decisão do que o Filipe. Esperamos este mesmo efeito na condição Activa uma vez que a percentagem de participação da Cristina nas decisões, porque inesperada, poderá ser mais saliente do que a sua participação nas tarefas domésticas.

Para alguns autores (Poeschl & Serôdio, 1998) o contributo financeiro das mulheres para a economia familiar, resultante da sua entrada no mercado de trabalho, não parece ter tradução num aumento do poder de decisão no ambiente familiar. Daí que:

H3: Esperamos que o Filipe seja globalmente avaliado com mais poder de decisão do que a Cristina.

Considerando a igualdade um critério clássico de justiça que está consagrada nos termos da lei e tendo por base os resultados de Poeschl (1997) que sugerem que as práticas familiares ideais deveriam ser mais igualitárias esperamos que:

H4: A condição Partilha seja avaliada como a mais ideal.

#### **4.5. Amostra**

A nossa amostra é composta por 418 adultos casados, 204 do sexo feminino e 214 do sexo masculino. A idade média é de 41 anos, variando entre 24 e 70 anos. Apenas 2 sujeitos (0,5%) não são de nacionalidade portuguesa, 85% referiram ter vivido sempre em Portugal. Os sujeitos declararam ser católicos em 92% dos casos, sendo 51% católicos praticantes; 40% declaram a sua tendência política como de esquerda, 23% do centro, 10% declaram ser de direita, 22% consideram não ter qualquer tendência política e os restantes 5% não responderam. Os sujeitos têm em média 2 filhos, variando esse número entre 1 e 9.

Do ponto de vista profissional os sujeitos são professores do 2º e 3º ciclo do Ensino Básico. Os cônjuges, em termos profissionais são professores, quadros superiores ou médios, empresários ou empregados de serviços.

A escolha de um grupo homogéneo surge pelo facto de pretendermos evitar ao máximo a interferência de variáveis dificilmente controláveis. A necessidade de homogeneizar o grupo é reforçada pelo facto de sabermos que existem diferenças entre as classes sociais no que concerne às aspirações e comportamentos igualitários (Chombart de Lauwe, 1967, in Herla, 1987) e que as classes mais igualitárias são as "*nouvelles classes moyennes*" (Bidou, 1964, in Herla, 1987:10). Nas «novas classes médias» assim denominadas por Bidou (op. cit.), reagrupam-se profissões exercidas maioritariamente no sector público e em domínios como a educação e a saúde e caracterizam-se "*... plus que d'autres par un fréquent travail des femmes, une homogamie professionnelle et culturelle qui favorisent une modification de la répartition traditionnelle des rôles masculins et féminins.*".

O grupo homogéneo escolhido caracteriza-se por: (1) trabalho idêntico no que concerne ao conteúdo, número de horas e salário; (2) vivência familiar semelhante uma vez que todos os sujeitos são casados e com filhos.

Excluimos os professores do primeiro ciclo do ensino básico pelo facto de, na sua grande maioria, serem mulheres<sup>2</sup> e porque este nível de ensino funciona muitas vezes em regime de trabalho duplo. Isto significa que a professora só trabalha de manhã ou só de tarde, levando a que a seu trabalho seja encarado de tempo parcial e "ideal" para conciliar com as actividades familiares. Daí que a profissão de professor do primeiro ciclo do ensino básico seja considerada uma profissão feminina e a ser considerada na nossa amostra poderia enviesar os resultados.

---

<sup>2</sup> Segundo fonte do Ministério da Educação citada na revista *Visão* (1995) o peso das Mulheres num Universo de 140 mil professores do primeiro ciclo de ensino básico é de 92%.

#### 4.6. Questionário

Na presente investigação utilizamos como instrumento de pesquisa um questionário (ver Anexo n.º 1) cuja estrutura foi inspirada nos trabalhos de Smoreda (1996). A primeira página do questionário é destinada à recolha de dados para caracterização da amostra. Na segunda página pedimos aos sujeitos que leiam com atenção a descrição da organização familiar de um casal (Filipe e Cristina) e que imaginem um dos cônjuges (Filipe ou Cristina) em função da descrição apresentada.

Em seguida, as cinco condições são induzidas, a partir da percentagem de participação de cada cônjuge em cinco tarefas domésticas (Lavar a roupa, Passar a ferro, Preparar as refeições, Arrumar os quartos, Limpar o pó); cinco tarefas parentais (Mudar as fraldas ao bebé, Vestir as crianças, Dar banho ao bebé, Dar o biberão ao bebé, Preparar as festas de aniversário) e cinco tomadas de decisão de âmbito familiar (Decidir comprar uma casa, Decidir o que fazer nos tempos livres, Decidir comprar um carro novo, Decidir o montante para o orçamento das férias, Decidir qual o programa de TV a ver).

As percentagens utilizadas para caracterizar as percentagens de participação dos cônjuges nas tarefas e decisões conjugais foram recolhidas no estudo de Poeschl & Serôdio (1998) de modo a que os valores apresentados fossem credíveis. Para ilustrar uma maior participação nas tarefas domésticas e parentais utilizámos a média arredondada das percentagens atribuídas às mulheres no referido estudo. No respeitante às decisões procedemos de forma idêntica, mas desta vez a percentagem de participação mais elevada utilizada foi aquela que no referido estudo havia sido atribuída aos homens.

Desta forma, utilizamos os valores seguintes:

Tarefas familiares: Lavar a roupa (Mulheres=90%; Homens=10%); Passar a ferro (Mulheres=95%; Homens=5%); Preparar as refeições (Mulheres=80%; Homens=20%); Arrumar os quartos (Mulheres=85%; Homens=15%); Limpar o pó (Mulheres=85%;

Homens=15%); Mudar as fraldas ao bebé (Mulheres=80%; Homens=20%); Vestir as crianças (Mulheres=75%; Homens=25%); Dar banho ao bebé (Mulheres=75%; Homens=25%); Dar o biberão ao bebé (Mulheres=70%; Homens=30%); Preparar as festas de aniversário (Mulheres=75%; Homens=25%)

Decisões familiares: Decidir comprar uma casa (Mulheres=40%; Homens=60%); Decidir o que fazer nos tempos livres (Mulheres=40%; Homens=60%); Decidir comprar um carro novo (Mulheres=30%; Homens=70%); Decidir o montante para o orçamento das férias (Mulheres=35%; Homens=65%); Decidir qual o programa de TV a ver (Mulheres=40%; Homens=60%).

Para induzir os diferentes tipos de organização familiar e caracterizar os cônjuges a avaliar (Filipe ou Cristina) foram efectuadas manipulações das percentagens de participação nas tarefas e decisões familiares apresentadas:

1. para caracterizar o cônjuge a avaliar na Condição Activa utilizamos as percentagens de participação das mulheres nas tarefas familiares e as percentagens de participação dos homens nas decisões familiares;
2. na Condição Executa o cônjuge a avaliar foi caracterizado a partir das percentagens de participação das mulheres nas tarefas e decisões familiares;
3. na Condição Dirige a caracterização do cônjuge em análise é feita a partir das percentagens de participação dos homens nas tarefas e decisões familiares;
4. na caracterização do cônjuge a avaliar na Condição Passiva utilizamos percentagens de participação dos homens nas tarefas familiares e as percentagens de participação das mulheres nas decisões familiares;
5. por último, na Condição Partilha apresentamos o cônjuge a avaliar com uma percentagem de participação de 50% em todas as tarefas e decisões familiares.

Após a página destinada à indução das condições do estudo (caracterização dos personagens: Filipe e Cristina), sucedem-se quatro partes sempre na mesma ordem.



Na primeira parte do questionário apresentamos uma lista de 20 traços de personalidade, com os quais os sujeitos devem exprimir o seu grau de acordo numa escala Likert de 7 pontos que varia de -3 = discordo totalmente a +3 = concordo totalmente (recodificada de 1 a 7).

Incluimos, nesta primeira parte:

1. 10 traços de personalidade: 5 Comuns (flexível, sensível, leal, paciente, compreensivo/a) e 5 Agênticos (corajoso/a, ambicioso/a, resistente, forte, tem capacidade de liderança) provenientes de um estudo realizado por Poeschl (1996);
2. 10 proposições relativas à necessidade de poder que foram retiradas do Factor: Sucesso, Poder e Competição da *Gender Role Conflict Scale I* (O'Neil, Helms, Gable, David & Wrightsman, 1986). Das treze proposições originais escolhemos as dez que apresentavam uma saturação próxima de .50 no referido factor. Algumas destas proposições já tinham sido aplicadas na população portuguesa por Poeschl e Serôdio (1998). Incluimos as proposições seguintes: Ter dinheiro faz parte da noção que o cônjuge<sup>3</sup> tem de uma pessoa bem sucedida; O cônjuge luta por ter mais êxito do que os outros; Ser mais esperto/a ou mais forte do que os outros é importante para o cônjuge; O cônjuge pensa que vencer é uma medida do seu mérito e do seu valor como pessoa; Por vezes o cônjuge define o seu valor pessoal pelo sucesso da sua carreira; Subir na carreira é importante para o cônjuge; O cônjuge sente frequentemente que precisa de ser responsável pelos que o/a rodeiam; O cônjuge gosta de se sentir superior aos outros; O cônjuge avalia a importância dos outros pelo seu nível de realização e sucesso; Para o cônjuge competir é a melhor forma de ter sucesso.

---

<sup>3</sup> No questionário a palavra cônjuge é substituída pelo nome do cônjuge (Filipe ou Cristina) que está a ser avaliado.

Na segunda parte do questionário pedimos aos sujeitos que expressem, em termos percentuais, qual o grau de participação que pensam que o cônjuge (Filipe ou Cristina) tem nas decisões em análise. Na escala utilizada 100% significa que o cônjuge em questão decide tudo e 0% significa que o cônjuge não participa na decisão .

Apresentamos uma lista de nove decisões de âmbito familiar. Três decisões foram retiradas da investigação de Poeschl e Serôdio (1998): (1) Decidir qual o número de filhos que vão ter; (2) Decidir qual a associação cultural ou desportiva onde vão inscrever os filhos; (3) Decidir qual a escola que os filhos vão frequentar. As restantes decisões foram elaboradas tendo por base o Código Civil Português nas suas disposições relativas ao Direito da Família. Metade das decisões apresentadas carecem de acordo mútuo do casal: (1) Decidir qual o local de residência da família (art.º 1673.º); (2) Decidir se vão repudiar uma herança ou legado (art.º 1683.º§1); (3) Decidir se vão revogar o contrato de arrendamento (art.º 1682.º-B) e metade são de carácter individual: (1) Decidir como é que vão ser administrados os proventos do próprio trabalho (1678.º § 2 a); (2) Decidir qual a profissão que vai exercer (art.º 1677.º-D); (3) Decidir se contrai um empréstimo em seu nome (art. 1690.º§1 ).

Na terceira parte pedimos aos sujeitos para indicarem a intensidade de emoções que o cônjuge em questão lhes desperta numa escala de 7 pontos, onde 1 significa que o sentimento despertado é "nada forte" e 7 significa que o sentimento despertado é "muito forte".

A avaliação das emoções despertadas pelos cônjuges é feita através de uma lista de dez emoções provenientes da Escala de Izard (Isen, 1987) seleccionadas a partir do estudo que apresentamos (ponto 4.2.) com base nos critérios seguintes: não apresentarem diferenças entre os dois grupos de sujeitos e serem distribuídas pelos factores encontrados. Assim utilizamos três emoções que saturam o Factor 1 (Emoções Negativas): Curiosidade, Desprezo, Repugnância; três emoções que saturam o Factor 2 (Emoções Depressivas): Tristeza, Timidez, Medo; duas emoções que saturam o Factor 3

(Admiração): Espanto, Surpresa; e duas emoções que saturam o Factor 4 (Emoções Positivas): Alegria, Felicidade.

Na quarta parte propomos aos sujeitos que nos digam qual o seu grau de acordo com as afirmações que apresentamos de seguida, utilizando para tal uma escala Likert de 7 pontos que varia de -3 = discordo totalmente a +3 = concordo totalmente (recodificada de 1 a 7).

Os sujeitos devem manifestar o seu acordo relativamente a dezoito escalas: doze destinadas a fazer uma avaliação dos cônjuges e seis destinadas a avaliar o nível de igualitarismo dos sujeitos.

Os cônjuges são avaliados em função da:

- (1) Estabilidade no casamento (Têm um casamento estável; É provável que se venham a divorciar; É provável que tenham muitos conflitos);
- (2) Satisfação no casamento (A organização familiar adoptada contribui para a harmonia familiar; A repartição das tarefas familiares dá-lhes satisfação, O cônjuge está satisfeito(o) com a sua participação nas tarefas familiares);
- (3) Justiça (A repartição das tarefas familiares é justa; A participação do cônjuge nas tarefas familiares é justa);
- (4) Tipicidade que os sujeitos da amostra lhes atribuem (O cônjuge corresponde à mulher/homem típico/a; O Filipe e a Cristina correspondem a um casal típico);
- (5) Idealidade que os sujeitos da amostra lhes atribuem (O Filipe e a Cristina correspondem a um casal ideal; O cônjuge corresponde à mulher/homem ideal).

O nível de igualitarismo dos sujeitos é avaliado a partir dos itens seguintes, retirados de Poeschl & Serôdio (1998): (1) Os homens e as mulheres têm competências diferentes; (2) Há actividades que correspondem mais às capacidades dos homens ou das mulheres; (3) Por várias razões, a partilha igualitária das tarefas familiares entre os dois cônjuges é uma ideia pouco realista; (4) Por uma questão de princípio, o homem e a mulher devem partilhar as tarefas familiares; (5) Homem e Mulher possuem idêntica competência para

tomar decisões; (6) Por uma questão de princípio, no casal o homem e a mulher devem partilhar o poder.

#### **4.7. Procedimento**

Os sujeitos foram recrutados em várias escolas preparatórias e secundárias do Distrito de Braga e do Distrito do Porto. Após terem concordado em participar na investigação, os sujeitos responderam individualmente ao questionário que lhes foi apresentado.

#### **4.8. Tratamentos efectuados**

Para cada domínio analisado (descrições, decisões, afectos e avaliações gerais) as respostas dos sujeitos foram submetidas a uma análise factorial em componentes principais com rotação varimax. Em seguida, construímos, a partir dos factores encontrados, diferentes escalas que nos permitiram calcular as várias avaliações médias dos sujeitos por dimensões. Finalmente, aplicamos várias análises da variância sobre estas médias para determinar as diferenças significativas em função das três variáveis independentes incluídas no nosso plano experimental: Sexo dos Sujeitos, Cônjuge Descrito e Condição Experimental.

## **Capítulo 5 - Resultados e discussão**

Os resultados são apresentados em função das quatro partes do questionário: (1) caracterização dos cônjuges; (2) decisões familiares; (3) emoções despertadas e (4) avaliação dos cônjuges como casal e avaliação do nível de igualitarismo dos sujeitos. Em anexo, apresentamos um quadro síntese dos resultados nas diferentes escalas por Condição Experimental, Sexo e Cônjuge (Anexo 2).

### **5.1 - Caracterização dos Cônjuges**

Na primeira parte do nosso questionário, consideramos a necessidade de poder, sucesso e competição e duas dimensões do papel de género: traços agênticos e traços comunais. Para verificar a existência destas dimensões efectuamos uma análise factorial em componentes principais. A análise extraiu três factores com um valor próprio superior a um e que explicam 61.3% da variância total.

O Quadro 4 apresenta estes factores após rotação varimax. O primeiro factor é composto pelos itens relativos à necessidade de poder, sucesso e competição, o segundo factor agrupa os traços comunais, e o terceiro factor agrupa os traços agênticos. As médias atribuídas pelo conjunto dos sujeitos aos itens são apresentadas também no Quadro 4. A análise factorial realça a organização dos itens que havíamos previsto.

Quadro 4 - Dimensões extraídas pela análise factorial em componentes principais. Saturação, média e desvio - padrão dos itens (1 = discordo totalmente, 7= concordo totalmente). Alpha de Cronbach.

	Saturação	Média	Desvio Padrão
<b>Factor 1: Necessidade de Poder, Sucesso e Competição (32,4%)</b>			
O cônjuge luta por ter mais êxito do que os outros.	.77	4.07	1.59
Para o cônjuge competir é a melhor forma de ter sucesso.	.77	3.96	1.66
Ter dinheiro faz parte da noção que o cônjuge tem de uma pessoa bem sucedida.	.76	4.40	1.47
Por vezes o cônjuge define o seu valor pessoal pelo sucesso da sua carreira.	.76	4.33	1.37
Subir na carreira é importante para o cônjuge.	.68	4.62	1.54
Ser mais esperto/a ou mais forte do que os outros é importante para o cônjuge.	.66	4.07	1.48
O cônjuge pensa que vencer é uma medida do mérito e do seu valor pessoal.	.58	4.64	1.64
O cônjuge avalia a importância dos outros pelo seu nível de realização e sucesso.	.54	4.38	1.38
	Média	4.31	
Alpha de Cronbach = .88			
<b>Factor 2: Comunalidade (21,5%)</b>			
É sensível.	.83	4.68	1.60
É paciente.	.82	4.81	1.73
É compreensivo.	.80	4.58	1.72
É flexível.	.76	4.30	1.71
É leal.	.70	4.77	1.28
	Média	4.63	
Alpha de Cronbach = .87			
<b>Factor 3: Agenticidade (7,4%)</b>			
É corajoso.	.78	4.38	1.66
Tem capacidade de liderança.	.78	4.31	1.98
É forte.	.77	4.65	1.56
É resistente	.69	4.92	1.48
É ambicioso.	.65	4.29	1.71
Sente frequentemente que precisa de ser responsável pelos outros.	.52	4.86	1.61
	Média	4.57	
Alpha de Cronbach = .84			

Nota: Foi retirado o item "Gosta de se sentir superior aos outros", por ter saturação elevada em mais do que um factor.

Uma vez que os valores dos alphas de Cronbach são elevados, como podemos ver ainda no Quadro 4, constituímos três escalas: necessidade de poder, sucesso e competição, comunalidade e agenticidade.

Efectuamos uma análise de variância sobre as médias das três escalas para saber se a Pertença Sexual, a Condição Experimental e o Cônjuge descrito influenciam o grau de acordo com as escalas consideradas. Os resultados desta análise são apresentados no Quadro 5.

Quadro 5 - Médias atribuídas por Condição Experimental e por Cônjuge nos traços de personalidade e na necessidade de poder, sucesso e competição. Análise da Variância.

	Activa		Executa		Dirige		Passiva		Partilha	
	Filipe N=43	Cristina N=45	Filipe N=44	Cristina N=41	Filipe N=40	Cristina N=41	Filipe N=40	Cristina N=43	Filipe N=40	Cristina N=41
Agenticidade	5.25	5.81	3.69	4.83	4.31	5.31	3.36	3.54	4.86	4.67
Comunalidade	4.73	4.55	5.64	5.76	3.41	3.45	4.52	3.79	5.72	4.68
Necessidade de Poder, Sucesso e Competição	4.47	4.74	3.16	3.95	5.02	5.02	3.84	4.44	4.01	4.46

Análise da variância

	Condição	Cônjuge	Sexo	Condição X Cônjuge	Condição X Sexo	Cônjuge X Sexo	Condição X Cônjuge X Sexo
	F (4,398)	F (1,398)	F (1,398)	F (4,398)	F (4,398)	F (1,398)	F (4,398)
Agenticidade	53.79***	33.08***	.20	6.89***	.58	.38	1.93
Comunalidade	65.34***	13.01***	.56	5.37***	1.27	9.47**	2.95*
Necessidade de Poder, Sucesso e Competição	27.41***	20.50***	.06	2.28	.44	.34	1.42

\*. p< .05; \*\*. p< .01; \*\*\*. p< .001

De modo a promover uma maior inteligibilidade dos dados, descrevemos os efeitos significativos, principais e de interacção, para cada uma das dimensões consideradas no questionário: agenticidade, comunalidade e necessidade de poder, sucesso e competição.

## Agenticidade

Relativamente ao efeito significativo de Cônjuge, como podemos verificar no Quadro 5, os sujeitos consideram a Cristina mais agêntica do que o Filipe (Cristina, Média=4.84; Filipe, Média=4.30).

O efeito principal significativo de Condição indica que na situação Activa os cônjuges são descritos como mais agênticos (Média=5.54) do que nas situações Dirige (Média=4.82) e Partilha (Média=4.76), onde são descritos como mais agênticos do que na situação Executa (Média=4.24), nesta situação os cônjuges são descritos como mais agênticos do que na condição Passiva (Média=3.45,  $p<.05$  segundo o teste t de Student).

O efeito de interacção Condição por Cônjuge revela que existem diferenças estatisticamente significativas entre as médias dos cônjuges nas condições Activa (Cristina, Média=5.81; Filipe, Média=5.25;  $t(74,88)=3.02$ ,  $p<.01$ ), Executa (Cristina, Média=4.83; Filipe, Média=3.69;  $t(83)=5.29$ ,  $p<.001$ ) e Dirige (Cristina, Média=5.31; Filipe, Média=4.31;  $t(79)=4.39$ ,  $p<.001$ ). Verificamos, no Quadro 5, que o Filipe é descrito como mais agêntico nas condições Activa (Média=5.25) e Partilha (Média=4.86) do que na situação Dirige onde é descrito como mais agêntico do que nas condições Executa (Média=3.69) e Passiva (Média=3.36;  $p<.05$ , segundo o teste t de Student), que por sua vez não diferem entre si. Verificamos ainda no mesmo Quadro 5, que a Cristina é descrita como mais agêntica na condição Activa (Média=5.81) do que na condição Dirige (Média=5.31). Quando Dirige é mais agêntica do que nas condições, Executa (Média=4.83), Partilha (Média=4.67) em que é mais agêntica do que na condição Passiva (Média=3.54, todas as diferenças são significativas a  $p<.05$  segundo o teste t de Student).



### Comunalidade

O efeito significativo de Cônjuge indica que os sujeitos consideram o Filipe mais comunal do que a Cristina (Filipe, Média=4.82; Cristina, Média=4.44).

Verificamos que o efeito principal significativo de Condição indica que na situação Executa (Média=5.70) os cônjuges são descritos como mais comunais do que na situação Partilha (Média=5.19). Nesta condição os cônjuges são descritos como mais comunais do que na situação Activa (Média=4.64) onde são descritos como mais comunais do que nas condições Passiva (Média=4.14) e nesta condição os cônjuges são descritos como mais comunais do que na situação Dirige (Média=3.43, todos os  $p < .05$ , segundo o teste t de Student).

O efeito de interacção Condição por Cônjuge indica que nas condições Passiva (Filipe, Média=4.52; Cristina, Média=3.79;  $t(81)=2.97$ ,  $p < .01$ ) e Partilha (Filipe, Média=5.72; Cristina, Média=4.68;  $t(79)=5.95$ ,  $p < .001$ ) o Filipe é significativamente mais comunal do que a Cristina. Como podemos constatar no Quadro 5, o Filipe é descrito como mais comunal nas condições Partilha (Média=5.72) e Executa (Média=5.64) do que nas condições Activa (Média=4.73) e Passiva (Média=4.52), em que ele é descrito como mais comunal do que na situação Dirige (Média=3.41;  $p < .05$ , segundo o teste t de Student). O mesmo quadro mostra ainda que a Cristina é descrita como mais comunal na condição Executa (Média=5.76) do que na condição Partilha (Média=4.68) e Activa (Média=4.55). Nesta condição ela foi descrita como mais comunal do que nas condições Passiva (Média=3.79) e Dirige (Média=3.45, todos os  $p < .05$ , segundo o teste t de Student).

Em relação ao efeito de interacção Cônjuge por Sexo verificamos que os Homens consideram que o Filipe é significativamente mais comunal do que a Cristina (Filipe, Média=4.98; Cristina, Média=4.32;  $t(212)=3.62$ ,  $p < .001$ ).

O efeito de interação Condição por Cônjuge por Sexo explica as diferenças entre Filipe e Cristina pelas respostas recolhidas em três condições experimentais: (a) quando o cônjuge Dirige, Cristina é percebida como menos comunal do que Filipe pelos sujeitos masculinos (Cristina, Média=2.92; Filipe, Média=3.69  $t(40)=2.05$ ,  $p<.05$ ), enquanto que Filipe é percebido como menos comunal do que Cristina pelos sujeitos femininos (Filipe, Média=3.11; Cristina, Média=4.01,  $t(37)=2.16$ ,  $p<.05$ ); (b) quando o cônjuge é Passivo, os sujeitos masculinos consideram que Cristina é menos comunal do que Filipe (Cristina, Média=3.52; Filipe, Média=4.77  $t(41)=3.52$ ,  $p<.01$ ); (c) quando Partilha, Filipe é considerado pelo conjunto dos sujeitos como mais comunal do que a Cristina (Filipe, Média=5.72; Cristina, Média=4.68;  $t(79)=5.95$ ,  $p<.001$ ).

#### Necessidade de Poder Sucesso e Competição

Os resultados revelam que os sujeitos consideram que a Cristina tem mais necessidade de poder, sucesso e competição do que o Filipe (Cristina, Média=4.53; Filipe, Média=4.09).

O efeito principal significativo de Condição indica que na situação Dirige (Média=5.02) os cônjuges são descritos com uma necessidade de poder, sucesso e competição maior do que na situação Activa (Média=4.61) onde eles são descritos como tendo mais necessidade de poder sucesso e competição do que nas condições Partilha (Média=4.23) e Passiva (Média=4.15). Nestas condições os cônjuges não diferem entre si, mas são descritos como tendo mais necessidade de poder, sucesso e competição do que na condição Executa (Média=3.54, todas as diferenças referidas são significativas a  $p<.05$  segundo o teste  $t$  de Student).

Os resultados sugerem em termos globais que a agenticidade e a necessidade de poder sucesso e competição se encontram associadas ao poder de decisão, uma vez que nas

condições experimentais onde os cônjuges são apresentados com mais poder de decisão são avaliados com pontuações mais elevadas pelo conjunto dos sujeitos. Os dados sugerem ainda que a comunalidade se opõe à agentividade e à necessidade de poder sucesso e competição. Com efeito, a comunalidade encontra-se associada à realização das tarefas domésticas e parentais dado que os cônjuges são avaliados como mais comunais nas condições experimentais onde têm uma maior participação nessas tarefas.

Globalmente a Cristina é considerada menos comunal, mais agêntica e com maior necessidade de poder sucesso e competição do que o Filipe. No entanto a maior agentividade da Cristina é devida as pontuações que obteve nas condições Activa, Executa e Dirige onde é considerada significativamente mais agêntica do que o Filipe. A menor comunalidade da Cristina decorre do Filipe ser avaliado como mais comunal do que a Cristina nas condições Passiva e Partilha.

As avaliações que os homens e as mulheres fazem de Filipe e Cristina não diferem excepto na comunalidade e para as condições Dirige e Passiva. Na condição Dirige os homens consideram a Cristina menos comunal do que o Filipe e as mulheres consideram o Filipe menos comunal do que a Cristina. Quando o cônjuge é Passivo os homens consideram a Cristina menos comunal do que o Filipe.

## **5.2 - Decisões Familiares**

Na segunda parte do questionário consideramos três tipos de decisões: (1) decisões que envolvem os filhos, (2) decisões de carácter individual, (3) decisões que carecem de acordo mútuo.

Para verificar a existência desses tipos de decisões efectuamos uma análise factorial em componentes principais. A análise extraiu apenas um factor que agrupa todos os itens, o que pode significar que os sujeitos entendem as decisões no seio da família duma forma

global. Este factor, que denominamos de decisões familiares, tem um valor próprio superior a um e explica 66.5% da variância total. No Quadro 6 apresentamos o factor, após rotação varimax..

Quadro 6 - Dimensão das decisões familiares extraída por análise factorial em componentes principais. Saturação, média e desvio - padrão dos itens (0% = não participa na decisão, 100% = decide tudo). Alpha de Cronbach.

<b>Factor 1: Decisões Familiares (66,5%)</b>	<b>Saturação</b>	<b>Média</b>	<b>Desvio Padrão</b>
Decidir como vão ser administrados os proventos do próprio trabalho.	.87	59.44	22.80
Decidir se vão revogar o contrato de arrendamento.	.87	52.67	20.61
Decidir qual o local de residência da família.	.86	52.74	18.86
Decidir qual a escola que os filhos vão frequentar.	.83	53.49	20.70
Decidir se vão repudiar uma herança ou legado.	.83	53.37	21.79
Decidir se contrai um empréstimo em seu nome.	.82	55.07	23.68
Decidir qual o número de filhos que vão ter.	.79	53.70	22.10
Decidir inscrever os filhos numa associação cultural ou desportiva.	.72	50.80	21.11
Decidir qual a profissão que vai exercer.	.72	70.08	24.93
	Média	55.71	
Alpha de Cronbach = .94			

Nas decisões familiares verificamos que a escolha da profissão se destaca como sendo a decisão à qual, em média, os sujeitos atribuem uma maior percentagem, 70.08%. Todas as restantes percentagens atribuídas variam entre os 59.44% para a decisão sobre a administração dos proventos do próprio trabalho e os 50.80%, para a decisão sobre a inscrição dos filhos numa associação cultural ou desportiva.

Constatamos que decisões que em média obtêm uma percentagem mais elevada correspondem às decisões de carácter individual: Decidir qual a profissão que o próprio vai exercer (70.08%), Decidir como vão ser administrados os proventos do próprio trabalho (59.44%) e Decidir se contrai um empréstimo em seu nome (55.07%).

Uma vez que o valor do alpha de Cronbach é elevado, como se pode ver no Quadro 6, constituímos uma única escala: decisões familiares. Efectuamos uma análise de

variância sobre as médias da escala para saber se a Pertença Sexual, a Condição Experimental e o Cônjuge descrito interferem com a percentagem atribuída às decisões familiares. O resultado desta análise, como podemos verificar no Quadro 7, apenas revela efeitos principais significativos de Cônjuge, Sexo e Condição Experimental.

Quadro 7 - Médias por Condição Experimental e por Cônjuge na decisões familiares. Análise da variância.

	Activa		Executa		Dirige		Passiva		Partilha	
	Filipe N=43	Cristina N=45	Filipe N=44	Cristina N=41	Filipe N=40	Cristina N=41	Filipe N=40	Cristina N=43	Filipe N=40	Cristina N=41
Decisões Familiares	66.06	71.27	38.38	46.30	66.98	73.62	38.97	43.40	54.58	57.20

Análise da variância

	Condição	Cônjuge	Sexo	Condição X Cônjuge	Condição X Sexo	Cônjuge X Sexo	Condição X Cônjuge X Sexo
	F (4,398)	F (1,398)	F (1,398)	F (4,398)	F (4,398)	F (1,398)	F (4,398)
Decisões Familiares	109.40***	21.69***	13.99***	.53	.96	3.20	.81

\*: p< .05, \*\*: p< .01, \*\*\*: p< .001

O efeito significativo de Cônjuge e o efeito significativo de Sexo vão no mesmo sentido. Os sujeitos consideram que a Cristina tem mais poder de decisão do que o Filipe (Cristina: Média=58.46%; Filipe: Média=52.90%). As mulheres atribuem uma percentagem de decisão aos cônjuges superiores às atribuídas pelos homens (Mulheres: Média=57.71%; Homens: Média=53.79%).

O efeito principal significativo de condição indica que nas situações Dirige (Média=70.34%) e Activa (Média=68.73%) os cônjuges são descritos como tendo mais poder de decisão do que na condição Partilha (Média=55.90%) onde são descritos como tendo mais poder de decisão do que nas situações Executa (Média=42.20%) e Passiva (Média=41.26%, todas as diferenças apresentadas são significativas segundo o teste t de Student para p<.05).

Os dados sugerem que as decisões familiares se encontram associadas ao sexo feminino e que no âmbito familiar, quanto maior é o poder efectivo (percentagens de participação nas decisões fornecidas na caracterização dos cônjuges) maior é o poder percebido (percentagens nas decisões atribuídas pelos sujeitos a Filipe e Cristina).

### **5.3 - Emoções Despertadas**

Para verificar a existência das dimensões consideradas na terceira parte do nosso questionário: emoções positivas, depressivas, admiração e emoções negativas, efectuamos uma análise factorial em componentes principais. A análise extraiu três factores com um valor próprio superior a 1 e que explicam 70.4% da variância total. Estes factores fazem sobressair dimensões ligeiramente diferentes das que tínhamos previsto, mas que vão no mesmo sentido. O Quadro 8 apresenta estes factores após rotação varimax.

O primeiro factor, que denominamos de emoções negativas, organiza-se com base em emoções de tonalidade negativa e agrupa as emoções Repugnância, Desprezo, Medo e Tristeza. O segundo factor, que denominamos de surpresa, agrupa as emoções de Surpresa, Espanto e Curiosidade. Por último, o terceiro factor, que denominamos de emoções positivas, agrupa as emoções Alegria e Felicidade.

Como podemos verificar no Quadro 8, as emoções de surpresa (Média=3.75) e as emoções positivas (Média=3.62) são em média despertadas numa intensidade superior às negativas (Média=2.82). Globalmente, verificamos que a ressonância em termos de emoções não foi elevada uma vez os valores médios, relativamente às diferentes emoções, oscilaram entre 2.63 para o Medo e 3.79 para a Surpresa.

Quadro 8 - Dimensões emocionais extraídas pela análise factorial em componentes principais. Saturação, média e desvio - padrão dos itens (1 = nada forte, 7 = muito forte). Apha de Cronbach.

	Saturação	Média	Desvio Padrão
<b>Factor 1: Emoções Negativas (29,4%)</b>			
Repugnância	.84	2.75	1.72
Desprezo	.78	2.74	1.76
Medo	.70	2.63	1.75
Tristeza	.67	3.17	1.62
	Média	2.82	
Alpha de Cronbach = .75			
<b>Factor 2: Surpresa (25,7%)</b>			
Surpresa	.90	3.79	1.83
Espanto	.89	3.71	1.85
Curiosidade	.62	3.76	1.78
	Média	3.75	
Alpha de Cronbach = .77			
<b>Factor 3: Emoções Positivas (15,3%)</b>			
Alegria.	.92	3.68	1.64
Felicidade.	.92	3.57	1.72
	Média	3.63	
Alpha de Cronbach = .88			

Nota: Foi retirada a emoção "Timidez" por ter fraca correlação com as outras emoções.

Atendendo aos valores elevados dos alphas de Cronbach, como podemos ver no Quadro 8, constituímos três escalas: emoções negativas, emoções de surpresa e emoções positivas. Efectuamos uma análise de variância sobre as médias das três escalas para saber se a Pertença Sexual, a Condição Experimental e o Cônjuge descrito influenciam a intensidade das emoções despertadas. Os resultados desta análise e as médias atribuídas pelo conjunto dos sujeitos são apresentados no Quadro 9.

Quadro 9 - Médias das emoções despertadas por Condição Experimental e por Cônjuge. Análise da variância.

	Activa		Executa		Dirige		Passiva		Partilha	
	Filipe N=43	Cristina N=45	Filipe N=44	Cristina N=41	Filipe N=40	Cristina N=41	Filipe N=40	Cristina N=43	Filipe N=40	Cristina N=41
Emoções Negativas	2.11	2.12	2.16	2.23	2.49	2.66	2.56	2.53	1.80	1.96
Surpresa	4.36	4.05	4.05	3.46	2.75	4.18	3.33	3.48	4.11	3.67
Emoções Positivas	3.28	3.81	3.77	3.83	2.96	3.21	3.34	3.07	4.79	4.22

Análise da Variância

	Condição	Cônjuge	Sexo	Condição X Cônjuge	Condição X Sexo	Cônjuge X Sexo	Condição X Cônjuge X Sexo
	F (4,398)	F (1,398)	F (1,398)	F (4,398)	F (4,398)	F (1,398)	F (4,398)
Emoções Negativas	6.93***	.69	.29	.20	.86	.45	2.70*
Surpresa	4.47**	.26	10.96**	6.69***	1.62	.52	2.08
Emoções Positivas	11.11***	.00	.77	1.62	.13	.44	.59

\*.  $p < .05$ ; \*\*.  $p < .01$ ; \*\*\*.  $p < .001$ , segundo o teste t de Student.

Em seguida apresentamos os efeitos principais de Cônjuge, Sexo e Condição e interacções existentes separadamente para cada uma das escalas consideradas.

Emoções negativas

O efeito principal significativo de Condição, indica que nas condições Dirige (Média=2.58) e Passiva (Média=2.54) os Cônjuges despertam mais emoções negativas do que nas situações Executa (Média=2.20) e Activo (Média=2.12). Na condição Executa despertam mais emoções negativas do que na situação de Partilha (Média=1.88,  $p < .05$  segundo o teste t de Student).

O efeito de interacção Condição por Cônjuge por Sexo indica que existem diferenças estatisticamente significativas na condição Partilha, entre os homens e as mulheres quando estes avaliam o cônjuge feminino. A Cristina desperta mais emoções negativas



nos sujeitos femininos do que nos sujeitos masculinos (Cristina: Mulheres, Média=2.49; Homens, Média=1.49,  $t(28)=2.99$ ,  $p<.01$ )

### Surpresa

Os resultados indicam que em média as mulheres ficam mais surpreendidas do que os homens (Mulheres: Média=4.00; Homens: Média=3.52).

O efeito principal significativo de Condição indica que na situação Activa (Média=4.20) os cônjuges despertam mais surpresa do que na situações Dirige (Média=3.47) e Passiva (Média=3.40). Na situação Partilha (Média=3.88) eles despertam mais surpresa do que na situação Passiva (todos os  $p<.05$ , segundo o teste  $t$  de Student). Não existem diferenças estatisticamente significativas entre condição Executa (Média=3.76) e as restantes condições.

O efeito de interacção Condição por Cônjuge indica que apenas existem diferenças estatisticamente significativas entre as médias dos cônjuges na condição Dirige, na qual a Cristina é significativamente mais surpreendente do que o Filipe (Cristina, Média=4.18; Filipe, Média=2.75,  $t(79)=4.51$ ,  $p<.001$ ). O cônjuge Filipe é descrito como mais surpreendente nas situações Activa (Média=4.36), Partilha (Média=4.11) e Executa (Média=4.05) do que nas situações Passiva (Média=3.33) e Dirige (Média=2.75,  $p<.05$ , segundo o teste  $t$  de Student). A Cristina é descrita tendencialmente como mais surpreendente na situação em que Dirige (Média=4.18) do que nas situações em que é Passiva (Média=3.48) ou Executa (Média=3.46,  $p<.08$ , segundo o teste  $t$  de Student).

### Emoções positivas

O efeito principal significativo de Condição indica que na situação Partilha (Média=4.50) os cônjuges despertam mais emoções positivas do que nas situações Executa (Média=3.80) e Activa (Média=3.55), na condição Executa despertam mais emoções

positivas do que em Passiva (Média=3.20) e Dirige (Média=3.09). Por último existe ainda uma diferença significativa entre a situação Activa e Dirige (todas as diferenças referidas têm um  $p < .05$ , segundo o teste t de Student).

Os dados sugerem que as emoções negativas estão associadas a uma baixa participação nas tarefas familiares (condição Dirige e Passiva) e que a participação nas tarefas familiares desperta emoções positivas. Na situação Partilha, onde existe divisão equitativa de tarefas e decisões familiares, os cônjuges despertam mais emoções positivas e menos emoções negativas do que em todas as outras situações. Nesta condição, observa-se que a Cristina desperta mais emoções negativas nas mulheres do que nos homens.

Os dados sugerem ainda que as mulheres ficam mais surpreendidas do que os homens e que os cônjuges são mais surpreendentes quando não cumprem as expectativas associadas ao papel de género. Isto é, os sujeitos ficam mais surpreendidos quando o Filipe executa tarefas familiares e quando a Cristina não executa tarefas familiares e em simultâneo tem poder de decisão. No entanto, a Cristina é considerada significativamente mais surpreendente do que o Filipe apenas na condição Dirige.

#### **5.4 - Avaliação dos cônjuges como casal e avaliação do nível de igualitarismo dos sujeitos**

Por último, consideramos no questionário a satisfação, estabilidade e justiça no casamento, a tipicidade e a idealidade, e ainda, o nível de igualitarismo dos sujeitos. De forma a verificar a existência destas dimensões, efectuámos uma análise factorial em componentes principais. Esta análise extraiu 4 factores, com um valor próprio superior a um, que explicam 63.4% da variância total. Estes factores são apresentados após rotação varimax, no Quadro 10.

Quadro 10 - Dimensões da avaliação dos cônjuges como casal e dimensões do nível de igualitarismo, extraídas por análise factorial em componentes principais. Saturação, média e desvio - padrão dos itens (1 = discordo totalmente, 7 = concordo totalmente). Alpha de Cronbach.

	Saturação	Média	Desvio Padrão
<b>Factor 1: Idealidade (33,3%)</b>			
A organização familiar adoptada pelos cônjuges contribui para a harmonia familiar	.85	3.61	1.76
Os cônjuges formam um casal ideal	.84	3.17	1.77
Têm um casamento estável	.82	3.75	1.44
A participação do cônjuge nas actividades familiares é justa	.80	2.94	1.75
O cônjuge corresponde ao homem/mulher ideal	.78	2.85	1.80
A repartição das tarefas familiares entre os cônjuges é justa	.76	2.64	1.73
A repartição das tarefas familiares entre os cônjuges dá-lhes satisfação	.72	3.77	1.42
A participação do cônjuge nas actividades familiares dá-lhe satisfação	.62	3.89	1.72
É provável que os cônjuges não se venham a divorciar *)	.61	3.91	1.63
É provável que os cônjuges não tenham muitos conflitos *)	.59	3.72	1.57
	Média	3.43	
Alpha de Cronbach = .91			
<b>Factor 2: Igualdade de direitos (12,5%)</b>			
Homem e mulher possuem idêntica competência para tomar decisões.	.78	5.92	1.36
Por uma questão de princípio, o homem e a mulher devem partilhar as tarefas familiares.	.77	6.19	1.01
Por uma questão de princípio, no casal o homem e a mulher devem partilhar o poder.	.71	5.83	1.27
	Média	5.98	
Alpha de Cronbach = .65			
<b>Factor 3: Tipicidade (10,4%)</b>			
O cônjuge corresponde ao homem/mulher típico/a	.93	2.93	1.94
Os cônjuges formam um casal típico.	.92	3.11	1.84
	Média	3.02	
Alpha de Cronbach = .86			
<b>Factor 4: Igualdade de Competências (7,2%) **</b>			
Não há actividades que correspondem mais às capacidades dos homens ou das mulheres *)	.87	3.82	1.97
Os homens e as mulheres não têm competências diferentes *)	.85	4.21	1.96
	Média	4.02	
Alpha de Cronbach = .71			

\*) Itens após reconversão

\*\* Foi retirado o item "Por várias razões a partilha igualitária das tarefas familiares entre os cônjuges é uma ideia pouco realista" por ser ambiguo e a sua eliminação melhorar o alpha de Cronbach.

No primeiro factor foram agrupados os itens referentes à satisfação, estabilidade e justiça no casamento e idealidade. Estes itens, no seu conjunto, veiculam uma

representação de casal ideal. O factor dois, que denominamos de igualdade de direitos, agrupa os itens que fazem apelo à igualdade de direitos entre homens e mulheres, e foi aquele que em média apresentou uma maior pontuação por parte dos sujeitos. O terceiro factor, tipicidade, agrupa os itens que havíamos previsto para a avaliação da tipicidade. Por último, o factor 4, que denominamos de igualdade de competências, agrupa os itens que dizem respeito à igualdade de competências entre homens e mulheres.

Atendendo a que os valores dos alpha de Cronbach são elevados, como podemos ver no Quadro 10, constituímos escalas, procedendo de forma idêntica à anteriormente descrita. Apresentamos no Quadro 11 as médias atribuídas pelo conjunto dos sujeitos às diferentes escalas assim como os resultados da análise da variância, nestas médias.

Quadro 11 - Médias por Condição Experimental e por Cônjuge na tipicidade e idealidade do casal, igualdade de direitos e igualdade de competências dos sujeitos. Análise da variância.

	Activa		Executa		Dirige		Passiva		Partilha	
	Filipe N=43	Cristina N=45	Filipe N=44	Cristina N=41	Filipe N=40	Cristina N=41	Filipe N=40	Cristina N=43	Filipe N=40	Cristina N=41
Idealidade	3.36	3.13	3.43	3.52	2.76	2.75	3.34	2.69	4.81	4.57
Tipicidade	1.97	3.38	1.89	5.29	5.09	2.08	3.55	2.44	2.06	2.65
Igualdade Direitos	6.07	5.91	6.08	6.24	6.07	6.01	5.71	5.96	5.89	5.85
Igualdade Competências	4.15	4.14	3.98	4.32	4.51	4.21	3.94	3.72	3.87	3.33

Análise da Variância

	Condição	Cônjuge	Sexo	Condição X Cônjuge	Condição X Sexo	Cônjuge X Sexo	Condição X Cônjuge X Sexo
	F (4,398)	F (1,398)	F (1,398)	F (4,398)	F (4,398)	F (1,398)	F (4,398)
Idealidade	42.60***	3.82	1.81	1.59	.70	.08	1.77
Tipicidade	14.18***	3.61	.45	69.93***	.14	.95	.51
Igualdade Direitos	1.68	.16	18.56***	.66	.78	.39	.67
Igualdade Competências	3.10*	.61	25.30***	1.02	4.93***	.07	1.02

\*. p< .05; \*\*. p< .01; \*\*\*. p< .001, segundo o teste t de Student.

Tal como nas situações anteriores apresentamos os efeitos principais e os efeitos de interacção existentes para cada uma das escalas: Idealidade; Tipicidade; Igualdade de Direitos e Igualdade de Competências.

### Idealidade

O efeito principal significativo de Condição indica que na situação Partilha (Média=4.69) os cônjuges são descritos como mais ideais do que na situação Executa (Média=3.47). Nesta condição são descritos como mais ideais do que na situação Passiva (Média=3.00) e Dirige (Média=2.75). Por sua vez na situação Activa (Média=3.24) os cônjuges são descritos como mais ideais do que na situação Dirige (todas as diferenças são significativas a  $p < .05$ , segundo o teste t de Student).

### Tipicidade

O efeito principal significativo de Condição indica que nas situações Dirige (Média=3.57) e Executa (Média=3.53) os cônjuges são descritos como mais típicos do que nas situações Passiva (Média=2.98) e Activa (Média=2.69). Na situação Passiva os cônjuges são descritos como mais típicos do que na situação Partilha (Média=2.36, todos os  $p < .05$ , segundo o teste t de Student).

O efeito de interacção Condição por Cônjuge revela que existem diferenças estatisticamente significativas entre as médias dos cônjuges nas cinco condições experimentais: (a) quando o cônjuge é Activo ou Executa ou Partilha a Cristina é considerada mais típica do que o Filipe (Activa: Cristina, Média=3.38; Filipe, Média=1.97,  $t(77,07) = 4.69$ ,  $p < .001$ ; Executa: Cristina, Média=5.29; Filipe, Média=1.89,  $t(83) = 14.45$ ,  $p < .001$ ; Partilha: Cristina, Média=2.65; Filipe, Média=2.06,  $t(79) = 2.19$ ,  $p < .05$ ); (b) quando o cônjuge Dirige ou é Passivo o Filipe é considerado mais típico do que a Cristina (Dirige: Filipe, Média=5.09; Cristina, Média=2.08,

$t(79)=10.65$ ,  $p<.001$ ; Passivo: Filipe, Média=3.55; Cristina, Média=2.44,  $t(81)=3.22$ ,  $p<.01$ )

Verificamos no Quadro 11 que o Filipe é descrito como mais típico na condição Dirige (Média=5.09) do que na condição Passiva (Média=3.55). Nesta condição é descrito como mais típico do que nas condições Partilha (Média=2.06), Activa (Média=1.97) e Executa (Média=1.89,  $p<.05$ , segundo o teste t de Student). Verificamos ainda que a Cristina é descrita como mais típica na condição em que Executa (Média=5.29) do que na condição Activa (Média=3.38), onde é descrita com mais típica do que nas condições Partilha (Média=2.65), Passiva (Média=2.44) e Dirige (Média=2.08,  $p<.05$ , segundo o teste t de Student).

Os dados sugerem que a condição Partilha é avaliada como a mais ideal. Por outro lado, a tipicidade varia de acordo com o cônjuge descrito e encontra-se mais associada à realização do trabalho familiar do que ao poder de decisão. Assim, a tipicidade no cônjuge feminino corresponde a uma percentagem de realização do trabalho familiar elevada e no cônjuge masculino corresponde a uma percentagem de realização do trabalho familiar mais baixa.

Antes de comentar os efeitos relativos aos dois últimos factores, procuramos estabelecer o perfil dos cônjuges ideais através das avaliações efectuadas a Filipe e Cristina nas diferentes escalas independentemente do sexo dos sujeitos. Para estabelecer este perfil utilizamos os valores atribuídos a Filipe e Cristina na condição Partilha uma vez que esta é considerada pelo conjunto dos sujeitos como a mais ideal.

No Quadro 12 e 13 recapitulamos as avaliações atribuídas ao Filipe e à Cristina nas diferentes escalas em função das cinco Condições experimentais.

Quadro 12 - Médias das avaliações nas Escalas por Condição para o Filipe.

	Activa	Executa	Dirige	Passivo	Partilha
Agenticidade	5.25 a	3,69 c	4.31 b	3.36 c	4.86 a
Comunalidade	4.73 b	5.64 a	3.41 c	4.52 b	5.72 a
Necessidade de poder, sucesso e competição	4.47 b	3.16 d	5.02 a	3.84 c	4.01 c
Decisões familiares	66.06 a	38.38 c	66.98 a	38.97 c	54.58 b
Emoções negativas	2.11 bc	2.16 abc	2.49 ab	2.56 a	1.79 c
Emoções positivas	3.28 bc	3.77 b	2.96 c	3.34 bc	4.79 a
Surpresa	4.36 a	4.05 a	2.75 b	3.33 b	4.11 a

Nota: As letras diferentes acompanham as médias significativamente diferentes segundo o teste t de Student.

Como podemos ver no Quadro 12, comparativamente com as outras condições experimentais, na situação Partilha, o cônjuge masculino é avaliado como mais agêntico e como mais comunal, desperta mais emoções positivas e de surpresa, tem menor necessidade de poder, sucesso e competição e desperta menos emoções negativas. É ainda descrito com um nível de poder de decisão muito próximo de uma divisão equitativa entre os cônjuges.

Quadro 13 - Médias das avaliações nas Escalas por Condição para a Cristina.

	Activa	Executa	Dirige	Passivo	Partilha
Agenticidade	5.81 a	4.83 c	5.31 b	3.54 d	4.67 c
Comunalidade	4.55 b	5.76 a	3.45 c	3.79 c	4.68 b
Necessidade de poder, sucesso e competição	4.74 ab	3.95 c	5.02 a	4.44 b	4.46 b
Decisões familiares	71.27 a	46.30 c	73.62 a	43.40 c	57.20 b
Emoções negativas	2.12 bc	2.23 abc	2.66 a	2.53 ab	1.96 c
Emoções positivas	3.81 ab	3.83 ab	3.21 bc	3.07 c	4.22 a
Surpresa	4.05 [ab]	3.46 [b]	4.18 [a]	3.48 [b]	3.67[ab]

Nota: As letras diferentes acompanham as médias significativamente diferentes segundo o teste t de Student.

[ ] indica que a diferença entre as médias é tendencialmente significativa.

A análise dos resultados expressos no Quadro 13 sugere um cônjuge feminino "ideal" a que corresponde uma avaliação intermédia de agenticidade, comunalidade, necessidade de poder sucesso e competição, desperta mais emoções positivas e menos emoções negativas. E, a exemplo do cônjuge masculino "ideal", apresenta um valor de decisões familiares próximo da repartição equitativa entre os cônjuges.

### Igualdade de direitos e Igualdade de competências

Independentemente da condição e do cônjuge avaliado verificamos que as mulheres são mais igualitaristas do que os homens (Igualdade de Direitos: Mulheres, Média=6.18; Homens: Média=5.79 e Igualdade de Competências: Mulheres, Média=4.43; Homens, Média=3.62).

Relativamente à igualdade de competências o efeito principal de Condição indica que na situação Dirige (Média=4.36) os sujeitos apresentam um nível de igualitarismo significativamente superior aos sujeitos que responderam na situação Passiva (Média=3.83), e tal como os sujeitos que responderam nas condições Activa (Média=4.15) e Executa (Média=4.14) apresentam um nível de igualitarismo significativamente superior aos sujeitos que responderam na situação Partilha (Média=3.59,  $p < .05$  segundo o teste t de Student).

O efeito de interacção Condição por Sexo revela que existem diferenças estatisticamente significativas entre as médias dos sujeitos em duas condições experimentais: as mulheres são significativamente mais igualitaristas em termos de igualdade de competências do que os homens nas condições Activa e Dirige (Activa: Mulheres, Média=4.73; Homens, Média=3.61,  $t(75,19) = 3.31$ ,  $p < .001$ ; Dirige: Mulheres, Média=5.40; Homens, Média=3.39,  $t(79) = 5.75$ ,  $p < .001$ ).

Na igualdade de competências, como podemos verificar no Quadro 14, não existem diferenças estatisticamente significativas entre o nível de igualitarismo dos homens nas



diferentes condições. Relativamente às mulheres, verificamos ainda no Quadro 14, que as mulheres que descreveram os cônjuges da situação Dirige (Média=5.40) apresentam níveis de igualitarismo significativamente superior às mulheres que descrevem as condições Executa (Médias=4.33), Passiva (Média=4.04) e Partilha (Média=3.63). Na condição Activa (Média=4.73) as mulheres apresentam um nível de igualitarismo significativamente superior ao das mulheres que respondem à situação Partilha (Média=3.63,  $p<.05$ , segundo o teste t de Student).

Quadro 14 - Médias relativas à igualdade de competências por Condição Experimental e por Sexo.

		Activa	Executa	Dirige	Passiva	Partilha
Igualdade Competências	Homens	3.61	3.94	3.39	3.63	3.56
	Mulheres	4.73 ab	4.33 bc	5.40 a	4.04 bc	3.63 c

Nota: As letras diferentes acompanham as médias significativamente diferentes segundo o teste t de Student.

Em suma, tal como na igualdade de direitos em termos globais as mulheres são mais igualitaristas do que os homens. No caso da igualdade de competências a diferença de nível de igualitarismo é devida às pontuações atribuídas pelas mulheres nas condições Activa e Dirige que são significativamente superiores às dos homens.

### 5.5 - Conclusão

De acordo com Eagly (1987) e Smoreda (1996) esperávamos que homens e mulheres utilizassem os mesmos estereótipos para descrever homens e mulheres. Pelo que na hipótese 1a é predito que não existam diferenças estatisticamente significativas nas avaliações dos cônjuges feitas por homens e mulheres. Os resultados indicam que não existem diferenças entre as avaliações dos homens e das mulheres quando estes avaliam os cônjuges relativamente à agenticidade, necessidade de poder, sucesso e competição, emoções positivas despertadas, tipicidade e idealidade. No entanto verificamos

diferenças estatisticamente significativas entre as avaliações dos sujeitos quando estes avaliam os cônjuges na comunabilidade, poder de decisão, surpresa e emoções negativas despertadas. Com base nos resultados obtidos a hipótese 1a é apenas parcialmente a confirmada.

Contrariamente às previsões expressas na hipótese 1b, os resultados em termos globais indicam que a Cristina é considerada como mais agêntica do que o Filipe e que este é descrito como mais comunal do que a Cristina. A Cristina é avaliada como tendo mais traços agênticos do que o Filipe devido as pontuações obtidas nas condições Activa, Executa e Dirige. O Filipe é considerado mais comunal do que a Cristina devido à comunabilidade que lhe é atribuída nas condições Passivo e Partilha.

Considerando que os homens manifestam mais a dimensão agêntica e as mulheres mais a dimensão comunal (Eagly, 1987), esperávamos (hipótese 1c) que os sujeitos ficassem mais surpreendidos quando o Filipe é apresentado com elevada percentagem de participação nas tarefas familiares e quando a Cristina tem uma baixa participação nessas tarefas. Os dados sugerem a confirmação desta hipótese uma vez que os sujeitos ficam mais surpreendidos com o Filipe nas condições em que ele executa tarefas familiares (Activa, Partilha e Executa) e a Cristina é tendencialmente mais surpreendente quando não executa tarefas familiares e em simultâneo tem poder de decisão (Dirige).

Com base no efeito de ricochete (Smoreda, 1996) e no efeito que a violação das expectativas (Jussim, Coloman & Lerch, 1987 in Smoreda, 1996) esperávamos que os cônjuges em situações inesperadas apresentassem uma acentuação das características do sexo oposto. Daí termos formulado o segundo conjunto de hipóteses.

A análise dos resultados indica que na condição Executa o Filipe não é considerado mais comunal do que Cristina e na condição Activa não é considerado mais comunal nem é avaliado com menor necessidade de poder, sucesso e competição do que a Cristina. Assim a hipótese 2a, onde esperávamos que o Filipe fosse considerado mais

comunal, com menor necessidade de poder, sucesso e competição e menos poder de decisão do que a Cristina nas condições Executa e Activa não é confirmada.

De acordo com o predito na hipótese 2b a Cristina é considerada mais agêntica e com mais poder de decisão do que o Filipe nas condições Dirige e Activa. No entanto, contrariamente a esta mesma hipótese a Cristina não é avaliada com maior necessidade de poder sucesso e competição do que o Filipe nas referidas condições.

Os dados sugerem que as decisões familiares se encontram associadas ao sexo feminino, o que infirma a hipótese 3 na qual esperávamos que o Filipe fosse globalmente avaliado com mais poder de decisão do que a Cristina.

De acordo com o predito na hipótese 4 os dados sugerem que a condição Partilha é avaliada como a mais ideal.

Os resultados obtidos na investigação sugerem ainda:

1. em termos globais a agenticidade encontra-se associada ao poder de decisão, uma vez que nas condições experimentais onde são apresentados com mais poder de decisão os cônjuges são avaliados como mais agênticos. Verificamos ainda que a necessidade de poder, sucesso e competição tal como a agenticidade está também associada ao poder de decisão e que tal como esta se opõe à comunalidade;
2. a comunalidade se encontra associada à realização das tarefas domésticas e parentais dado que os cônjuges são avaliados como mais comunais nas condições experimentais onde têm uma maior participação nas tarefas familiares;
3. quando um cônjuge tem poder de decisão em alguns domínios decide também nos outros domínios;
4. as emoções negativas estão associadas a uma baixa participação nas tarefas familiares (condição Passiva e Dirige) e que na condição de Partilha a Cristina desperta mais emoções negativas nas mulheres do que nos homens;

5. as mulheres ficam mais surpreendidas do que os homens e que os cônjuges são mais surpreendentes quando não cumprem as expectativas associadas ao papel de género;
6. a situação Partilha, onde existe divisão equitativa de tarefas e decisões familiares, é avaliada como a mais ideal e que os cônjuges nesta condição despertam mais emoções positivas do que em todas as outras. Os dados sugerem ainda que, globalmente, a participação nas tarefas familiares desperta emoções positivas;
7. a tipicidade no casal varia de acordo com o cônjuge descrito e encontra-se mais associada à realização do trabalho familiar do que ao poder de decisão. Assim, a tipicidade no cônjuge feminino corresponde a uma percentagem de realização do trabalho familiar elevada, a Cristina sendo considerada mais típica na situação Activa, Executa e Partilha. No cônjuge masculino a tipicidade corresponde a uma percentagem de realização do trabalho familiar mais baixa, o Filipe sendo considerado mais típico quando Dirige ou é Passivo
8. independentemente da condição e do cônjuge avaliado as mulheres são mais igualitaristas do que os homens tanto na igualdade de direitos como na igualdade de competências. Nesta a diferença de nível de igualitarismo entre homens e mulheres é devida às pontuações atribuídas pelas mulheres nas condições Activa e Dirige que são significativamente superiores às dos homens.

## Capítulo 6 - Conclusões

Neste trabalho, onde procuramos relacionar papel de género e praticas familiares, consideramos o género como uma construção social (Eagly, 1987; Amâncio, 1994; Vicente, 1998) e apresentamos a teoria do papel social de Eagly (1987) como uma via para o entendimento das diferenças do comportamento social existentes entre homens e mulheres. A asserção fundamental desta teoria consiste em considerar que o guião dos comportamentos estereotipados do género são os papeis específicos que mulheres e homens desempenham em contextos naturais (Eagly, 1987).

Neste quadro, foi importante termos iniciado o nosso trabalho contextualizando a estrutura familiar e o papel da mulher no seio da família. Como refere Ferreira (1981: 61)

Uma abordagem da família actual só pode pois ser feita a partir da análise das condições históricas, materiais e culturais da constituição/transformação da forma burguesa da família do século XVII e da compreensão global do significado económico e ideológico dos diferentes fenómenos, que emergem do capitalismo e que configuram o espírito doméstico da família de hoje.

Assim, salientamos sobretudo as alterações que ocorreram a partir da Revolução Industrial, altura em que a família deixa de ser a unidade básica de produção, onde homens e mulheres eram interdependentes e co-responsáveis pelo processo produtivo e pela manutenção da família (Ferreira, 1981) para se transformar fazendo surgir uma diferenciação de papeis e de poder na família. As alterações ocorridas ao nível do sistema de produção tiveram consequências na organização do trabalho familiar. A lógica da organização capitalista aumenta o trabalho da mulher, obrigando-a a uma dupla jornada (o trabalho remunerado e os cuidados com a casa), ao mesmo tempo que origina uma perda de importância e de apreço pelo trabalho doméstico que a mulher realiza. Sobre esta realidade se irá construir o estereotipo de género (que se mantém até

à actualidade) englobando crenças e competências específicas para homens e para mulheres, associando à mulher um maior comprometimento com o papel doméstico.

Constatamos que apesar de todas as mudanças ocorridas nos nosso país, resultantes da democratização do regime e da acção desenvolvida pelos movimentos feministas, a mulher continua a ter acesso limitado a cargos de prestígio e responsabilidade. Por outro lado, ao nível da família não se estabeleceram muitas alterações à organização e divisão do trabalho familiar (Comissão Para o Ano Internacional da Família, 1993; Poeschl, 1997).

O estudo que desenvolvemos sugere que em termos ideológicos os sujeitos demonstram um elevado acordo com o princípio da igualdade entre os cônjuges, uma vez que elegem a situação Partilha, onde há divisão equitativa de tarefas e decisões familiares, como a organização familiar mais ideal, isto é, a organização que melhor pode corresponder à justiça, estabilidade e satisfação no casamento.

A associação da idealidade à organização familiar Partilha parece-nos poder dever-se à igualdade de direitos entre homem e mulher expressa pelos sujeitos. Esta associação é concordante com as disposições legais em vigor e os com objectivos e estratégias da *Plataforma de Acção de Pequim* (1997).

A Partilha é o tipo de organização familiar que desperta mais emoções positivas tanto nos homens como nas mulheres ao passo que as organizações familiares consideradas mais típicas (Dirige e Executa) despertam mais emoções negativas. Este aspecto poderá indiciar uma crítica à divisão tradicional no interior da organização familiar uma vez que as reacções afectivas são consideradas inevitáveis e reveladoras do estado do sujeito em relação ao objecto que desperta essas emoções.

Os dados sugerem que os princípios igualitários e as práticas desiguais parecerem poder coexistir no sistema de pensamento dos sujeitos (Poeschl & Serôdio, 1998) uma vez que apesar de expressarem adesão aos princípios igualitaristas homens e mulheres estão de

acordo quanto à existência de diferentes papéis para homens e mulheres. Tal como os dados indicam: (1) os homens e as mulheres avaliam de forma diferente o Filipe e a Cristina quanto à agenticidade (em Activa, Executa e Dirige, a Cristina é considerada mais agêntica do que o Filipe), à comunalidade (quando Partilha o Filipe é considerado mais comunal do que a Cristina), à necessidade de poder sucesso e competição (a Cristina é avaliada com uma pontuação superior à do Filipe) e ao poder de decisão (os sujeitos consideram que a Cristina tem mais poder de decisão do que o Filipe), (2) consideram mais surpreendente a Cristina do que o Filipe na situação Dirige e (3) consideram ainda a Cristina mais típica do que Filipe em Activa, Executa e Partilha e o Filipe mais típico do que a Cristina em Dirige e Passiva.

Embora homens e mulheres da nossa amostra pareçam partilhar o mesmo estereótipo, verificamos que há desacordo em algumas avaliações: para os homens o Filipe é mais comunal do que a Cristina nas situações Passiva e Dirige e para as mulheres a Cristina é mais comunal do que o Filipe na condição Dirige.

Os dados são de certa forma contraditórios porque as mulheres são mais igualitaristas do que os homens tanto na igualdade de direitos como na igualdade de competências, avaliam a situação Partilha como a mais ideal e consideram que os cônjuges nessa situação despertam mais emoções positivas do que em todas as outras situações. No entanto, na condição Partilha a Cristina desperta mais emoções negativas nas mulheres do que nos homens.

Uma vez que os dados sugerem que as mulheres na situação onde há partilha das tarefas e das decisões familiares consideram que o cônjuge feminino desperta mais emoções negativas parece-nos que se justificaria um estudo mais aprofundado para perceber se as emoções negativas seguem a distribuição do trabalho ou do poder de decisão.

## Referências Bibliográficas

- Amâncio, L. (1993). Género - Representações e Identidades. *Sociologia Problemas e Práticas*, N.º 14, 127-140.
- Amâncio, L. (1994). *Masculino e Feminino. A construção social da diferença*. Porto: Edições Afrontamento.
- Anais da Assembleia Nacional e da Câmara Corporativa (1936). Lisboa: Assembleia Nacional.
- Armengaud, A. (1975). *La Famille et l'Enfant en France et en Angleterre du XVIe au XVIIIe Siècle. Aspects Demographiques*. Paris: Sedes.
- Barreira, C. (1994). *História das nossas avós (Retrato da Burguesia em Lisboa 1890-1930)*. Edições Colibri Sociedade & Quotidiano (2ª ed.).
- Baudelot, C. & Establet (1992). *Allez les filles!* Paris: Éditions du Seuil.
- Beauvoir, S. (1987). *O segundo Sexo*. Venda Nova: Bertrand Editora (2ª ed.).
- Bourdieu, P. & Passeron, J.C. (s/d). *A Reprodução. Elementos para uma teoria do sistema de ensino*. Lisboa: Editorial Veja.
- Carden, M. L. (1984). The Women's Movement and the Family: A Socio-Historical Analysis of Constraints on Social Change. *Marriage & Family Review*, Vol. 7, Nos. 3/4, 7-18.
- Cipolla, C. M. (1974). *História Económica da Europa pré-industrial*. Lisboa: Edições 70.



Código Civil Português de 1867. Lisboa: Livraria Avelar Machado, 1943.

Código Civil Português de 1967. Coimbra: Livraria Almedina, 1990.

Comissão Para o Ano Internacional da Família (1993). *Relatório Situação Actual da Família Portuguesa*. DGF, IEFP.

Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres (1998). *Portugal Situação das Mulheres 1997*. Lisboa.

Confederação Geral dos trabalhadores Portugueses (1991). *Partilha das responsabilidades Familiares*. (policopiado).

Costa, S. & Santos, S.M. (1997). *Estereótipo da Mulher em Portugal e sua Relação com a Discriminação Sexual no Trabalho*. Lisboa: Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego.

Cova, A. (1996). Mulheres e Estado-Providência durante a III República Francesa (1870-1940). *História*, Março, 32-41.

Cova, A. (1998). Mulheres e Frente Popular: As três primeiras subsecretárias de Estado em França. *História*, Maio, 50-55.

Dias, M. H. M. C. L.; Dias, P. J. B. L. & Carmo, H. P. M. (1997). *O Acesso das Mulheres ao Trabalho e ao Emprego e o Direito: As Perspectivas Sociológica e Jurídica*. Lisboa: Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego.

Durkheim, E. (1967). *De La Division du Travail Social*. Paris: PUF.

Eagly, A. (1987). *Sex Differences In Social Behavior: A Social-Role Interpretation*. London: LEA.

Esteves, J. P. (1991). *A liga Republicana das Mulheres Portuguesas: Uma organização política e feminista (1909-1919)*. Lisboa: Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres.

Felmlee, D. (1994). Who's on Top? Power in Romantic Relationships. *Sex Roles*, Vol. 31, Nos. 5/6, 275-295.

Ferreira, V. (1981). Mulheres, Família e Trabalho Doméstico no Capitalismo. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, N.º 6, 47-86.

Flandrin, J. L. (1976). *Familles, Parenté, Maison, Sexualité dans Ancienne Societé*. Paris: Hachete.

Freud, S. (1989a). *Textos Essenciais da Psicanálise – II. A Teoria da Sexualidade*. Mem Martins: Publicações Europa América.

Freud, S. (1989b). *Textos Essenciais da Psicanálise – III. A Estrutura da Personalidade Psíquica e a Psicopatologia*. Mem Martins: Publicações Europa América.

Guimarães, E. (1989). *Mulheres Portuguesas: ontem e hoje*. Lisboa: Comissão da Condição Feminina, Cadernos Condição Feminina, n.º 24.

Guimarães, E. (1991). *Sete Décadas de Feminismo*. Lisboa: C.I.D.M., Colecção Ditos & Escritos n.º 2.

Herla, G. (1987). Partages des responsabilites familiales attitudes et comportements effectifs. *Les Cahiers de Psychologie Sociale*, N.º 35, 9-50.

*Ilustração Popular* 1908 e 1909.

Isen, A. M. (1987). Positive affect, cognitive processes and social behaviour. In L. Berkowitz (Ed.). *Advances in Experimental Social Psychology*, Vol 20, 203-253.

Jackson, S. (1998). Feminist Social Theory. In S. Jackson & J. Jones (Eds.). *Contemporary Feminist Theories*. Edinburgh: University Press.

Jackson, S. & Jones, J. (1998). Thinking for Ourselves: An Introduction to Feminist Theorising. In S. Jackson & J. Jones (Eds.). *Contemporary Feminist Theories*. Edinburgh: University Press.

Leal, M. I. (1992). *Um Século de Periódicos Femininos: Arrolamento de periódicos entre 1807 e 1926*. Cadernos da Condição Feminina n.º35.

Lebrun, F. (1983). *A vida conjugal no antigo regime*. Lisboa: Edições Rolim.

Lopes, M.A. (1986). Notas para o Estudo do Papel Social da Mulher: Representações e Normas no Theatro de Manoel de Figueiredo. *Revista Portuguesa de História*, tomo XXIV. Coimbra.

Magalhães, A.G. (1997). *Afecto e Cognição*. Dissertação de mestrado não publicada, Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação, Universidade do Porto.

McKie, L. (1996). Gender Perspectives on Household Issues. *European Journal of Women's Studies*, Vol. 3, February, 79-81.

Mesquitela, T. (1982). A luta das feministas através dos tempos: Mulheres – o “Quarto Mundo”. *História*, Agosto, 46-57.

Michel, A.(1978). *Sociologie de la Famille et du Mariage*. Paris: Presses Universitaires de France.

Miranda, J. (1976). *As Constituições Portuguesas*. Lisboa: Petrony.

Mónica, M. F. (1986). *Artesãos e Operários*. Lisboa: Instituto de Ciências sociais.

Mónica, M. F.& Matos, L. S. (Org.) (1981). Inventário da Imprensa Operária. *Análise Social*, n.º 67-68-69.

Neves, H. (S/data). *Apontamentos para a história do MDM: O retomar dos gestos*. MDM.

Nielsen, J.M. (1990). *Sex and Gender in Society: Perspectives on Stratification*. Waveland Press. (2ª ed).

O’Neil, J. M.; Helms, B. J.; Gable, R. K.; David, L. & Wrightsman (1986). Gender-Role Conflict Scale: College Men’s Fear of Femininity. *Sex Roles*, Vol. 14, Nos 5/6, 335-350.

Palla, M. A. (s/d). *O essencial sobre a condição feminina*. INCM.

Parsons, T. (1955). Family structure and the socialization of the child. In j. Osofsky (Ed.), *Handbook of infant development* (2end Ed.). New York: John Wiley & Sons.

PCP (1986). *A Emancipação da Mulher no Portugal de Abril*. Amadora: SIP e PCP.

*Plataforma de Acção de Pequim* (1997). Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres.

Pimentel, I. (1996). O Estado Novo e a Assistência às Mulheres: A "Obra das Mães" e as famílias numerosas. *História*, Março, 6-21.

Pires, J. (1997). *Da Emancipação Juslaboral da Mulher*. Lisboa: Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego.

Poeschl, G. (1996). *Identidade sexual e actividade profissional*. Comunicação apresentada no IV Simpósio Nacional de Investigação em Psicologia. Associação Portuguesa de Psicologia, Lisboa.

Poeschl, G. (1997). *Droits des hommes et droits des femmes*. Conferência proferida no Colloque International " Psychologie et Droits de l' Homme". Société Tunisienne de Psychologie, Tunis.

Poeschl, G. & Serôdio, R. (1998). Rôles de genre, travail familial et pouvoir familial: Représentations et relations. *La Revue Internationale de l' Education familiale*, Vol.2, nº 2 (no prelo).

Rabaut, J. (1978). *Histoire des feminismes francais*. Editions Stock.

Reher, David (s./d). *La Investigación en Demografia Historica e Historia de la Población: Pasado, Presente Y Futuro*.

Rioux, J. P. (1978). *A revolução Industrial*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.

Roberts, E. (1995). *Women and Families: an oral history, 1940-1970*. Oxford:Blackwell.

Rocheblave-Spenlé, A. M. (1969). *La Notion De Role En Psychologie Sociale Étude Historico-Critique*. Paris: PUF.

Santos, S. M. (1998). Três Marias Abalaram a Ditadura. *Diário de Notícias*, 7 de Novembro, 4-7.

Saraceno, C. (1992). *Sociologia da Família*. Lisboa: Editorial Estampa.

Segalen, M. (1996). *Sociologie de la famille*. Paris: Armand Colin & Mason (4<sup>a</sup> ed.)

Silva, M. R. T. (1992). *Feminismo em Portugal na voz de mulheres escritoras do início do séc. XX*. Lisboa: C.I.D.M., Cadernos Condição Feminina, n.º 15.

Smoreda, Z. (1995). Power, gender stereotypes and perceptions of heterosexual couples. *British Journal of Social Psychology*, 34, 421-435.

Smoreda, Z. (1996). *Representations de la personnalité sexuée et des rôles sociaux: quel principe organisateur pour quelle cohérence?* Communication presented to the 3rd International Conference on Social Representations, Aix-en-Provence, France.

Spence, J. T., Deaux, K. & Helmreich, R. L. (1985) Sex roles in contemporary american society. In G. Lindzey & E. Aronson (Eds.), *The handbook of social psychology*, Vol. 2, 3<sup>o</sup>Ed.

Spender, D. (Ed.) (1983). *Feminist Theorist. Three Centuries of Women's Intellectual Traditions*. London: The Women's Press.

The National Women's History Project (1998). Living the legacy: The Women's Rights Movement 1848 - 1998. Disponível : <http://www.Legacy98.org/move-hist.html>.

Tilly, L. A. & Scott, J.W. (1987). *Les Femmes, Le Travail et la Famille*. Paris: Rivages.

Vaquinhas, I. (1993). Estudos Sobre as Mulheres Na Área de História. *Actas do Seminário Estudos Sobre as Mulheres em Portugal, realizado em Lisboa a 14 e 15 de Janeiro de 1993*. Lisboa: Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres.

Vaquinhas, M. I. (1996). Estudos sobre as mulheres na área da História. *História*, Março, 51-61.

Vice, S. (1998). Psychoanalytic Feminist Theory. In S. Jackson & J. Jones (Eds.). *Contemporary Feminist Theories*. Edinburgh: University Press.

Vicente, A. (1997). 20 Anos da CCF/CIDM. In CIDM (Ed.) *20 Anos ao Serviço da Igualdade*. Camarate.

Vicente, A.(1998). Mulheres em Portugal na Transição do Milénio. Lisboa: Multinova.

Watzlawick. P.; Beavin, J.H. & Jackson, D. D. (1993). *Pragmática da Comunicação Humana*. São Paulo: Editora Cultrix.

ANEXOS



## **ANEXO 1 - Questionário versão Cristina**

**Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação**  
**Universidade do Porto**

Este questionário faz parte duma investigação sobre a maneira como percebemos pessoas que não conhecemos.

Os dados recolhidos serão tratados globalmente e de forma anónima.

Agradecemos desde já ter acedido a responder a este questionário.

Questionário N.º \_\_\_\_\_

1. Sexo: Masculino ☐ Feminino ☐

2. Estado civil: Solteiro ☐ Casado ☐ Viúvo ☐ Divorciado ☐

3. Idade (em anos): \_\_\_\_\_

4. Nacionalidade: \_\_\_\_\_

Se Português, viveu sempre em Portugal? Sim ☐ Não ☐

5. Profissão: \_\_\_\_\_ Profissão do Cônjuge: \_\_\_\_\_

6. Número de filhos: \_\_\_\_\_ Idades: \_\_\_\_\_

7. Religião: \_\_\_\_\_ Praticante? Sim ☐ Não ☐

8. Tendência política: Esquerda ☐ Centro ☐ Direita ☐ Sem ☐

No âmbito de uma investigação no domínio da organização familiar, pedimos a várias pessoas que nos indicassem qual o seu grau de participação em diferentes tarefas domésticas e tomadas de decisão.

As respostas seguintes foram dadas por duas pessoas a que vamos chamar Filipe e Cristina. Eles são casados e trabalham na mesma agência bancária, têm três crianças, uma com dez meses, outra com quatro anos e a mais velha com oito anos.

Queremos que leia com atenção a descrição da organização familiar deste casal e que imagine a Cristina em função das respostas dadas.

	Percentagem de participação da Cristina nas tarefas e decisões conjugais	Percentagem de participação do Filipe nas tarefas e decisões conjugais
Lavar a roupa	90%	10%
Passar a ferro	95%	5%
Preparar as refeições	80%	20%
Arrumar os quartos	85%	15%
Limpar o pó	85%	15%
Mudar as fraldas do bebé	80%	20%
Vestir as crianças	75%	25%
Dar banho ao bebé	75%	25%
Dar o biberão ao bebé	70%	30%
Preparar as festas de aniversário	75%	25%
Decidir comprar uma casa	60%	40%
Decidir o que fazer nos tempos livres	60%	40%
Decidir comprar um carro novo	70%	30%
Decidir o montante para o orçamento das férias	65%	35%
Decidir qual o programa de TV a ver	60%	40%

No âmbito de uma investigação no domínio da organização familiar, pedimos a várias pessoas que nos indicassem qual o seu grau de participação em diferentes tarefas domésticas e tomadas de decisão.

As respostas seguintes foram dadas por duas pessoas a que vamos chamar Filipe e Cristina. Eles são casados e trabalham na mesma agência bancária. Têm três crianças, uma com dez meses, outra com quatro anos e a mais velha com oito anos.

Queremos que leia com atenção a descrição da organização familiar deste casal e que imagine a Cristina em função das respostas dadas.

	Percentagem de participação da Cristina nas tarefas e decisões conjugais	Percentagem de participação do Filipe nas tarefas e decisões conjugais
Lavar a roupa	90%	10%
Passar a ferro	95%	5%
Preparar as refeições	80%	20%
Arrumar os quartos	85%	15%
Limpar o pó	85%	15%
Mudar as fraldas do bebé	80%	20%
Vestir as crianças	75%	25%
Dar banho ao bebé	75%	25%
Dar o biberão ao bebé	70%	30%
Preparar as festas de aniversário	75%	25%
Decidir comprar uma casa	40%	60%
Decidir o que fazer nos tempos livres	40%	60%
Decidir comprar um carro novo	30%	70%
Decidir o montante para o orçamento das férias	35%	65%
Decidir qual o programa de TV a ver	40%	60%

No âmbito de uma investigação no domínio da organização familiar, pedimos a várias pessoas que nos indicassem qual o seu grau de participação em diferentes tarefas domésticas e tomadas de decisão.

As respostas seguintes foram dadas por duas pessoas a que vamos chamar Filipe e Cristina. Eles são casados e trabalham na mesma agência bancária, têm três crianças, uma com dez meses, outra com quatro anos e a mais velha com oito anos.

Queremos que leia com atenção a descrição da organização familiar deste casal e que imagine a Cristina em função das respostas dadas.

	Percentagem de participação da Cristina nas tarefas e decisões conjugais	Percentagem de participação do Filipe nas tarefas e decisões conjugais
Lavar a roupa	10%	90%
Passar a ferro	5%	95%
Preparar as refeições	20%	80%
Arrumar os quartos	15%	85%
Limpar o pó	15%	85%
Mudar as fraldas do bebé	20%	80%
Vestir as crianças	25%	75%
Dar banho ao bebé	25%	75%
Dar o biberão ao bebé	30%	70%
Preparar as festas de aniversário	25%	75%
Decidir comprar uma casa	60%	40%
Decidir o que fazer nos tempos livres	60%	40%
Decidir comprar um carro novo	70%	30%
Decidir o montante para o orçamento das férias	65%	35%
Decidir qual o programa de TV a ver	60%	40%

No âmbito de uma investigação no domínio da organização familiar, pedimos a várias pessoas que nos indicassem qual o seu grau de participação em diferentes tarefas domésticas e tomadas de decisão.

As respostas seguintes foram dadas por duas pessoas a que vamos chamar Filipe e Cristina. Eles são casados e trabalham na mesma agência bancária. Têm três crianças, uma com dez meses, outra com quatro anos e a mais velha com oito anos.

Queremos que leia com atenção a descrição da organização familiar deste casal e que imagine a Cristina em função das respostas dadas.

	Percentagem de participação da Cristina nas tarefas e decisões conjugais	Percentagem de participação do Filipe nas tarefas e decisões conjugais
Lavar a roupa	10%	90%
Passar a ferro	5%	95%
Preparar as refeições	20%	80%
Arrumar os quartos	15%	85%
Limpar o pó	15%	85%
Mudar as fraldas do bebé	20%	80%
Vestir as crianças	25%	75%
Dar banho ao bebé	25%	75%
Dar o biberão ao bebé	30%	70%
Preparar as festas de aniversário	25%	75%
Decidir comprar uma casa	40%	60%
Decidir o que fazer nos tempos livres	40%	60%
Decidir comprar um carro novo	30%	70%
Decidir o montante para o orçamento das férias	35%	65%
Decidir qual o programa de TV a ver	40%	60%

No âmbito de uma investigação no domínio da organização familiar, pedimos a várias pessoas que nos indicassem qual o seu grau de participação em diferentes tarefas domésticas e tomadas de decisão.

As respostas seguintes foram dadas por duas pessoas a que vamos chamar Filipe e Cristina. Eles são casados e trabalham na mesma agência bancária, têm três crianças, uma com dez meses, outra com quatro anos e a mais velha com oito anos.

Queremos que leia com atenção a descrição da organização familiar deste casal e que imagine a Cristina em função das respostas dadas.

	Percentagem de participação da Cristina nas tarefas e decisões conjugais	Percentagem de participação do Filipe nas tarefas e decisões conjugais
Lavar a roupa	50%	50%
Passar a ferro	50%	50%
Preparar as refeições	50%	50%
Arrumar os quartos	50%	50%
Limpar o pó	50%	50%
Mudar as fraldas do bebé	50%	50%
Vestir as crianças	50%	50%
Dar banho ao bebé	50%	50%
Dar o biberão ao bebé	50%	50%
Preparar as festas de aniversário	50%	50%
Decidir comprar uma casa	50%	50%
Decidir o que fazer nos tempos livres	50%	50%
Decidir comprar um carro novo	50%	50%
Decidir o montante para o orçamento das férias	50%	50%
Decidir qual o programa de TV a ver	50%	50%

I - Após ter imaginado a Cristina, a partir das respostas dadas, gostaríamos de conhecer a sua opinião acerca das informações seguintes. Para isso agradecemos que marque com um círculo o ponto da escala que melhor corresponde à sua opinião.

Significado dos valores da escala:

- 3: totalmente improvável
- 2: muito improvável
- 1: improvável
- 0: tanto improvável como provável
- +1: provável
- +2: muito provável
- +3: totalmente provável

1. A Cristina é corajosa	-3	-2	-1	0	+1	+2	+3
2. A Cristina tem capacidade de liderança	-3	-2	-1	0	+1	+2	+3
3. A Cristina é ambiciosa	-3	-2	-1	0	+1	+2	+3
4. A Cristina gosta de se sentir superior aos outros	-3	-2	-1	0	+1	+2	+3
5. A Cristina é leal	-3	-2	-1	0	+1	+2	+3
6. A Cristina é sensível	-3	-2	-1	0	+1	+2	+3
7. A Cristina avalia a importância dos outros pelo seu nível de realização e sucesso	-3	-2	-1	0	+1	+2	+3
8. Para a Cristina competir é a melhor forma de ter sucesso	-3	-2	-1	0	+1	+2	+3
9. A Cristina é flexível	-3	-2	-1	0	+1	+2	+3



10. Ter dinheiro faz parte da noção que a Cristina tem de uma pessoa bem sucedida	-3	-2	-1	0	+1	+2	+3
11. A Cristina luta por ter mais êxito do que os outros	-3	-2	-1	0	+1	+2	+3
12. A Cristina é forte	-3	-2	-1	0	+1	+2	+3
13. Ser mais esperta ou mais forte do que os outros é importante para a Cristina	-3	-2	-1	0	+1	+2	+3
14. A Cristina é resistente	-3	-2	-1	0	+1	+2	+3
15. A Cristina pensa que vencer é uma medida do seu mérito e do seu valor como pessoa	-3	-2	-1	0	+1	+2	+3
16. A Cristina sente frequentemente que precisa de ser responsável pelos que a rodeiam	-3	-2	-1	0	+1	+2	+3
17. A Cristina é paciente	-3	-2	-1	0	+1	+2	+3
18. Por vezes a Cristina define o seu valor pessoal pelo sucesso da sua carreira	-3	-2	-1	0	+1	+2	+3
19. Subir na carreira é importante para a Cristina	-3	-2	-1	0	+1	+2	+3
20. A Cristina é compreensiva	-3	-2	-1	0	+1	+2	+3

II - Em segundo lugar, queríamos conhecer a sua opinião sobre a participação da Cristina nas decisões importantes relativas à vida familiar. Para isso, gostaríamos que indicasse o grau de influência que acha que a Cristina tem nas decisões apresentadas em baixo, escolhendo um valor entre 0% e 100%.

( 100% - A Cristina decide tudo      0% - A Cristina não participa na decisão )

DECISÃO	% de Participação da Cristina
1. Decidir qual o local de residência da família	
2. Decidir qual o número de filhos que vão ter	
3. Decidir qual a escola que os filhos vão frequentar	
4. Decidir inscrever os filhos numa associação cultural ou desportiva	
5. Decidir qual a profissão que a Cristina vai exercer	
6. Decidir se vão revogar o contrato de arrendamento	
7. Decidir se vão repudiar uma herança ou legado	
8. Decidir se a Cristina contrai um empréstimo em seu nome	
9. Decidir como é que vão ser administrados os proventos do trabalho da Cristina	

III – Gostaríamos de conhecer a sua opinião sobre a intensidade dos sentimentos que a Cristina desperta. Queremos, então, que indique marcando com um círculo o ponto da escala que melhor corresponde à sua opinião.

Nesta escala "1" = "nada forte" e "7" = "muito forte" .

1. Tristeza	1	2	3	4	5	6	7
2. Curiosidade	1	2	3	4	5	6	7
3. Felicidade	1	2	3	4	5	6	7
4. Timidez	1	2	3	4	5	6	7
5. Alegria	1	2	3	4	5	6	7
6. Repugnância	1	2	3	4	5	6	7
7. Medo	1	2	3	4	5	6	7
8. Surpresa	1	2	3	4	5	6	7
9. Espanto	1	2	3	4	5	6	7
10. Desprezo	1	2	3	4	5	6	7

IV - Por fim, gostaríamos de conhecer a sua opinião acerca das seguintes afirmações. Indique a sua resposta marcando com um círculo o ponto da escala que melhor corresponde à sua opinião.

Significado dos valores da escala:

- 3: Discordo totalmente
- 2: Discordo
- 1: Discordo mais do que concordo
- 0: Nem discordo nem concordo
- +1: Concorde mais do que discordo
- +2: Concorde
- +3: Concorde totalmente

1. A Cristina corresponde à mulher típica	-3	-2	-1	0	+1	+2	+3
2. A Cristina corresponde à mulher ideal	-3	-2	-1	0	+1	+2	+3
3. A Cristina e o Filipe formam um casal ideal	-3	-2	-1	0	+1	+2	+3
4. A organização familiar adoptada por Cristina e Filipe contribui para a harmonia familiar	-3	-2	-1	0	+1	+2	+3
5. É provável que a Cristina e o Filipe se venham a divorciar	-3	-2	-1	0	+1	+2	+3
6. Os homens e as mulheres têm competências diferentes	-3	-2	-1	0	+1	+2	+3
7. A repartição das tarefas familiares entre Cristina e Filipe é justa	-3	-2	-1	0	+1	+2	+3
8. Há situações que correspondem mais às capacidades dos homens ou das mulheres	-3	-2	-1	0	+1	+2	+3
9. A participação da Cristina nas actividades familiares dá-lhe satisfação	-3	-2	-1	0	+1	+2	+3

10. Por várias razões a partilha igualitária das tarefas familiares entre os dois cônjuges é uma ideia pouco realista	-3	-2	-1	0	+1	+2	+3
11. Por uma questão de principio, no casal o homem e a mulher devem partilhar o poder	-3	-2	-1	0	+1	+2	+3
12. A Cristina e o Filipe formam um casal típico	-3	-2	-1	0	+1	+2	+3
13. A participação da Cristina nas actividades familiares é justa	-3	-2	-1	0	+1	+2	+3
14. A Cristina e o Filipe têm um casamento estável	-3	-2	-1	0	+1	+2	+3
15. A repartição das tarefas familiares entre a Cristina e o Filipe dá-lhes satisfação	-3	-2	-1	0	+1	+2	+3
16. É provável que a Cristina e o Filipe tenham muitos conflitos	-3	-2	-1	0	+1	+2	+3
17. Homem e mulher possuem idêntica competência para tomar decisões	-3	-2	-1	0	+1	+2	+3
18. Por uma questão de princípio, o homem e a mulher devem partilhar as tarefas familiares	-3	-2	-1	0	+1	+2	+3

Por favor verifique se respondeu a todas as questões.

Obrigada!

**ANEXO 2**  
**Médias X Escala X Sexo X Cônjuge X Condição**

Médias X Escala X Sexo X Cônjuge X Condição

Escala	Sexo	Condição Activa			Condição Executa			Condição Dirige			Condição Passiva			Condição Partilha		
		Filipe	Cristina	Filipe	Filipe	Cristina	Filipe	Filipe	Cristina	Filipe	Filipe	Cristina	Filipe	Filipe	Cristina	Filipe
Agentividade	Homem	5.32	5.59	3.44	4.87	4.41	5.20	3.61	3.50	4.72	4.78					
	Mulher	5.18	6.08	3.91	4.79	4.21	5.42	3.12	3.59	4.99	4.55					
Comunalidade	Homem	5.01	4.63	5.72	5.93	3.69	2.92	4.77	3.52	5.75	4.68					
	Mulher	4.45	4.45	5.56	5.60	3.11	4.01	4.27	4.09	5.68	4.67					
Necessidade de Poder	Homem	4.50	4.88	2.86	4.07	4.99	5.03	4.00	4.32	4.07	4.51					
	Mulher	4.44	4.58	3.44	3.85	5.06	5.00	3.69	4.59	3.94	4.40					
Decisões Familiares	Homem	64.33	66.57	38.04	45.50	64.76	69.23	40.33	39.76	51.77	55.33					
	Mulher	67.72	77.14	38.69	47.06	69.43	78.23	37.60	47.58	57.39	59.36					
Emoções Negativas	Homem	2.01	2.18	2.32	2.31	2.30	2.76	2.57	2.49	1.95	1.49					
	Mulher	2.21	2.04	2.01	2.16	2.68	2.56	2.54	2.57	1.64	2.49					
Surpresa	Homem	3.54	3.79	3.68	3.67	2.78	3.95	3.41	3.14	3.75	3.47					
	Mulher	5.14	4.38	4.39	3.25	2.72	4.42	3.25	3.87	4.47	3.89					
Emoções Positivas	Homem	3.36	3.92	3.73	4.08	3.10	3.00	3.50	3.02	5.03	4.20					
	Mulher	3.20	3.68	3.80	3.60	2.82	3.43	3.18	3.13	4.55	4.24					
Idealidade	Homem	3.41	3.18	3.21	3.79	3.08	2.85	3.43	2.53	4.94	4.59					
	Mulher	3.30	3.07	3.63	3.26	2.40	2.64	3.24	2.88	4.67	4.55					
Tipicidade	Homem	1.95	3.60	1.81	5.35	5.05	2.12	3.45	2.67	2.20	2.59					
	Mulher	1.98	3.10	1.97	5.24	5.13	2.04	3.65	2.17	1.93	2.71					
Igualdade Direitos	Homem	5.89	5.60	6.02	6.17	5.79	5.76	5.41	5.84	5.62	5.82					
	Mulher	6.24	6.30	6.13	6.30	6.39	6.27	6.02	6.10	6.17	5.88					
Igualdade Competências	Homem	3.64	3.58	3.45	4.45	3.60	3.19	3.88	3.41	3.81	3.34					
	Mulher	4.63	4.85	4.46	4.19	5.53	5.28	4.00	4.08	3.93	3.32					